



Universidade de Brasília - UnB

Faculdade de Ciência da Informação - FCI

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCINF

CÁSSIO MURILO ALVES COSTA FILHO

**POSSÍVEIS LIMITAÇÕES DO CICLO VITAL DOS DOCUMENTOS ANTE
AO PÓS-CUSTODIALISMO: o modelo australiano *records continuum*
como instrumento de elucidação**

Brasília
2016

CÁSSIO MURILO ALVES COSTA FILHO

**POSSÍVEIS LIMITAÇÕES DO CICLO VITAL DOS DOCUMENTOS
ANTE AO PÓS-CUSTODIALISMO: o modelo australiano *records
continuum* como instrumento de elucidação**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Gestão da Informação

Linha de pesquisa: Organização da Informação

Orientador: Prof. Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa

Brasília
2016

CC837p

Costa Filho, Cássio

Possíveis limitações do ciclo vital dos documentos ante ao Pós-Custodialismo: o modelo australiano records continuum como instrumento de elucidação / Cássio Murilo Alves Costa Filho; Orientação: Prof. Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa — Brasília, 2016.

185 p.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Universidade de Brasília, 2016.

1. Arquivologia Pós-Custodial. 2. Ciclo vital dos documentos. 3. Arquivologia australiana. 4. Modelo Records Continuum. I. Título.

CDD — 025.1714

CDU — 930.25

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: “Possíveis limitações do ciclo vital dos documentos ante ao Pós-Custodialismo: o modelo australiano *records continuum* como instrumento de elucidação”.

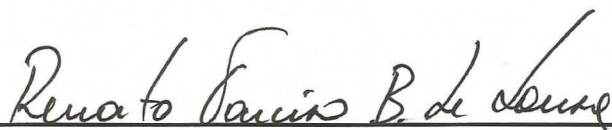
Autor (a): CÁSSIO MURILO ALVES COSTA FILHO

Área de concentração: Gestão da Informação

Linha de pesquisa: Organização da Informação

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade em Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre** em Ciência da Informação.

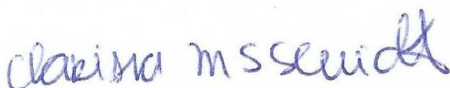
Brasília, 23 de maio de 2016.



Prof. Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa
Presidente (UnB/PPGCINF)



Profª. Drª. Angelica Alves da Cunha Marques
Membro Titular (UnB/PPGCINF)



Profª. Drª. Clarissa Moreira dos Santos Schmidt
Membro Titular (UFF)

Profª. Drª. Eliane Braga de Oliveira
Membro Suplente (UnB/PPGCINF)

Dedico esta dissertação aos meus pais, Cássio e Auristela, provedores de todos os meios para mais esta conquista e à minha noiva, Amanda, companheira de todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me presentear com uma vida venerável e com saúde para desfrutá-la.

À minha família, em especial meus pais e irmãos. Esses pelo incentivo e aqueles pelos esforços despendidos para a minha educação e pela melhor lição, o exemplo.

À minha noiva, Amanda Freitas, pelas doses de amor diárias e por garantir meu equilíbrio emocional.

Ao meu orientador, professor Renato Sousa, por ter confiado na minha proposta e, sobretudo, pela parceria durante a realização do trabalho, de modo a agregar perspectivas que tão somente seu conhecimento e experiência poderiam proporcionar.

Às professoras Angelica Marques e Clarissa Schmidt, por aceitarem fazer parte da banca examinadora. Suas análises meticulosas sobre todos os aspectos do trabalho, que fazem jus aos prêmios auferidos por ambas, foram de fundamental importância para a sua configuração.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, esses pela atenção e efetividade no atendimento de minhas demandas e aqueles pelo conhecimento proporcionado.

À professora Shirley Carvalhêdo, pela grande contribuição no delineamento da pesquisa e pelas relevantes sugestões.

Aos meus colegas de curso que, de alguma forma, contribuíram com opiniões e trocas de experiência durante as aulas, especialmente àqueles que colaboraram para o desenvolvimento da pesquisa e me auxiliaram em questões regulamentares do programa. Desses, destaco meus colegas arquivistas Danielle Batista, Ívina Flores e José Mauro Medeiros.

Aos colegas do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, durante o primeiro ano da pesquisa, em especial ao meu chefe Antônio Hugo Barbosa, por me permitir um horário especial e aos colegas Marcus Tito e Júlio Rego, responsáveis pelo fomento de importantes debates sobre a relatividade do espaço-tempo.

Aos colegas do Tribunal de Contas do Distrito Federal, principalmente ao meu chefe Cláudio Oliveira, pela compreensão quanto às minhas ausências e aos meus colegas arquivistas, que muito me auxiliarão na aplicação de muitas das perspectivas apreendidas nesta pesquisa.

A todos os meus amigos que, mesmo nos momentos de maior descontração, contribuem com os mais variados e valiosos *inputs* para o meu repertório criativo.

“Era o que estava acontecendo com aquela estrutura imensa aparentemente sólida. De modo impossível, incrível, ela não era mais um monólito erguendo-se bem alto sobre uma planície. O que parecia ser seu telhado havia se afastado para profundezas infinitas; por um vertiginoso momento, ele parecia estar olhando para baixo num poço vertical — um duto retangular que desafiava as leis da perspectiva, pois seu tamanho não diminuía com a distância...”

O Olho de Jápeto havia piscado, como se para remover um cisco irritante. David Bowman teve tempo apenas para uma frase entrecortada, a qual os homens que aguardavam no controle da missão, a quase 6 bilhões de quilômetros de distância e noventa minutos no futuro, jamais iriam esquecer:

— A coisa é oca...ela continua para sempre... e... ah, meu Deus... está cheia de estrelas!”

(Clarke, Arthur C. 2001: uma odisseia no espaço, 1968)

RESUMO

Esta dissertação tem por objeto de estudo as possíveis limitações do ciclo vital dos documentos ante as perspectivas advindas pelo novo paradigma, comumente denominado “pós-custodial”, e propõe a utilização do modelo australiano *records continuum* como instrumento de elucidação. Assim, busca-se compreender de que modo a teoria arquivística australiana, sobretudo o modelo *records continuum*, pode contribuir para a elucidação das possíveis limitações impostas pelo conceito do ciclo vital dos documentos ante às especificidades e diversas possibilidades propiciadas pelos documentos digitais. Para tal fim, utiliza-se como método de pesquisa a revisão sistemática de literatura, com o intuito de explicitar claramente as etapas da pesquisa, com técnicas padronizadas e passíveis de reprodução. A fim de cumprir o objetivo da pesquisa, analisa-se o processo de evolução das ciências e os conceitos de paradigma e matriz disciplinar. Logo após, verifica-se os principais aspectos referentes à criação, consolidação, disseminação e interpretações relevantes do ciclo vital dos documentos, inclusive suas relações com a teoria das três idades. Em seguida, realiza-se uma análise quanto à possibilidade de o ciclo vital dos documentos perfazer a condição de um conceito fundamental ou, ainda, um paradigma para a Arquivologia. Analisa-se, também, a aplicação do ciclo vital dos documentos ante às perspectivas do Pós-custodialismo, sobretudo no que diz respeito à gestão de documentos digitais. Por fim, investiga-se as principais características da teoria arquivística australiana e do modelo *records continuum*, principalmente no que se refere à elucidação das limitações impostas pelo ciclo vital dos documentos. Por conseguinte, constata-se que o ciclo vital integra a base teórica e metodológica da Arquivologia e pode ser considerado um paradigma “*lato sensu*” para a disciplina e suas limitações na gestão de documentos digitais estão relacionadas à estrita demarcação das fases e de seu caráter linear e diacrônico. Ademais, os resultados demonstram que o modelo *records continuum* fornece uma visão adequada para a gestão de documentos digitais, uma vez que seus múltiplos propósitos, seu caráter espaço-temporal e o uso do valor contínuo são mais condizentes com as diversas possibilidades propiciadas pelos documentos arquivísticos digitais.

Palavras-chave: Arquivologia Pós-custodial. Ciclo vital dos documentos. Arquivologia australiana. Modelo Records Continuum.

ABSTRACT

This thesis has as its research subject the possible limitations of the records life cycle before the perspectives arisen from the new paradigm, usually called “post-custodial”, and proposes the use of the Australian model records continuum as an instrument of clarification. Therefore, the aim is to comprehend in which way the Australian archival theory, especially the records continuum model, can contribute for the elucidation of the possible limitations imposed by the concept of the records life cycle before the new perspectives arisen from the digital records. For this purpose, the systematic review is used, in order to clearly expose the research steps, with standard techniques that can be reproduced. In order to achieve the goal of the research, the evolution process of the sciences and the concepts of paradigms and the disciplinary matrix are analyzed. Therefore, the main aspects related to creation, consolidation, dissemination and interpretations which are relevant to the records life cycle, including their relations to the three ages of archives, are verified. Then, an analysis is realized about the possibility of the records life cycle to make up for the condition of a key concept or, yet, a paradigm for the Archival Science. It is also made an analysis about the application of the life cycle before the perspectives of the Post-custodialism, mainly about the management of digital records. Finally, we investigate the main features of the Australian archival theory and the records continuum model, especially in what refers to the elucidation of the limitations imposed by the records life cycle. Therefore, we determine that the life cycle integrates the theoretical and methodological basis of the Archival Science and can be considered a “*lato sensu*” paradigm for the subject and its main limitations in the management of digital records are related to the strict limitation of its steps and its linear and diachronic nature. Furthermore, the results show that the records continuum model provides a proper vision for the management of digital records, since its many purposes, its space-time nature and the use of continuous value are better suited for the different possibilities provided by the digital records.

Keywords: Post-Custodial Archives. Records Life Cycle. Australian Archival Theory. Records Continuum Model.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Etapas da revisão sistemática de literatura	24
Figura 2 – Avaliação da qualidade da revisão sistemática	28
Figura 3 – Processo evolutivo das ciências.....	33
Figura 4 – O ciclo de vida dos documentos e os arquivos	63
Figura 5 – O Processo informacional relativo aos arquivos.....	68
Figura 6 – Series System de Peter Scott.....	117
Figura 7 – Registro de Séries Documentais	120
Figura 8 – Relacionamentos das três entidades do recordkeeping	122
Figura 9 – Modelo de representação do series system de acordo com a descrição arquivística	122
Figura 10 – Relacionamentos entre os diferentes níveis de descrição das principais entidades do recordkeeping de acordo com o series system.....	123
Figura 11 – Modelo Records Continuum - 1996	141
Figura 12 – Modelo Records Continuum - 2000	147
Figura 13 – Visão multidimensional da criação do documento dentro da perspectiva do <i>continuum</i>	150

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Bases de dados brasileiras em Biblioteconomia, Ciência da Informação e Arquivologia utilizadas como fonte de pesquisa.....	24
Quadro 2 – Bases de dados internacionais em Biblioteconomia, Ciência da Informação e Arquivologia utilizadas como fonte de pesquisa.....	25
Quadro 3 – Universidades internacionais participantes da avaliação do ARC em 2010	26
Quadro 4 – Classificação dos principais periódicos de temática arquivística em 2010	26
Quadro 5 – Ciclo vital dos documentos de acordo com Heredia Herrera.....	59
Quadro 6 – Ciclo vital dos documentos de acordo com Lodolini	61
Quadro 7 – Abordagens Teóricas – Arquivologia Moderna.....	71
Quadro 8 – Publicações de teóricos australianos acerca da abordagem baseada no <i>continuum</i>	133
Quadro 9 – Síntese do entendimento sobre os eixos e coordenadas do modelo <i>records continuum</i>	142
Quadro 10 – Principais aspectos das dimensões do modelo <i>records continuum</i> ...	153
Quadro 11 – Dimensões jurídicas dos processos de <i>recordkeeping</i> sob a perspectiva do modelo <i>records continuum</i>	155
Quadro 12 – Comparação entre o modelo <i>records continuum</i> e o ciclo vital dos documentos.....	158

LISTA DE SIGLAS

AAQ – Association des Archivistes du Québec

ACA – Association of Canadian Archivists

ALRC – Australian Law Reform Commission

ARC – Australian Research Council

ARMA – American Records Managers and Administrators

ASA – Australian Society of Archivists

AWM – Australian War Memorial

BBTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BRAPCI – Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação

CAO – Commonwealth Archives Office

CNL – Commonwealth National Library

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CRS – Commonwealth Records Series

DAT III – Dictionary on Archival Terminology

DIRKS – Designing and Implementing Recordkeeping Systems

EDRMS – Electronic Document and Records Management System

ERA – Excellence in Research for Australia

GSA – General Services Administration

InterPARES – International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems

ICA – International Council on Archives

ISAD (G) – General International Standard Archival Description

ISDF – International Standard for Describing Functions

ISAAR (CPF) – International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families

ISO – International Organization for Standardization

LAA – Library Association of Australia

LISA – Library and Information Science Abstracts

NA – Nationaal Archief

NARA – National Archives and Records Administration

NARS – National Archives and Records Service

RABCI – Repositório Acadêmico de Biblioteconomia e Ciência da Informação

RAD – Rules of Archival Description

RAMP – Records and Archives Management Program

RCRG – Records Continuum Research Group

RKMS – Recordkeeping Metadata Schema

SAA – Society of American Archivists

TAC – Tabela de Áreas do Conhecimento

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1. Justificativa.....	19
1.2. Problema.....	21
1.3. Objetivo Geral.....	21
1.4. Objetivos Específicos.....	21
2. METODOLOGIA.....	23
3. REVISÃO DE LITERATURA E REFERENCIAL TEÓRICO.....	29
3.1. O processo de evolução das ciências e o conceito de paradigma.....	30
3.2. Um possível percurso do ciclo vital dos documentos: surgimento, disseminação e consolidação.....	37
3.3. O ciclo vital dos documentos no âmbito da Arquivologia: história e epistemologia.....	66
3.4. O cenário atual: a emergência do novo paradigma.....	76
4. CICLO VITAL DOS DOCUMENTOS E PÓS-CUSTODIALISMO: POSSÍVEIS LIMITAÇÕES.....	83
5. O MODELO RECORDS CONTINUUM.....	93
5.1. A Arquivologia australiana.....	93
5.2. A noção australiana de <i>recordkeeping</i>	110
5.3. O sistema australiano: o <i>series system</i> de Peter J. Scott.....	113
5.4. O modelo <i>records continuum</i>	131
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164
REFERÊNCIAS.....	175

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da Arquivologia¹, vigorosamente vinculado às evoluções tecnológicas do mundo contemporâneo, apresentou novas questões relacionadas à sua teoria e à sua prática. Tal fato impulsionou a realização de pesquisas em torno de uma possível mudança paradigmática, sobretudo por autores americanos, australianos e canadenses, o que fomentou debates sobre novas formulações de princípios e conceitos da disciplina, sobre a natureza dos documentos e dos arquivos, sobre os procedimentos de gestão e preservação e sobre o papel do arquivista. Usualmente é apontado que grande parte das mudanças estão associadas ao novo ambiente de produção e utilização de documentos, que passa a ser virtual. Cook (2012, p. 124), como exemplo, reconhece que “uma mudança no âmbito paradigmático da Arquivologia está de fato ocorrendo, e vai crescer em intensidade no novo século para desafiar a maneira como os arquivistas pensam e fazem seu trabalho”. Para a portuguesa Fernanda Ribeiro (2002), no domínio dessa mudança está a transformação do conceito tradicional de documento, que se trata do objeto de estudo da Arquivologia. Segundo a autora portuguesa:

O conceito “estático” de documento, que significa a fixação inexorável da informação a um suporte físico, também ele se começa a revelar inconsistente para materializar o objeto da Arquivística num contexto em que, afinal, é perfeitamente aceitável que a informação pode ser pensada e conhecida independentemente do suporte em que está registrada. (RIBEIRO, 2002, p. 103).

Além do objeto de estudo, constatamos que o papel dos arquivistas é modificado diante das atuais mudanças. Para Cook (1997), o atual cenário exige que os arquivistas se libertem da “era custodial”, que tem o foco nos documentos como entidades físicas, para aderirem à era “pós-custodial”. Desse modo, os arquivistas passarão a participar mais ativamente dos processos de gestão de documentos e a reproduzir seus próprios valores, a fim de tornar necessária uma verificação muito

¹ Optamos pelo uso de Arquivologia, em vez de Arquivística, devido ao seu uso pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional (2005) e à adoção do termo pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em sua Tabela de Áreas do Conhecimento (TAC).

mais consciente das escolhas dos processos de criação, manutenção e uso de documentos, a fim de contribuir com a formação da memória coletiva. Cook (2012, p. 125) sugere que “para os arquivistas, a mudança de paradigma requer deixar de identificar a si mesmos como guardiões passivos de um legado herdado, para celebrar o papel na formação ativa da memória coletiva (ou social)”.

As emergências de novas abordagens tornaram-se cruciais para que fosse possível a confrontação com problemas até então não vistos e de difícil resolução pela disciplina. Considerando as tendências emergentes e o cenário arquivístico atual, verificamos como fundamental o rompimento com o paradigma denominado custodial, que ainda permeia a atual Arquivologia, a fim de que seja possível a compreensão adequada dessa nova realidade. Para Jardim (2012), a Arquivologia, enquanto disciplina científica, deve superar a era dos manuais e não merece ser interpretada apenas como um conjunto de normas.

Uma outra abordagem que surge, embora diretamente relacionada às ideias da abordagem pós-custodial, é a abordagem pós-moderna, que tem como objetivo repensar os princípios, conceitos e métodos basilares da disciplina. Segundo Eric Ketelaar (2000), essa abordagem vai além da denominada tradicional ou positivista e mostra-se fundamental para a compreensão de que o arquivo não é neutro e não escapa da subjetividade. Os pós-modernos, segundo Cruz Mundet (2011), devem se impor frente à tradicional concepção positivista, baseada na existência de leis universais, imutáveis, que permeiam o objetivo do arquivo e o trabalho do arquivista.

Nesse aspecto, compreendemos como fundamental a realização de pesquisas em Arquivologia à luz das novas abordagens. Couture e Ducharme (2005) afirmam que a pesquisa em Arquivologia é essencial para o desenvolvimento da disciplina e que é imprescindível a aliança entre teoria e prática. Considerando o advento dos documentos digitais, vários autores tentaram prever qual seria o impacto desses para a teoria e prática arquivísticas. Para Margaret Hedstrom (1991), a teoria arquivística estabelece um relacionamento explícito entre as funções e atividades de uma organização com os documentos que são criados por ela. Em uma era de rápidas mudanças na tecnologia da informação, os arquivistas devem reexaminar como os sistemas de informação podem apoiar as funções organizacionais e suas relações com a estrutura organizacional dentro de contexto amplo de produção documental. Em seguida, a autora estabelece que a pesquisa relacionada a documentos digitais

determinará se a teoria arquivística atual pode ser aplicada e onde novas abordagens e métodos serão necessários para a gestão desses documentos digitais.

Considerando as atuais práticas e teorias arquivísticas adotadas no contexto atual e a emergência dessas novas abordagens, podemos destacar que a presente pesquisa foi motivada pelo seguinte questionamento: estão as práticas arquivísticas acompanhando as emergentes mudanças? Para Marques (2011, p. 79), “seria impossível descrever todas as práticas e teorias arquivísticas, considerando a sua enorme variedade, configurada em muitas tradições que conjugam a disciplina, seu objeto e seus desdobramentos”. Assumindo a abrangência e a complexidade de tal tarefa, nossos propósitos limitam-se à análise do ciclo vital dos documentos no âmbito do recente cenário.

Não obstante a existência de várias teorias e práticas, podemos ressaltar alguns princípios e conceitos basilares para a disciplina. Santos (2015), ao discutir sobre os princípios arquivísticos, salienta que nem todos os termos do escopo da teoria e da prática arquivísticas podem ser denominados como “princípios arquivísticos”. Após a análise de manuais arquivísticos e dicionários terminológicos, o autor identificou uma série de termos adjetivados como princípios arquivísticos. Na apreensão do autor, após utilizar como requisitos escopo, desenvolvimento, aceitação, originalidade e âmbito disciplinar, apenas o princípio da proveniência e o ciclo vital dos documentos podem ser conjecturados como princípios.

Nesta pesquisa, abordaremos o ciclo vital dos documentos que, conforme apontado por diversos autores, surge como solução para a administração do grande volume de documentos que passou a ser produzido no período pós-segunda guerra nos Estados Unidos da América. Investigaremos se o conceito do ciclo vital dos documentos, muitas vezes tratado de forma equivalente à noção de três idades documentais, está, de fato, consolidado na teoria e prática arquivísticas. Para tal fim, apresentaremos ideias tais como a de Couture e Rousseau (1998), que consideram que o ciclo de vida dos documentos, tal como a noção de fundo ou princípio da proveniência, integra as bases em que assenta a Arquivologia contemporânea. No mesmo sentido, temos o entendimento do espanhol Cruz Mundet (2011), que compreende que a introdução do ciclo vital dos documentos fez criar um novo paradigma para a Arquivologia contemporânea, de enorme influência em nossos dias.

Apesar do caráter fundamental para a disciplina, conforme previamente apercebido, questionamentos quanto à noção “estática” do documento surgiram, principalmente devido ao despontamento de novas perspectivas impelidas pelos documentos digitais. Após os anos 90 do século passado, novas formas de produção e uso da informação arquivística provocaram novas questões na área, conforme destacado por Jardim (2012). Tal contexto fez a Arquivologia se voltar para os documentos digitais, o que exigiu novas soluções quanto ao seu tratamento. Para Cook:

Estas mudanças fundamentais que ora acontecem têm afetado a natureza das teorias arquivísticas, as quais foram primeiro articuladas pelos critérios desenvolvidos visando o arranjo e a descrição de antigos e estáveis [no que tange ao suporte] documentos das instituições hierárquicas. Estes conceitos tradicionais têm sido significativamente adaptados para perspectivas completamente diferentes, necessários para à avaliação (assim como para a descrição) dos dinâmicos documentos digitais criados pelas instáveis instituições no mundo atual. (COOK, 1997, p. 207).

Quanto ao ciclo vital dos documentos, esse passa a receber críticas em relação à restrição imposta pela divisão em fases ou idades, ao grande enfoque nos documentos como entidades físicas e nas tarefas operacionais, aspectos que se tornam irrelevantes com a perspectiva dos documentos digitais. (CRUZ MUNDET, 2011). Rousseau e Couture (1998) ressaltam que as etapas de traslado até a destinação final não são distintas, engessadas e sem ligação. Com base no exposto, entendemos como necessária a compreensão de quais são as possíveis limitações do ciclo vital ante às diversas possibilidades de criação, uso, manutenção e disseminação de documentos digitais. Para tal, apresentaremos como se deu a escolha do referencial utilizado para a elucidação dessas restrições.

O presente trabalho está estruturado em seis capítulos. O primeiro, que consiste nesta introdução, apresenta uma contextualização, os fatores que justificam a realização da pesquisa, o problema da pesquisa e seus objetivos. O segundo capítulo é composto da metodologia utilizada na realização da pesquisa, a qual apresenta o método empregado para a seleção dos estudos que fundamentaram o trabalho. O terceiro capítulo trata da revisão de literatura e do referencial teórico, o qual se constitui de quatro tópicos que tratam do processo de evolução das ciências e de questões referentes a paradigma e matriz disciplinar, de um possível percurso

do conceito do ciclo vital dos documentos e seu entendimento no âmbito da Arquivologia e no cenário atual, sobretudo no que diz respeito à emergência de um novo paradigma. O quarto capítulo trata do ciclo vital dos documentos no âmbito do pós-custodialismo, buscando abordar suas possíveis limitações. O quinto capítulo, intitulado “O modelo *records continuum*”, apresenta as principais características do modelo, suas origens e aplicações. Em conclusão, o sexto capítulo apresenta considerações sobre os resultados da pesquisa.

1.1. Justificativa

A fim de se verificar de que forma o ciclo vital dos documentos é reconhecido no novo contexto de produção e uso dos documentos e de compreender como se dá sua aplicação na gestão de documentos digitais, buscamos na teoria arquivística australiana as respostas para as perguntas suscitadas. Porém, um novo questionamento surge: por que a Arquivologia australiana?

Constatamos que a Arquivologia australiana está no cerne das discussões que se referem ao paradigma denominado “pós-custodial”, ou seja, essa teoria figura como destaque no campo das novas abordagens. Como forma de comprovar tal alegação, constatamos a presença de artigos de autores australianos nos mais importantes periódicos com temática arquivística e o constante debate de suas teorias por notáveis teóricos contemporâneos — Terry Cook, David Bearman, Tom Nesmith, Eric Ketelaar, Richard Cox etc. Essa notoriedade chamou-nos a atenção para a realização de um estudo mais detalhado sobre as principais contribuições da Austrália para a teoria arquivística.

Além do disposto, verificamos que a teoria australiana ocupou papel de destaque na década de 1990, principalmente por meio da publicação de artigos por autores australianos referentes à gestão de documentos digitais e pelos avanços conquistados pelas instituições arquivísticas australianas, expressos por meio de normas e diretrizes. Dentre esses, destacamos o desenvolvimento da Metodologia *Designing and Implementing Recordkeeping Systems* (DIRKS) no início da década de 1990 e sua utilização como base para a elaboração de uma das mais significativas

normas de gestão de documentos, a Norma ISO 15.489 de 2001, a qual se baseou na AS 4390, *Australian Standard on Records Management*, de 1996. Mesmo na década de 1960, a Arquivologia australiana já despontava pelo seu caráter contestador e inovador, como exemplo tem-se o sistema de séries australiano proposto por Peter Scott, que foi de grande importância para o estabelecimento de diversos debates sobre a descrição de arquivos e sobre uma nova interpretação do princípio da proveniência.

Dentro desse contexto, destacamos a articulação do modelo *records continuum* pelo teórico australiano Frank Upward em 1996. Aliado ao nosso propósito de encontrar um referencial consistente para a elucidação das limitações do ciclo vital dos documentos, contemplamos no *records continuum* essa possibilidade. Como justificativa do exposto, assumindo a grande relevância do teórico americano David Bearman para a Arquivologia, utilizamo-nos do seu reconhecimento dado ao modelo. Bearman participou como presidente honorário do Workshop “*Managing the Record Continuum*”, em 1996, na Austrália. O teórico discorre que o modelo rejeita o ciclo vital dos documentos ao estabelecer documentos com um valor contínuo, que diverge da abordagem tradicional de o documento alcançar o *status* de permanente ao longo do tempo. O autor afirma que, como resultado, os arquivistas australianos passaram a ser chamados de “pós-custodiais” no diálogo internacional. Além de Bearman, consideramos o canadense Terry Cook como um dos mais relevantes teóricos contemporâneos e não pudemos desconsiderar seu reconhecimento à teoria australiana. Cook (1997) afirma que o *records continuum* consiste na segunda grande contribuição dos australianos para a Arquivologia — a primeira, segundo Cook, consiste no *series system* — e outra revitalização do princípio da proveniência.

A pesquisa mostra-se relevante e é justificada, ainda, pelo fato de trazer à tona um possível diálogo com a Arquivologia australiana. Marques (2011) constatou que há um acompanhamento tardio ao pensamento arquivístico internacional por parte dos brasileiros. Em mapeamento realizado, a fim de identificar as principais tendências históricas do pensamento arquivístico internacional que perpassam a produção científica relacionada à Arquivologia no Brasil, a autora verificou a não presença de autores australianos nas referências bibliográficas das dissertações e teses com temáticas arquivísticas, produzidas em vários Programas de Pós-graduação brasileiros. Ainda segundo a pesquisa, os avanços ocorridos na Austrália demoram a

ser divulgados no Brasil, o que demonstra atraso brasileiro em relação a essas mudanças. Há, portanto, uma expressiva lacuna teórica, o que explicita a necessidade de uma maior aproximação da pesquisa arquivística realizada no Brasil frente à teoria arquivística australiana.

1.2. Problema

Depreendemos que os questionamentos acerca da aplicabilidade do ciclo vital dos documentos no âmbito das novas perspectivas advindas pelos documentos digitais podem ser melhor compreendidos a partir da análise do modelo australiano *records continuum*. O problema da pesquisa pode ser explicitado por meio do seguinte questionamento: de que forma a teoria arquivística australiana, sobretudo o modelo *records continuum*, pode contribuir para a elucidação de possíveis limitações impostas pelo ciclo vital dos documentos e pela teoria das três idades ante às novas perspectivas advindas pelos documentos digitais?

1.3. Objetivo Geral

Analisar o ciclo vital dos documentos e suas possíveis limitações ante às novas perspectivas advindas pela gestão de documentos digitais à luz do modelo australiano *records continuum*.

1.4. Objetivos Específicos

- Identificar os principais aspectos referentes à criação, consolidação, disseminação e interpretações relevantes do ciclo vital dos documentos, inclusive suas relações com a teoria das três idades;

- Verificar a possibilidade de o ciclo vital dos documentos perfazer a condição de um conceito fundamental ou, ainda, um paradigma para a Arquivologia;
- Analisar o ciclo vital dos documentos ante às perspectivas do pós-custodialismo, sobretudo no que diz respeito à gestão de documentos digitais;
- Investigar as principais características da teoria arquivística australiana e do modelo *records continuum*, principalmente no que se refere à elucidação das limitações impostas pelo ciclo vital dos documentos.

2. METODOLOGIA

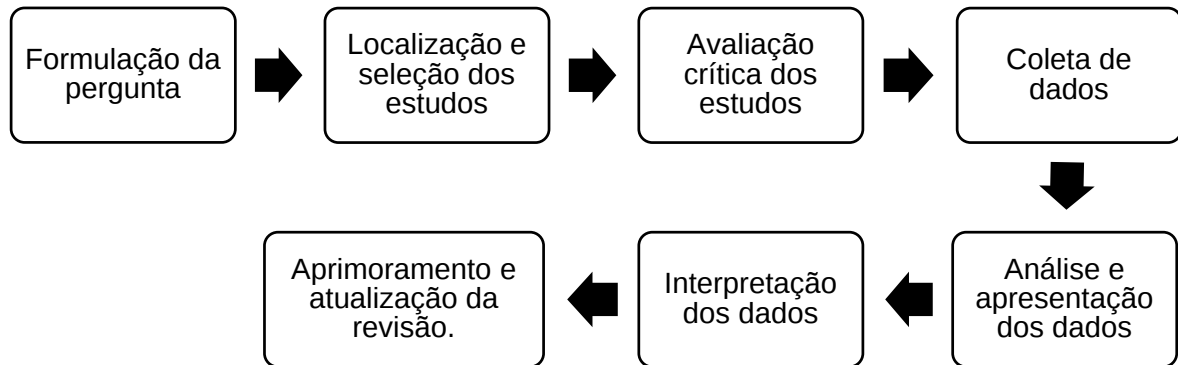
Apresentamos, neste capítulo, a metodologia empregada na pesquisa, de modo a expor detalhadamente todas as etapas aplicadas para a sua consecução. A pesquisa em epígrafe, por estar direcionada à observação detalhada de certo fenômeno de interesse — o qual está em estágio avançado de investigação —, tem como descritivo seu propósito de estudo, conforme classificação de Bhattacharjee (2012) e Sekaran e Bougie (2010). No que diz respeito à abordagem da pesquisa, podemos considerar o uso abordagem qualitativa, posto que a pesquisa qualitativa submete-se à análise subjetiva de fenômeno e a não obtenção de resultados quantificáveis, conforme disposto por Khotari (2004). Complementarmente, Bhattacharjee (2012) compreende que a pesquisa qualitativa é estreitamente dependente dos conhecimentos e habilidades do pesquisador, no que se referem ao contexto social onde os dados são coletados.

Entendemos que a pesquisa é de natureza teórica, pois pretende, a partir da literatura sobre o tema, extrair subsídios que julgamos necessários ao suprimento da lacuna representada pela ausência de interlocução com a teoria arquivística australiana e, também, à elucidação de questões referentes às limitações apresentadas pelo ciclo vital dos documentos para a gestão de documentos digitais. No que concerne ao horizonte temporal, a pesquisa pode ser definida como transversal, já que, conforme Sekaran e Bougie (2010) e Creswell (2010), terá a coleta de dados realizada apenas uma vez, isso é, em um período definido.

O método de pesquisa empregado é a revisão sistemática de literatura. A escolha pelo método citado deu-se em decorrência de a principal fonte para a coleta de dados ser a vasta literatura sobre o tema. Ressalta-se que esta abordagem difere de uma revisão bibliográfica convencional, na medida em que demanda uma sequência de etapas cuja metodologia é claramente explicitada, com técnicas padronizadas e passíveis de reprodução, conforme Evans e Pearson (2001). Corroborando com o exposto, o manual JBI (2011) afirma que a revisão sistemática busca identificar estudos sobre um determinado tema em questão, aplicando métodos explícitos e sistematizados de busca e avaliar a qualidade e validade desses estudos,

eliminando vieses. A Colaboração Cochrane, recomenda que a revisão seja realizada em sete etapas (HIGGINS et al.,2008), descritas na Figura 1.

Figura 1 – Etapas da revisão sistemática de literatura



Fonte: Adaptado de Higgins et al. (2008).

De início, a formulação da pergunta da pesquisa consiste na fase mais importante da revisão sistemática, pois serve como ponto de partida para toda a revisão. A questão formulada refere-se ao problema da pesquisa, que pode ser representado pelo seguinte questionamento: de que forma a teoria arquivística australiana, sobretudo o modelo *records continuum*, pode contribuir para a elucidação de possíveis limitações impostas pelo conceito do ciclo vital dos documentos e pela teoria das três idades ante às novas perspectivas advindas pelos documentos digitais?

A segunda etapa, a localização e seleção de estudos, refere-se à identificação de estudos relevantes sobre a temática. Salientamos, nesse aspecto, que investigamos as principais bases de dados das áreas da Biblioteconomia, Ciência da Informação e Arquivologia — nacionais e internacionais —, conforme Quadros 1 e 2.

Quadro 1 – Bases de dados brasileiras em Biblioteconomia, Ciência da Informação e Arquivologia utilizadas como fonte de pesquisa

(continua)

Título da Base de Dados
Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BBTD)
Holmes – Descobrimo a Ciência da Informação por você

(conclusão)

Título da Base de Dados
Repositório Acadêmico de Biblioteconomia e Ciência da Informação (RABCI)

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2 – Bases de dados internacionais em Biblioteconomia, Ciência da Informação e Arquivologia utilizadas como fonte de pesquisa

Título da Base de Dados
<i>E-LIS: E-Prints In Library And Information Science</i>
<i>Library Literature & Information Science Index</i>
<i>Library Literature & Information Science Full Text</i>
<i>Library and Information Science Abstracts (LISA)</i>

Fonte: Elaboração própria.

Verificamos que a LISA indexa os principais periódicos com temática arquivística. Dessa forma, a pesquisa foi realizada nesta base de dados, a qual se mostrou a mais representativa dentro das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação. Tendo em vista a grande quantidade de periódicos com temática relacionada ao objeto de estudo — ciclo vital dos documentos e o modelo *records continuum* —, vimos como necessária a utilização de critérios para a seleção daqueles mais relevantes. Para tanto, utilizamos como parâmetro o *Excellence in Research for Australia (ERA)*², que conta com a avaliação dos principais periódicos com temática arquivística, realizado pelo *Australian Research Council (ARC)*. A referida avaliação classificou os periódicos em quatro graus: A+, A, B e C, onde A+ corresponde à classificação mais e alta e C corresponde à menor. Cabe salientar que no início da avaliação, em 2008, a lista de periódicos qualificados da área de Arquivologia contava apenas com dois periódicos.

Após um longo processo de avaliação, o qual contou com o envolvimento de membros de todas as universidades da Austrália que se dedicam ao estudo da Arquivologia; das principais universidades em âmbito internacional que possuem

² Para mais informações sobre a avaliação, indicamos a leitura dos relatórios presentes no sítio do ARC, disponível em: <http://www.arc.gov.au/era-reports>.

programas de graduação e pós-graduação relacionados à área (Quadro 3); e, também, dos editores dos já reconhecidos principais periódicos da área, *Archival Science*, *Archivaria*, *The American Archivist* e *Records Management Journal*, o ARC, por meio do ERA de 2010, estabeleceu uma lista de quinze periódicos, conforme apresentado no Quadro 4.

Quadro 3 – Universidades internacionais participantes da avaliação do ARC em 2010

PAÍS	INSTITUIÇÕES
Estados Unidos da América	<i>University of Pittsburgh, University of California e Simmons College</i>
Canadá	<i>University of Manitoba</i>
Inglaterra	<i>University College London e Northumbria University</i>
Alemanha	<i>Archivschule Marburg Germany</i>
Holanda	<i>University of Amsterdam e The Netherlands Institute for Archival Education and Research</i>
Itália	<i>Universita' degli di Urbino</i>
Suécia	<i>Mid-Sweden University</i>
Suíça	Historisches Institut Switzerland
Argentina	Universidad Nacional de Cordoba

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 4 – Classificação dos principais periódicos de temática arquivística em 2010

(continua)

TÍTULO DO PERIÓDICO	CLASSIFICAÇÃO
<i>Archival Science</i>	A+
<i>Archivaria</i>	A+
<i>American archivist</i>	A+
<i>Journal of the Society of Archivists (UK)</i>	A+
<i>Archives & manuscripts: Journal of the Australian Society of Archivists</i>	A
<i>The records management journal</i>	A
<i>Archives: The journal of the British Records Association</i>	B
<i>Information management journal (ARMA)</i>	B
<i>Archival issues – Journal of the Midwest Archives Conference</i>	B
<i>Archives & social studies: A journal of interdisciplinary studies</i>	B

(conclusão)

TÍTULO DO PERIÓDICO	CLASSIFICAÇÃO
<i>Libraries and the cultural record</i>	B
<i>Arkiv, samhälle och forskning (ASF)</i>	C
<i>IQ: InfoRMAA quarterly</i>	C
<i>Journal of archival organisation</i>	C
<i>Library and archival security</i>	C

Fonte: Elaboração própria.

As etapas de avaliação crítica dos estudos e coleta de dados correspondem à explicitação dos critérios utilizados para determinar a validade dos estudos selecionados. É importante salientar que os critérios utilizados para inclusão e exclusão de estudos levaram em consideração, principalmente, a relevância do periódico — de acordo com a classificação disposta no quadro 4 — e dos autores para cada tema relacionado ao objeto de estudo. No que tange aos critérios de determinação de relevância do autor, optamos pelos estudos publicados em periódicos classificados como A+ e A e, também, na quantidade de citações por outros autores que publicaram nesses periódicos de qualificação elevada. Utilizamos, como parâmetro para a pesquisa nos periódicos, os termos “archiv”, “information”, “records”, “documentos”, “continuum”, “life cycle”, “ciclo vital”, “cycle de vie”, “três idades”, “three ages” e “trois âges”.

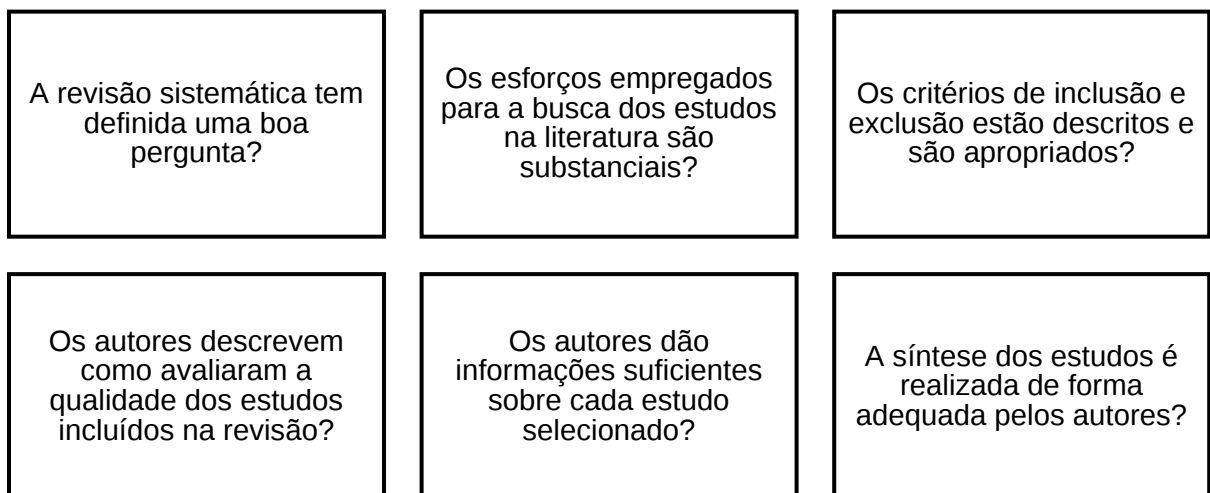
Adicionalmente, no que se refere às publicações relacionadas à teoria arquivística australiana, destacamos a relevância do periódico *Archives and Manuscripts*, principal meio de difusão do conhecimento arquivístico no país. No que diz respeito ao modelo *records continuum*, julgamos como oportuno a seleção de estudos publicados pelos membros do grupo de pesquisa *Records Continuum Research Group* (RCRG) da Monash University da Austrália. O RCRG é constituído pelos pesquisadores Sue McKemmish, Livia Iacovino, Frank Upward (criador do modelo), Chris Hurley, Glenda Acland, Barbara Reed e Michael Piggott, teóricos que figuram entre os mais relevantes da Arquivologia australiana.

Nas etapas de análise e interpretação dos dados, destaca-se a síntese dos dados coletados como a principal atividade, visto que consiste na técnica empregada para consolidar as amostras dos estudos pesquisados. A síntese será realizada por

meio da metassíntese qualitativa, técnica de análise utilizada na revisão sistemática qualitativa, que tem como objetivo a criação de traduções interpretativas ampliadas de todos os estudos examinados em determinado domínio, conforme Barroso et al. (2003). Trata-se da interpretação do pesquisador/revisor sobre a interpretação dos dados primários, feitas pelos autores originais. Dessa forma, são criadas pequenas sínteses interpretativas e posteriormente relacionadas. De acordo com Zimmer (2006), a metassíntese qualitativa pode ser entendida como uma interpretação multivocal de um fenômeno, haja vista a presença das “vozes” dos vários autores dos estudos selecionados. Assim, de acordo com Barroso et al. (2003), a metassíntese parte de uma lógica teórica interpretativa, na qual os resultados dos estudos selecionados são reformulados para uma leitura aprofundada das entrelinhas, na construção final do produto. O produto reflete a construção elaborada pelo revisor, das construções interpretativas feitas pelos investigadores autores das pesquisas.

Por fim, a última etapa, compreende a avaliação da qualidade da revisão, aprimoramento e atualização, que consiste na análise crítica da revisão utilizada (HIGGINS; GREEN, 2005), utilizando questionamentos como:

Figura 2 – Avaliação da qualidade da revisão sistemática



Fonte: Adaptado de Higgins e Green (2005).

3. REVISÃO DE LITERATURA E REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo, dedicado à revisão de literatura e à indicação do referencial teórico empregado, tem como objetivo, conforme entendimento de Creswell (2007), aproximar o pesquisador a outros estudos relacionados à investigação em questão e compartilhar com o leitor esses resultados. Considerando o estabelecimento do conceito do ciclo vital dos documentos no cerne da teoria e da prática da Arquivologia, torna-se fundamental identificar como se deu o processo de evolução dessa disciplina, tendo em vista o assentamento e mudanças de suas ideias fundamentais.

Para tanto, na primeira seção deste capítulo, utilizaremos como ponto de partida para tal entendimento a investigação do processo de evolução das ciências e do conceito de paradigma, tomando como base os estudos realizados pelo físico americano Thomas Kuhn, em sua obra intitulada “A estrutura das revoluções científicas”, publicada pela primeira vez em 1962. Ocupar-nos-emos, inclusive, das peculiaridades das Ciências Sociais e Humanas, sobretudo no que se refere a aspectos da História e da Antropologia, visando compreender como os paradigmas são estabelecidos no domínio dessas ciências.

Investigaremos, nas duas seções posteriores, o contexto de surgimento do conceito do ciclo vital dos documentos — e também da teoria das três idades — e suas características de acordo com as tradições de vários países, sob as interpretações dos mais relevantes teóricos desenvolvedores, aperfeiçoadores e disseminadores (Phillip C. Brooks, Margaret Norton, Yves Pérotin, Theodore R. Schellenberg etc.), além de relevantes análises posteriores (Elio Lodolini, Aurelio Tanodi, Antonia Heredia Herrera, Heloisa Bellotto, Armando Malheiro da Silva, Jay Atherton, James B. Rhoads, José Ramon Cruz Mundet, Glen Dingwall etc.). Seguidamente, almejamos compreender o quão relevante é o ciclo vital dos documentos para a história e para a epistemologia arquivística, buscando identificar de que forma se dá a sua compreensão como fundamento ou, ainda, um paradigma da disciplina.

Em seção subsequente, será feita uma análise do atual cenário da Arquivologia, sobretudo no que se refere ao apontamento de novas tendências ou paradigmas para a disciplina, tendo em vista as denominadas Arquivologia Pós-

Custodial, Arquivologia Pós-moderna, Arquivologia Contemporânea etc. Em vista disso, valer-nos-emos de estudos realizados por Boaventura de Sousa Santos, no que se refere aos principais aspectos de uma ciência pós-moderna, pelo canadense Terry Cook, tido como um dos principais prenunciadores de um novo paradigma no campo da Arquivologia, pelos teóricos portugueses, que propõem uma maior aproximação com a Ciência da Informação e pelos teóricos australianos, sobretudo Frank Upward (1996, p. 1), que considera o modelo *records continuum* como resultado de uma “mescla de Arquivologia, de Pós-modernismo e da Teoria de Estruturação de Anthony Giddens”.

Consideramos primordial o estudo dos conceitos que serão apresentados neste capítulo, a julgar por nossa tentativa em situar o ciclo vital dos documentos nos campos da história e da epistemologia da Arquivologia, buscando averiguar a possibilidade de o conceito perfazer a condição de um fundamento, ou até mesmo um paradigma da disciplina. Outrossim, busca-se demonstrar um possível percurso do ciclo vital, no que diz respeito à sua criação, consolidação, disseminação e aceções. Por fim, temos como intuito compreender o atual contexto da Arquivologia, com a pretensão de identificar a emergência de um ou de novos paradigmas e tendências, a fim de que se torne possível depreender o papel do ciclo vital dos documentos diante das novas perspectivas advindas.

3.1. O processo de evolução das ciências e o conceito de paradigma

Para Khun (1998), a evolução das ciências se dá de duas formas: evolução ou revolução. Conforme análise de Eugênio, França e Perez (1996), a evolução está relacionada a um processo cíclico constituído pelas seguintes etapas fundamentais: ciência imatura, surgimento de um paradigma, ciência normal, surgimento de anomalias, crise, ciência extraordinária, emergência de novo paradigma, revolução científica, consolidação do novo paradigma e ciência normal.

Iniciando a apreciação de cada uma das etapas fundamentais, a ciência imatura ou proto-ciência é aquela que não possui um conjunto de ideias fundamentais hegemônico, isto é, não há consenso entre a maioria dos praticantes da área de

estudo. Essa etapa caracteriza-se pela ausência de paradigmas e pelo surgimento de correntes, fato que resulta na disputa entre grupos de cientistas. Após essa fase inicial, verifica-se o início de predominância de uma das correntes, com a consequente imposição de suas ideias aos demais membros da área de estudo. Esse é o momento de surgimento de uma ciência madura, evidenciada por um conjunto básico de ideias — surgimento de um paradigma — que tem como resultado, muitas vezes, o desaparecimento das ideias dos grupos opositores, que anteriormente estavam em conflito.

O estabelecimento de um paradigma cria um ambiente menos conflituoso entre os membros da comunidade científica. Os cientistas se utilizam do paradigma para o desenvolvimento dos trabalhos na área e procuram comprová-lo ou utilizá-lo como base para o desenvolvimento de novas ideias. O paradigma funciona, então, como um caminho para os trabalhos na área, mas o seu estabelecimento não significa necessariamente que ele tenha explicado todos os fatos. Para Kuhn (1998) essa etapa é conhecida como ciência normal.

Homens cuja pesquisa está baseada em paradigmas compartilhados estão comprometidos com as mesmas regras e padrões para a prática científica. Esse comprometimento e o consenso aparente que produz são pré-requisitos para a ciência normal, isto é, para gênese e a continuação de uma tradição de pesquisa determinada. (KUHN, 1998, p. 30).

O estabelecimento de um paradigma não garante a explicação de todos os fatos concatenados à área de estudo. Quando os cientistas não encontram soluções para os problemas apresentados utilizando o paradigma vigente, tem-se o surgimento de anomalias. Para Kuhn (1998), quando as anomalias se tornam recorrentes, há a desestabilização do comprometimento dos cientistas com o paradigma vigente e como resultado tem-se o momento chamado de crise.

Nesse caso, os cientistas podem concluir que nenhuma solução para o problema poderá surgir no estado atual da área de estudo. O problema recebe então um rótulo e é posto de lado para ser resolvido por uma futura geração que disponha de instrumentos mais elaborados. Ou, finalmente, o caso que mais nos interessa: uma crise pode terminar com a emergência de um novo candidato a paradigma e com uma subsequente batalha por sua aceitação. (KUHN, 1998, p. 116).

A ciência extraordinária é definida pelo questionamento dos fundamentos e pressupostos da ciência anterior e pela proposição de um novo paradigma — fato que pode culminar na revolução científica. As revoluções científicas são “aqueles episódios de desenvolvimento não cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior” (KUHN, 1998, p. 125). Ou ainda:

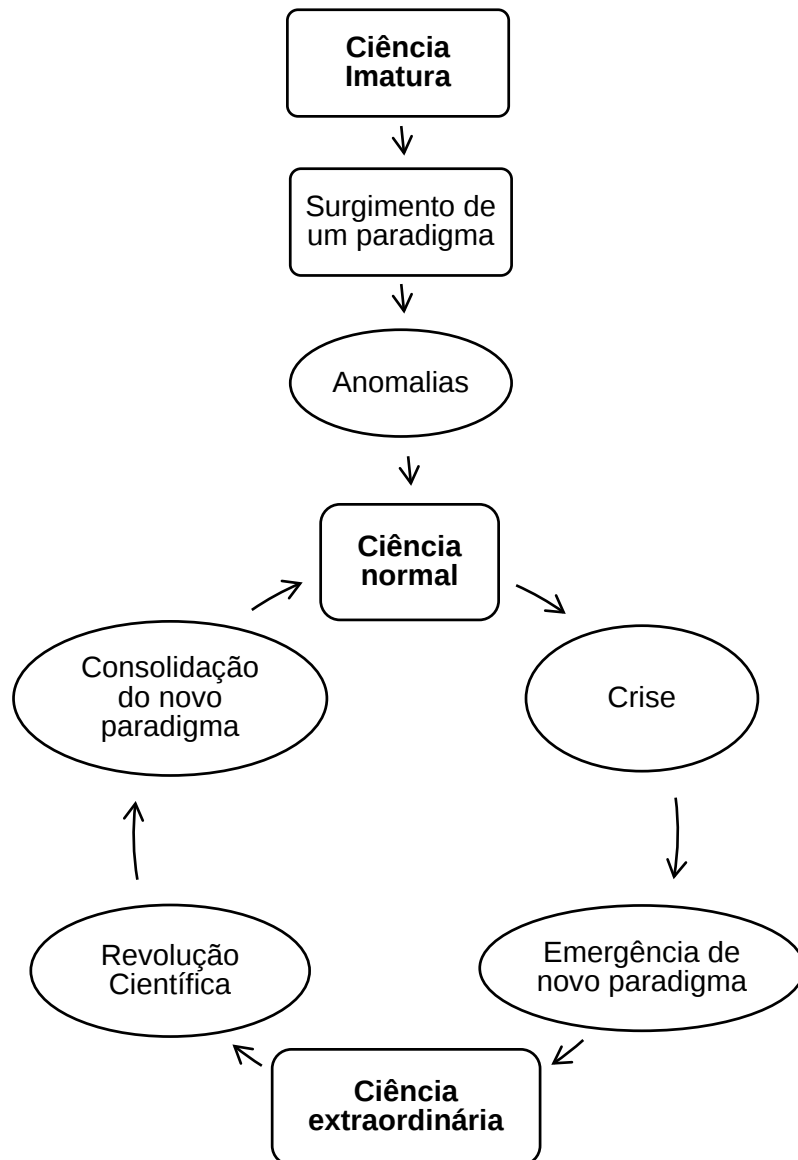
As revoluções científicas são os complementos desintegradores da tradição à qual a atividade da ciência normal está ligada, forçando [...] a comunidade a rejeitar a teoria científica aceita em favor de uma outra incompatível com aquela. [...] tais mudanças, juntamente com as controvérsias que quase sempre as acompanham, são características definidoras das revoluções científicas. (KUHN, 1998, p. 25).

Quanto aos estudos e trabalhos desenvolvidos com base no paradigma anterior, nota-se que esses são revistos, causando um grande volume de mudanças na ciência. Nesse processo, alguns estudos são simplesmente descartados, pois conflitam com o novo paradigma, enquanto outros estudos são aperfeiçoados, tornando-se mais corretos e abrangentes. Com o encerramento do período revolucionário — predominância de ideias de uma determinada corrente — tem-se o fechamento do ciclo, com o ressurgimento da ciência normal. Apresentamos, na Figura 3, para melhor visualização do todo, o processo evolutivo das ciências, de acordo com Kuhn (1998).

Kuhn (1998) nominou paradigmas as ideias fundamentais de uma ciência. Segundo definição do autor, os paradigmas podem ser entendidos como “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 1998, p. 16). O autor admitiu alguns problemas em relação ao entendimento do conceito no posfácio de sua obra publicada em 1968, na qual afirma que

o paradigma é usado em dois sentidos diferentes. De um lado, indica toda a constelação de crenças, valores, técnicas etc., partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada. De outro, denota um tipo de elemento dessa constelação: as soluções concretas de quebra-cabeças que, empregadas como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal. (KUHN, 1998, p. 216).

Figura 3 – Processo evolutivo das ciências.



Fonte: Elaboração própria.

Com o intuito de melhor delinear os significados de “paradigma”, após grande ampliação da noção desse conceito na primeira edição de sua obra, Kuhn (1998) utiliza como proposta a noção de “matriz disciplinar”. O autor a considera mais adequada, pois o substantivo “matriz” refere-se a algo que é composto de elementos ordenados de várias espécies e o adjetivo “disciplinar” é utilizado porque se refere a uma posse comum aos praticantes de uma disciplina particular.

De acordo com Kuhn (1998), são quatro os elementos que compõem a “matriz disciplinar”. O primeiro elemento, as generalizações simbólicas, consistem em

expressões empregadas sem discussão ou dissensão pelos membros do grupo, que criam pontos de apoio para o desenvolvimento da ciência. O segundo elemento equivale aos elementos metafísicos, modelos ou analogias preferidas, que são

aqueles compromissos coletivos partilhados pelos pesquisadores que possuem a função de fornecer ao grupo analogias ou metáforas preferidas ou permitidas, determinando assim o que poderá ser aceito como solução dos problemas encontrados na pesquisa científica. (KUHN, 2005, p. 231).

Os valores são o terceiro elemento e podem ser definidos como princípios compartilhados pelos membros da comunidade científica que proporcionam um sentimento de pertencimento a uma comunidade global e que estabelecem parâmetros que norteiam suas tomadas de posição no decorrer do processo científico. O quarto elemento corresponde aos exemplares, os quais constituem o componente central da matriz disciplinar. Cotejados à noção de “paradigma” dos trabalhos anteriores, os exemplares equivalem ao sentido mais estrito, e original, do paradigma. Os exemplares representam:

As soluções concretas de problemas que os estudantes encontram desde o início de sua educação científica, seja nos laboratórios, exames ou no fim dos capítulos de manuais científicos. [...] tais soluções indicam, através de exemplos, como devem realizar seu trabalho. (KUHN, 2005, p. 234).

Por conseguinte, infere-se que Kuhn (1962) defende a ciência normal e a adoção de paradigmas, visto que a existência de um paradigma vigente é capaz de responder, ainda que provisoriamente, aos principais problemas, e faz com que a ciência avance com rapidez e se aprofunde com a utilização dos instrumentos e métodos relacionados ao paradigma. A ausência de um paradigma em uma área de pesquisa, para Kuhn (1962), consiste na falta de especificação sobre os aspectos relevantes para aquela área. Como consequência, os pesquisadores podem considerar todos os aspectos envolvidos como relevantes, ampliando demasiadamente sua pesquisa para aprofundar resultados.

As contribuições de Thomas Kuhn à reflexão teórica sobre o processo de evolução das ciências são inquestionáveis e sua análise tornou-se um clássico para o estudo da História das Ciências. Entretanto, utilizando-se da análise feita por Barros

(2011), devemos observar que nas Ciências Sociais e Humanas há a necessidade de ajuste ou adaptação desses vários conceitos. De acordo com Barros (2011), isso ocorre porque, em um determinado período, diversas teorias tendem a ser essencialmente concorrentes, bem como se mostrar disponíveis para a comunidade científica sem que se possa dizer que, em algum momento, haja predomínio ou hegemonia de uma só perspectiva. Para o autor

fica mais difícil, para o caso das ciências sociais e humanas, falar em uma “revolução científica” que estabeleça uma hegemonia, ou que produza a substituição de um novo e único paradigma pelo tradicional, como se houvesse uma única sucessão de paradigmas, no sentido sociológico da expressão. [...] De outra parte, a história da Física mostra ainda inúmeras situações em que novas teorias surgiram em radical ruptura com o que até o momento se tinha por certo, e, nestas ocasiões, através daquilo que Thomas Kuhn chamou de “revoluções científicas”, terminava-se por ocorrer a instalação de um novo paradigma, por substituição ao paradigma anterior. [...] Com as ciências humanas, não é preciso insistir no fato de que é muito mais comum identificarmos, ao longo de toda a sua história, o eterno padrão dos “paradigmas concorrentes” que se dão ao mesmo tempo, em recíproca descontinuidade. (BARROS, 2011, p. 6).

Com a apresentação de uma gama de paradigmas concorrentes aos pesquisadores das Ciências Sociais e Humanas em um determinado período, Barros (2011) entende que as ideias de Kuhn referentes à suplantação de um paradigma por outro ou ainda de rupturas irreversíveis entre esses não se aplicam em seu sentido estrito. O que existe nesse caso é a coexistência do que o autor chama de “mundos distintos”, em que cada pesquisador tem contato com uma realidade social distinta, o que o proporciona uma visão teórica que conforma sua maneira de pensar.

Dessa forma, há um processo de escolha de paradigmas e posicionamentos teóricos — dentre vários — pelos pesquisadores, o que possibilita o estabelecimento de uma comunicação de “mundos distintos”. Barros (2011) afirma que, diferente das Ciências Naturais em que ocorre um processo de “conversão”, nas Ciências Sociais e Humanas é mais comum a prática da “tradução”. Para o autor, “no universo das ciências sociais e humanas, as conversões de pesquisadores que decidiram migrar para um novo paradigma, em que pese não deixem de ocorrer, são decisões sempre individuais, e não necessidades da comunidade científica” (BARROS, 2011, p. 9).

Como forma de exemplificar o processo de “tradução”, o autor se utiliza de um exemplo de sua área de atuação, a História:

A comunidade de historiadores jamais se pronuncia em bloco a favor da adoção de um único paradigma, mesmo ao cabo de algumas gerações, tal como ocorreu com a maior parte da comunidade dos físicos ao aderir ao paradigma newtoniano, e ao considerá-lo mais tarde superado pela “teoria da relatividade”. Ao lado disto, ainda que um materialista histórico consiga convencer um positivista a abandonar o seu planeta teórico, ele sabe perfeitamente que não poderá converter maciçamente *todo* o “planeta dos positivistas”. (BARROS, 2011, p. 9–10).

Quanto à necessidade de adaptação do conceito de “paradigma” em relação à sua aplicação em áreas do conhecimento pertencentes às Ciências Sociais e Humanas, Barros (2011) entende que a solução está na ideia de “matriz disciplinar” de Kuhn. Novamente utilizando sua área de atuação como exemplo, Barros (2011) afirma que o conceito é bastante interessante para a comunidade historiadora, pois há certos princípios mais gerais que são aceitos pela ampla maioria dos integrantes daquela comunidade — o que corresponde a uma “matriz disciplinar” — sendo que essa pode abrigar em seu âmbito um certo número de paradigmas.

Nesta estrutura conceitual, a “Matriz Disciplinar” corresponderá, antes de mais nada, a um universo mais amplo de valores que dificilmente seriam colocados em questionamento pela ampla maioria dos historiadores — tais como a necessidade de uma referência à base documental (fontes históricas) ou a consideração das mudanças no tempo — aspectos sem os quais a própria disciplina perderia a sua identidade nos moldes como hoje a concebemos. Estas e outras “singularidades” — que, para cada caso, correspondem àquele conjunto irreduzível de dimensões, princípios e postulados aceites por todos ou quase todos os praticantes de um determinado campo disciplinar, e que, de certo modo, é o que marca a identidade do campo em relação a outras áreas de saber — constituem, por assim dizer, o “núcleo duro” de uma “matriz disciplinar.” (BARROS, 2010, p. 436).

Oliveira (1997), por sua vez, compreende a matriz disciplinar como distinta de paradigma os quais, segundo o autor, Kuhn considera como sinônimos. Para o autor, a matriz disciplinar consiste em “uma articulação sistemática de um conjunto de paradigmas, a condição de coexistirem no tempo, mantendo-se todos e cada um ativos e relativamente eficiente” (OLIVEIRA, 1997, p. 15). Desse modo, diferente das Ciências Naturais, em que sua evolução ocorre por meio da sucessão de paradigmas, a Antropologia Social — campo de estudo do autor — apresenta uma simultaneidade de paradigmas, sem que haja uma eliminação do paradigma anterior pelo mais recente.

Importante se faz observar a relação dos elementos “exemplares” com a “matriz disciplinar”. Kuhn (1998) afirma que as soluções apresentadas pelos “exemplares” orientam o trabalho dos praticantes de uma área. O autor prossegue afirmando que a “prática da ciência normal depende da habilidade, adquirida através dos exemplares, para agrupar objetos e situações em conjuntos semelhantes” (KUHN, 1998, p. 234–235).

Abrantes (1998), ao analisar os “exemplares”, exprime:

Por exemplares Kuhn entende um conjunto de problemas e de soluções-padrão, que materializam o consenso da comunidade científica, guiando sua prática num período de ciência normal e que são transmitidos pelos manuais durante a formação dos cientistas. Espera-se que, por modelagem, o cientista em seu trabalho científico normal, consiga resolver novos problemas, pautando-se pelas soluções já estudadas anteriormente para problemas similares. (ABRANTES, 1998, p. 63).

Na percepção de Barros (2011), os exemplares não fazem parte do “núcleo duro” de uma “matriz disciplinar”, entretanto, a habitam como um “repertório de modelos disponíveis para todos os praticantes de uma disciplina científica, inclusive para aqueles que estão aprendendo o seu ofício e ainda se instruindo com vistas a serem aceitos na comunidade científica”.

3.2. Um possível percurso do ciclo vital dos documentos: surgimento, disseminação e consolidação

Com o intuito de melhor compreender o conceito do ciclo vital dos documentos, torna-se fundamental a análise do contexto em que se deu seu surgimento, e, adicionalmente, dos principais atores responsáveis pela sua consolidação e disseminação. Ademais, julgamos como elementar analisar a teoria das três idades e a sua associação ao ciclo vital dos documentos. Para cumprir tal propósito, exploramos importantes estudos que se propuseram a analisar os conceitos e, como forma de comprovar a relevância desses, buscamos investigar quais são as obras apontadas como fundamentais para o entendimento do tema. Salientamos que a seleção dos estudos ocorreu de acordo com a método proposto nesta pesquisa.

O surgimento do conceito de ciclo vital dos documentos está intimamente ligado ao período após a Grande Depressão de 1929 e a Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos da América foram o país responsável por lidar, primeiramente, com o vertiginoso aumento da produção documental, o que culminou em uma grande dificuldade no tratamento e na manutenção desse grande volume de documentos e, conseqüentemente, no surgimento do *records management*, fortemente influenciado pelas teorias da organização de Taylor, Weber e outros fundadores do *management*.

É importante destacar que a prática da gestão de documentos não nasceu nos Estados Unidos da América no século XX. Duranti (1989) aponta para um passado bem mais distante, em que a prática remonta ao tratamento de documentos pelas civilizações antigas. A autora afirma que as raízes do *records management* estão na Mesopotâmia e em outras civilizações antigas ao redor do mundo e que já existiam na América do Sul, especificamente na civilização Inca, pessoas responsáveis por preservar as informações sobre atos e transações para o interesse de seus criadores e para o funcionamento e desenvolvimento da sociedade. O *records management*, em sua concepção moderna, surge como fruto das necessidades dos arquivistas americanos de desenvolverem técnicas sistemáticas de avaliação de documentos. Klumpenhower (1988) entende que as ideias desenvolvidas pelos “colegas europeus” não contemplavam soluções para o grande volume de documentos mal organizados, o que culminou no desenvolvimento de novas teorias e práticas.

Quantificando o notável aumento da produção de documentos, muitas vezes tratado como “explosão documental”, do período, sobretudo nos Estados Unidos da América, Cook (1997) afirma que quando o Arquivo Nacional americano foi criado em Washington no ano de 1934, havia sob sua custódia cerca de um milhão de metros de documentos federais, com um crescimento anual de aproximadamente seis mil metros. Já em 1943, após a expansão do Estado, o crescimento era de aproximadamente seiscentos mil metros por ano. Schellenberg (2002) faz uma análise geral do governo federal dos Estados Unidos da América e afirma que: até a Guerra Civil, de 1861, eram 2.832 metros cúbicos de documentos; entre essa e a I Guerra Mundial, era de cerca de 42.480 metros cúbicos; e entre a I Guerra e o período da crise econômica de 1929, havia cerca de 99.120 metros cúbicos. Percebe-se um grande aumento na produção documental na década de 1930, em que foram acrescentados mais 292.200 metros cúbicos e a “explosão documental” americana

tem seu ápice após a II Guerra Mundial, em que a produção anual atingiu a média anual de 56.640 metros cúbicos.

Cook (1997) reconhece que esse cenário implicou acontecimentos importantes. Segundo o autor, tem-se nesse momento o surgimento da profissão de *records manager*, profissional incumbido da função de auxiliar no tratamento desse grande volume de documentos nas *agencies*. Ainda, segundo o autor, é nessa ocasião que ocorre o redirecionamento da Arquivologia na América do Norte, a qual passou a se ocupar de questões referentes a esses novos documentos, conhecidos como “documentos modernos”.

O Arquivo Nacional americano passa a acompanhar esse redirecionamento em 1939, com a publicação do ato do Congresso intitulado “*An act to provide for the disposition of certain records of the United States Government*”. A partir desse ponto, os chefes dos departamentos estavam obrigados a listar o rol de documentos “não-ativos” em relatório ao Arquivo Nacional e estava estabelecida uma comissão conjunta do Congresso para determinar quais documentos deveriam ser guardados. O teórico americano Frank B. Evans (1967) entende que o *records management*, como uma atividade oficial de governo, teve seu primeiro reconhecimento oficial pela comunidade arquivística americana, em 1941, quando o *Committee on Reduction of Archival Material* da SAA foi renomeado para *Committee on Record Administration*. No âmbito do governo norte-americano, seu estabelecimento formal se deu no mesmo ano, com o surgimento de um programa de *records management*, que tinha como objetivo assistir os órgãos do governo nos procedimentos de seleção e arquivamento de documentos, a fim de facilitar a destinação dos documentos ou a sua transferência ao Arquivo Nacional.

Além da importância do setor público, Charles Dollar (1993) notabiliza a participação do setor privado no *records management*. Segundo o autor, quando do início da experimentação na gestão de documentos, é cristalino que grande parte do reconhecimento deve ser creditado ao Arquivo Nacional. Entretanto, o setor privado foi uma importante esfera em que o *records management* se desenvolveu com o intuito de aumentar o controle operacional e diminuir os custos da manutenção de documentos.

Técnicas foram desenvolvidas para lidar de maneira mais eficiente com os processos pelos quais os documentos em papel eram criados, utilizados e destinados — o mais notável foi a tabela de temporalidade. Durante as décadas de 1920 e 1930, a *American Management Association* promoveu um vigoroso programa de destinação de documentos com a publicação do *Office Management Series*. Como exemplo, em 1935, uma publicação intitulada “*Office Machines and Methods*” incluiu dois artigos que tratavam de prazos de guarda de documentos administrativos. Os dois artigos tinham como foco procedimentos e abordagens sobre a agilidade na eliminação de documentos que não eram mais necessários para as atividades de serviço correntes. (DOLLAR, 1993, p. 40, tradução nossa).

Para Silva (1998), um importante fator que propiciou o surgimento do *records management* foi a adaptação americana ao princípio da proveniência — o conceito de *record group*³. Consoante o autor, o conceito estabeleceu-se em 1941 no *National Archives* de Washington a fim de possibilitar uma flexibilidade na organização dos documentos produzidos por diferentes entidades.

Este conceito de *record group* difundiu-se rapidamente nos Estados Unidos da América e no Canadá, países de formação recente, em que os arquivistas se debatiam sobretudo com documentação ainda muito ligada à área administrativa e, portanto, não considerada “de arquivo”, no sentido histórico do termo. (SILVA, 1998, p. 133).

Além de mudanças significativas nos aspectos quantitativos dos arquivos, observa-se, também, uma mudança qualitativa. Novas formas de documentos e de sistemas surgiram. Klumpenhower (1988) evidencia o surgimento de documentos “*non-paper*”, como fotografias, filmes, microformas e dados de computadores. Conseqüentemente, o autor destaca a complexidade nos processos de criação, arranjo e utilização desses documentos. Além dessas novas formas, observa-se o crescimento das organizações em dimensões e complexidade, o que impulsionou a criação de novos tipos documentais, muitos deles produtos de novas funções relacionadas à mensuração da eficiência administrativa, isto é, relatórios acerca da quantificação de resultados.

³ Explicaremos o conceito de *record group* na seção 5.3 deste trabalho.

Ainda abordando o cenário americano, vale ressaltar as consequências acarretadas pela Segunda Guerra Mundial para a gestão de documentos modernos. Krauskopf (1958) afirma que esse conflito

redobrou a necessidade por programas efetivos de gestão de documentos, já que as *agencias* emergentes começaram novamente a proliferar e criar documentos volumosos, sem um organizado plano de destinação e sem restrições sobre a quantidade. Sob essa difícil situação, o Arquivo Nacional abandonou a atitude tradicionalmente conservadora e passiva sobre as instituições de arquivo e mergulhou no campo da administração. Como a *agency* central, com grande responsabilidade sobre o bem-estar dos documentos do governo, tomou a iniciativa no sentido de incentivar e colaborar com outras *agencias* no estabelecimento de programas de administração de documentos. (KRAUSKOPF, 1958, p. 373, tradução nossa).

Nota-se, nessa conjuntura, algumas críticas ao pensamento proposto por Jenkinson, principalmente no que tange à atuação dos arquivistas na custódia e preservação de documentos. Tais críticas podem ser atribuídas, inicialmente, à Margaret Norton, pioneira no estudo da avaliação de documentos nos Estados Unidos da América e Arquivista do Estado de Illinois, a qual entendia que a ênfase nos arquivos estava se deslocando da preservação dos documentos, para a seleção daqueles que seriam preservados. Percebe-se uma incipiente predominância de pensamentos alinhados à defesa da participação dos arquivistas na gestão dos documentos administrativos. Para Norton, os arquivistas deveriam estar mais preocupados com o “tratamento científico dos documentos oficiais” e que seu principal interesse estaria na eficiência administrativa, sendo a história apenas um interesse secundário (GILLIAND-SWETLAND, 1991, p. 165). Adicionalmente, a autora discorreu sobre a necessidade de uma intervenção de profissionais arquivistas nos órgãos do governo (*agencias*). Gilliland-Swetland faz uma boa síntese dessas ideias de Margaret Norton:

Bibliotecas públicas gerenciadas por historiadores não são arquivos, ela argumentava. A confusão em sentido contrário não foi apenas infeliz, pois ameaçava a própria preservação dos documentos legalmente importantes para o país. Historiadores têm uma agenda de pesquisa que está fundamentalmente em desacordo com a missão de um arquivo. O último, como Norton enxergava, era, em primeiro lugar, para servir às necessidades administrativas e as demandas de transparência pública de sua instituição e para as necessidades dos pesquisadores, em segundo lugar. (GILLILAND-SWETLAND, 1991, p. 165, tradução nossa).

O artigo de Emmett J. Leahy intitulado “*Reduction of Public Records*”, publicado na *The American Archivist* em 1940, pode ser considerado um dos precursores desse movimento. Nesse artigo, o autor aborda a importância de programas de destinação de documentos. Outra importante voz nesse movimento foi a de Philip C. Brooks, importante teórico americano e arquivista do Arquivo Nacional, que entendia que muitos documentos estavam recebendo tratamento inadequado e até sendo destruídos antes de chegarem à custódia dos arquivistas. Brooks também foi um defensor da cooperação entre arquivistas e os órgãos de governo, argumentando que quanto antes ocorresse a seleção documental na *life history* dos documentos, mais fácil se tornaria o trabalho de todos.

[...] quanto mais cedo no *life history* dos documentos o processo de seleção se iniciar, melhor para todos os interessados. E quanto mais cedo no *life history* ocorrer um estabelecimento de cooperação entre a *agency* de origem e o arquivista, mais fácil será o trabalho de todos. (BROOKS, 1940, p. 226, tradução nossa).

Havia um certo acirramento entre arquivistas e profissionais que trabalhavam diretamente junto às *agencies*. Robert C. Binkley (1939), enxergava os “*office managers*” como profissionais inimigos dos arquivistas, pois eles destruíam “documentos inativos” sem observar valores secundários que esses documentos poderiam possuir. Para Binkley, a solução estaria na atuação das instituições de arquivo junto aos “*office managers*” no sentido de aconselhar sobre a “meticulosa distinção entre os documentos destrutíveis e os preserváveis” (BINKLEY, 1939, p. 164-165, tradução nossa). Vê-se, nesse ponto, que as preocupações com o tratamento dos documentos administrativos e a constante demonstração da relevância do envolvimento dos arquivistas posicionam-se no cerne das discussões no campo dos arquivos na época. Cook (1997) afirma que essas preocupações culminam no surgimento do “ciclo vital dos documentos”, o qual prevê que:

Os documentos devem primeiramente ser organizados e ativamente utilizados por seus criadores, para então serem guardados por um período adicional de menor frequência de uso em *records centres*, para, por fim, quando tiver extinto o seu uso operacional, ser selecionado, caso tenha “valor arquivístico” ou ser declarado “não arquivístico” e ser destruído. (COOK, 1997, p. 26, tradução nossa).

Constatamos, em nossa pesquisa sobre o tema, uma série de controvérsias no que se refere ao surgimento do conceito e aos responsáveis por sua institucionalização e disseminação. Bantin (1998) atribui a articulação do conceito a “Theodore Schellenberg e outros”, sem maior detalhamento de como se deu o processo de construção. Brothman (2006) também compartilha de que entre os arquivistas, o conceito é frequentemente associado a Schellenberg. Diversas análises — inclusive a nossa — apontam que o marco para a enunciação de um ciclo vital é a apresentação do artigo “*What records shall we preserve?*” por Philip C. Brooks⁴, em uma reunião da SAA na cidade de Washington, em abril de 1940. Em seguida, tem-se a publicação do artigo intitulado “*Selection of records for preservation*”, publicado no periódico *The American Archivist*, também em 1940. Nesses trabalhos, Brooks faz, pela primeira vez, a analogia do processo de gestão de documentos à vida de organismo biológico.

Apesar da analogia entre a gestão de documentos e a vida de um organismo biológico enunciada por Brooks no início da década de 1940, Caya (2004) considera que a articulação do ciclo vital foi realizada apenas em 1948, no âmbito das comissões Hoover. Salientamos que abordaremos os trabalhos das referidas comissões a seguir.

Quanto à aplicação prática do conceito, podemos inferir que essa não é posterior à publicação do artigo de Brooks. Constatamos a existência de várias práticas relacionadas ao conceito antes de seu surgimento “oficial”. Margaret Norton, em 1936, estabeleceu uma regra para a definição de níveis de controle e gestão de documentos no estado de Illinois. O primeiro nível seria o dos documentos correntes (*current records*), que se resumiam aos documentos utilizados no dia-a-dia das organizações e que nelas seriam guardados. O segundo nível baseava-se nos documentos semi-correntes (*semicurrent records*), os quais eram documentos pouco utilizados e que seriam guardados em locais alternativos, ainda sob o controle das organizações produtoras. O terceiro nível era o dos documentos não correntes (*noncurrent records*), que não eram mais utilizados pela Administração e que seriam colocados à custódia dos arquivos, sob responsabilidade dos arquivistas.

⁴ Philip Coolidge Brooks (1906-1977) foi diretor da Biblioteca Harry S. Truman e arquivista do NARA. Também foi fundador da SAA, em 1936, atuando como seu primeiro secretário e sétimo presidente. Brooks teve, ainda, profícua atividade docente, como professor de Arquivologia na American University, em Washington, D.C., e publicou, entre outras obras, o livro *Research in Archives: the use of unpublished primary sources*, em 1969.

Cabe destacar a importância de Emmet J. Leahy, sobretudo no início da década de 1940, quando exerceu papel relevante em um programa que consistiu na separação de documentos que possuíam valor temporário de documentos que possuíam valor permanente no Arquivo Nacional americano e também na criação dos *records centers*. Cabe, também, ilustrar o papel de Solon J. Buck, o segundo Arquivista Nacional dos Estados Unidos da América (1941–1948), o qual introduziu o *records management* no Governo, tendo a formalização dessas ideias na *Federal Records Act* de 1950, a qual estabeleceu um programa de gestão de documentos aplicável a toda a Administração Federal (CRUZ MUNDET, 2012). Para Buck (1945), o Arquivo Nacional deveria participar não apenas dos procedimentos de destinação dos documentos, mas também devendo iniciar a olhar para o “controle de natalidade na criação dos documentos” (BUCK, 1945, p. 112, tradução nossa).

Charles Dollar (1993) também destaca a importância de Buck na gestão integrada. Para o autor, Buck foi a segunda pessoa mais importante no desenvolvimento de uma nova abordagem para o controle dos documentos. Dollar (1993) afirma que Ernst Posner, que trabalhou com Buck em um curso sobre história e administração de arquivos na Universidade de Washington, em 1939, escreveu que Buck acreditava que o modo mais efetivo para a seleção de documentos valiosos seria agir na produção do documento, enquanto estivessem nas *agencies*. Buck argumentava que seria necessária a existência de um programa integrado de controle dos documentos que tivesse foco em todo o ciclo de vida dos documentos, desde a sua criação até a eliminação ou o recolhimento para o Arquivo Nacional.

O período pós-guerra foi de extrema importância para o desenvolvimento das ideias relacionadas ao ciclo vital dos documentos. Houve, nesse período, a criação do primeiro *record center* nos Estados Unidos da América, fruto dos esforços de Emmet Leahy e Robert Bahmer. Esse primeiro *record center* tinha como finalidade solucionar problemas de espaço do Departamento da Marinha. O arquivista americano Herbert E. Angel (1968), em artigo dedicado aos *records centers*, explica:

Os *records centers*, no meu entendimento, são depósitos intermediários que recebem, armazenam, servem, processam e fornecem segurança a documentos que não são ativos o suficiente para serem retidos em um escritório valioso ou um espaço operacional, mas que são muito ativos para serem diretamente recolhidos aos *archives* ou são ainda muito valiosos para serem enviados para a reciclagem. (ANGEL, 1968, p. 5, tradução nossa).

No entendimento de Angel (1968), nunca houve uma organização semelhante a dos *records centers* nos Estados Unidos da América ou em qualquer parte do mundo, embora tenha havido uma proposta de uma organização deste tipo pelo arquivista belga Joseph Cuvelier⁵ em 1923. Importante se faz expor a maneira metafórica como Angel (1968) aborda os *records centers*, utilizando a figura do deus romano Jano. O nome Jano é derivado do latim, das palavras “transição” e “porta” e na mitologia representa não apenas o deus das portas e portões, mas o dos bons começos e fins. Jano é representado por duas faces, e Angel (1968) o considera o “patrono” dos *records centers*, pois suas faces apontam-se para duas direções: para os órgãos de onde os documentos chegam e para os arquivos ou para os depósitos de reciclagem para onde os documentos vão. Os *records centers*, assim como Jano, servem de porta ou passagem que conecta esses dois lugares de um começo para um fim.

Importante observar o mérito dado por Angel (1968) ao Exército e à Marinha americanos, instituições envolvidas diretamente na Segunda Guerra Mundial, para o desenvolvimento dos primeiros *records centers*, em concordância com o mencionado anteriormente.

É justo dizer que uma grande proporção dos *records centers* federais, estaduais e municipais, corporativos ou comerciais, desse país se desenvolveu a partir dos *records centers* do Exército e da Marinha na Segunda Guerra Mundial e que muitos dos responsáveis pelos *records centers* atuais adquiriram experiência nos antigos *centers* ou receberam treinamento de outros que tiveram essa experiência. (ANGEL, 1968, p. 7, tradução nossa).

A relação entre a utilização de depósitos intermediários de arquivamento e o ciclo vital dos documentos está no estabelecimento de uma fase ou estágio em que os documentos são pouco utilizados por seus órgãos produtores e, devido a uma motivação econômica, já não necessitam ser mantidos proximamente desses para que aguardem sua destinação. Constatamos que a utilização de uma fase intermediária é comum nas interpretações do ciclo vital, conforme veremos adiante.

⁵ CUVELIER, J. **La construction des dépôts d'archives**. Besançon: Imprimerie Jacquemin, 1909. 23 p.

Para a espanhola Mendo Carmona a consolidação dessa fase está ligada à própria criação do ciclo vital dos documentos.

[...] No entanto, a ideia do arquivo ou depósito intermediário, na terminologia francesa *dépôt de préarchivage* e nos países anglo-saxões *records center*. Esses arquivos provisórios têm a função de recolher a documentação que já não tem valor administrativo, esperando para serem transferidos para os arquivos históricos. De forma que o arquivo cumpra a função de servir à administração que gera documentos, até que eles sejam úteis para a pesquisa científica. O pressuposto desta necessidade para os arquivistas significou a criação de um outro princípio fundamental para a Arquivologia contemporânea: o ciclo de vida do documento. (MENDO CARMONA, 1995, p. 129, tradução nossa).

De fato, os eventos que mais propulsionaram a disseminação do conceito de ciclo vital dos documentos foram as duas comissões federais que tinham como objeto de análise a organização e a eficiência na gestão de documentos. A *Commission on Organization of the Executive Branch of the Government*, também conhecida como Comissão Hoover⁶, designadas pelo Presidente Harry S. Truman e presididas pelo ex-Presidente Herbert Hoover, consistiram em uma força-tarefa liderada por Emmett Leahy (KLUMPENHOUER, 1988). A primeira Comissão apresentou resultados relacionados às ideias do ciclo vital, sobretudo no que se refere à gestão econômica dos documentos modernos. A principal sugestão da força tarefa foi a criação de uma *Federal Records Administration*, a qual incluía o *National Archives*, para centralizar a administração de documentos.

Dessa forma, por meio do *Federal Property and Administrative Act of 1949*, o *National Archives* deixou de existir como uma instituição independente⁷ e passou a integrar a área de atuação do então recém-criado *General Services Administration* (GSA), o qual tinha como função coordenar e manter a eficiência de todas as instituições governamentais federais. Na visão de Eamer-Goult (1995), há uma grande contradição no *Federal Records Act of 1950*⁸, visto que pode ser reputado como um

⁶ A Comissão Hoover teve duas fases: a primeira de 1947 a 1949 e a segunda de 1953 a 1955.

⁷ Após a publicação do *Federal Property and Administrative Act em 1949*, o *National Archives* transformou-se em *National Archives and Records Service (NARS)*, um ramo do *General Services Administration (GSA)*.

⁸ As atribuições do NARS passaram a ser definidas pelo *Federal Records Act of 1950*, o qual revogou a primeira Lei Federal sobre a temática, o *National Archives Act* de 1934.

dos mais progressivos atos na administração de documentos, e, ao mesmo tempo, o ato responsável por retirar a autonomia do NARS.

Houve, nesse período, uma série de discussões sobre o papel do NARS na gestão dos documentos administrativos, sobretudo no que tange à sua subordinação ao GSA. O constante foco na economia e eficiência representou um dos grandes problemas ocasionados pelo controle da GSA. Eamer-Goult (1995) afirma que o elo entre os documentos ativos e semi-ativos e os documentos históricos foi extremamente enfraquecido. O arquivista americano Oliver Holmes (1949) pregava que as atividades de *records management* deveriam ser de responsabilidade do *National Archivist*, posto que ele era o único a ter contato com os dois programas — *records management* e *archives administration*. Nesse sentido, Holmes descreve:

Não pode haver um “meio a meio” de atividades sobre isso. O *records management* deve ser incluído em um programa unificado. Tem-se progresso apenas quando isso é conduzido por um grupo profissional e dominado pelo espírito profissional. O *records management* nas *agencies* e nos *records centers* devem ser coordenados e harmonizados pelo *National Archives* — deve existir uma atividade de controle profissional através do *life history* dos documentos. (HOLMES, 1949, p. 350–351).

Enquanto esse debate não chegava a um denominador comum, o volume de documentos produzidos pelas agências não parava de crescer. Em 1953, o Congresso americano criou a segunda Comissão que tinha como objetivo, segundo Krauskopf (1958, p. 386-388, tradução nossa), “mensurar os custos e dimensões das atividades referentes a documentos em geral, para identificar as áreas de potenciais desperdícios, e sugerir mudanças organizacionais, que podem ser necessárias para melhorar a gestão de documentos e remover a burocracia excessiva”. Para Eamer-Goult (1995), a segunda fase da Comissão estava mais interessada em resolver problemas referentes ao *paperwork* (papelada) do que propor soluções referentes ao *records management*. Tal fato pode ser comprovado pela criação de uma nova organização dentro do NARS, a *Office Records Management*, em 1956. Ainda de acordo com o referido autor, pode-se perceber que a Comissão Hoover também foi responsável por reforçar o distanciamento entre os *records managers* e os *archivists*.

Quanto à origem dos *records centers*, constatamos que os relatórios criados pela Comissão Hoover foram de extrema importância para a disseminação desse

modelo de organização, porém, não podemos afirmar que os conhecidos *records centers* são oriundos dos trabalhos da comissão. Segundo Angel (1968), já havia cerca de cem *records centers* identificados nos Estados Unidos da América.

Corroborando com o enfraquecimento do elo entre *records* e *archives*, Robert Bahmer (1955) pregava a não necessidade de participação dos arquivistas na criação e manutenção de documentos. Para o autor, os arquivistas deveriam estar interessados nos documentos inativos públicos e quanto mais o *record manager* “fiscalizasse” os documentos correntes, menos o arquivista poderia contribuir. “A gestão de documentos e o Arquivo Nacional são atividades operacionais separadas dentro do *National Archives and Records Service*. A gestão de documentos não é uma função do Arquivo Nacional” (BAHMER, 1955, p. 202, tradução nossa).

De outro modo, uma importante voz contra esse distanciamento foi a de Morris L. Radoff, então presidente da Sociedade dos Arquivistas Americanos (1954-1955). Seu artigo intitulado *What Should Bind Us Together*, que em tradução livre significa “o que deve nos unir”, publicado no periódico *The American Archivist*, em 1956, demonstra com clareza a necessidade de aproximação entre essas duas áreas. Radoff entendia que a solução estaria no que estava sendo administrado: os documentos. Para o autor, as instituições de arquivo e as *agencies* estavam lidando essencialmente com o mesmo tipo de “material” e que não era produtiva a distinção das responsabilidades sobre os documentos.

Por que não pode o mesmo homem ser tanto o *archivist* quanto o *record manager*? O cuidado com a palavra escrita é tão complexo que nenhum homem possui ciência o suficiente para dominá-la? Será que é tão abstrusa que requer os esforços combinados de um obstetra, pediatra, geriatra? Ou tudo que é necessário é um humilde clínico geral? Estamos nós, em outras palavras, criando especialistas onde especialidade não existem; estamos pensando tanto no documento como um organismo vivo que requer cuidado especial nos vários estágios de sua vida, quando de fato ele é inanimado e com a mesma textura e forma do começo ao fim? (RADOFF, 1956, p. 5, tradução nossa).

Nesse contexto de dissensos, ainda que estabelecidos os mecanismos de gestão para a criação, organização e destinação dos documentos federais, os arquivistas americanos ainda encontravam dificuldades com a definição de critérios para a avaliação de documentos. Nesse contexto, destaca-se os critérios baseados

na definição de valores — primário e secundário — proposto por T. R. Schellenberg⁹. Schellenberg assegura a determinação desses valores aos arquivistas, ao contrário da visão de Jenkinson, que entendia que os arquivistas deveriam manter-se como custodiadores passivos. Além disso, Schellenberg é apontado como um dos grandes responsáveis pela disseminação do conceito de ciclo vital dos documentos.

Para Klumpenhower (1988), os valores estabelecidos por Schellenberg e seus respectivos métodos de aplicação complementam o ciclo vital dos documentos. Ademais, o autor entende que os valores se comportam mais como categorias de análise no processo de avaliação dentro do ciclo vital a apenas simples declarações de valor. Exemplificando o disposto:

O estrito delineamento entre os valores primário e secundário era claramente formulado para servir ao processo de gestão que requeria a separação administrativa de pessoal, de procedimentos e de instalações para os documentos utilizados pelos funcionários das *agencies* produtoras de documentos e para os documentos utilizados posteriormente pelos pesquisadores nos arquivos. Em segundo lugar, o conceito de valor probatório, enquanto claramente definido, destaca a estrutura e as funções da *agency* produtora de documentos como algo de significado especial, principalmente porque isso ajuda a documentar bem o ciclo de vida administrativo dos documentos. Em terceiro lugar, o conceito de valor informativo, que lida com a realidade externa ao funcionamento da *agency* original e do processo de gestão do ciclo vital, necessariamente exige uma definição da relativa importância de uma pessoa, lugar ou coisa que devem ser documentados, e na medida em que Schellenberg falhou ao oferecer tal definição, o conceito permanece vago e geral para ser útil. (KLUMPENHOWER, 1988, p. 94–95, tradução nossa).

Quanto ao estabelecimento de valores aos documentos, conquanto menos difundida que as ideias de Schellenberg, é importante citar as “categorias de valor” preconizadas por Brooks. No nosso entendimento, é certo que essas serviram de base para o desenvolvimento do conceito de Schellenberg aproximadamente quinze anos depois.

A primeira categoria de valor a ser considerada é, naturalmente, o valor que os documentos podem ter para a *agency* de origem. [...] Em uma outra categoria de valor, estritamente relacionada ao uso administrativo, os arquivistas têm um interesse definitivo. Essa é a utilidade dos documentos para o estudo da história administrativa dos órgãos produtores de

⁹ As ideias sobre a definição de valores aos documentos arquivísticos são sintetizadas por Schellenberg (1956).

documentos. Tal valor é de interesse para os administradores posteriores que procuram por precedentes, para os cientistas políticos ou outras pessoas que querem estudar as operações da organização e para o arquivista, que devem preservar os interesses das *agências*. [...] Esse exame de categorias de valor já nos trouxe para o campo amplo e indefinível de “valor histórico”. A maioria das pessoas tem uma ideia bastante convencional da história, que se centra em grande parte em acontecimentos políticos e nacionais. É natural para alguém que pense em documentos históricos como aqueles poucos que possuem valor intrínseco como documentos além dada importância das informações que eles contêm. (BROOKS, 1940, 231, tradução nossa).

Schellenberg é apontado, ainda, como um dos responsáveis pela disseminação da ideia de distanciamento entre os *records managers* e os *archivists*. Eamer-Goult (1995) entende que as ideias de Radoff acerca de uma profissão única que abrangesse as atividades desenvolvidas por *archivists* e *records managers* fracassaram a partir do momento em que Schellenberg — indiscutivelmente o mais influente arquivista americano — propôs uma conceituação distinta. Em sua clássica obra *Modern archives: principles and techniques*, de 1956, Schellenberg realiza uma relevante abordagem sobre a importância da gestão dos documentos modernos e mostra-se adepto à intervenção dos arquivistas nas primeiras fases do ciclo vital, visto que dedica toda uma seção de sua obra — a qual consiste em sete capítulos —, intitulada “Administração de Arquivos Correntes” ao assunto.

Os documentos das repartições (*public records*) são as provisões do moinho do arquivista. A qualidade dessa provisão é determinada pela maneira como esses documentos são produzidos e mantidos durante o seu uso corrente, e como são descartados. A documentação sobre qualquer assunto [...] será mais adequada ou menos adequada, dependendo da maneira pela qual os documentos são produzidos e mantidos para uso corrente e do destino que se lhes dá depois de terminado aquele uso. As apreciações do arquivista quanto ao valor, é lógico, dependem da maior ou menor preservação dos documentos sobre determinado assunto; entretanto o modo pelo qual os documentos são mantidos para uso corrente determina a exatidão com que podem ser fixados os valores da documentação recolhida. (SCHELLENBERG, 2002, p. 53).

Contudo, constatamos que a posição do teórico sobre a participação dos arquivistas na gestão dos documentos modernos mais se aproxima de uma forma de garantir que esses se tornem arquivos permanentes “qualificados” em decorrência da determinação dos valores secundários pelos arquivistas. A divisão dos documentos em ativos e semiativos, primários e secundários, foi pautada por Schellenberg como

a melhor solução para as questões que envolviam a gestão de documentos modernos na época. Entretanto, faz-se relevante observar o entendimento de Parkinson sobre tal ruptura:

Ao distinguir *records* e *archives*, valores primário e secundário, Schellenberg foi capaz de estabelecer uma fronteira entre *records managers* e *archivists*, que se tornou um muro na década de 1960. *Records managers* eram guiados pelo imperativo da eficiência, *archivists* mudaram sua atenção para servir a fins educacionais. Embora ambas as profissões lidassem com o mesmo material, suas diferentes perspectivas pareciam renovar a distinção histórica entre os documentos administrativos e os arquivos históricos, que a teoria arquivística dos últimos cem anos havia tentado unir. (PARKINSON, 1993, p. 58–59, tradução nossa).

Investigando as análises realizadas por Schellenberg e Brooks acerca das diversas fases do ciclo vital dos documentos, podemos afirmar que Brooks possuía ideias bastante avançadas para o período. Para Brooks (1945, p. 164), “todo o *life history* dos documentos é uma entidade contínua integrada” e que “é muito importante enfatizar as proximidades das duas profissões e a necessidade de cooperação”. Cook (1997), ao comparar as proposições de Schellenberg e de Brooks, reconhece que a visão de Schellenberg evidencia a distinção entre *records* e *archives*, o que ocasiona um maior distanciamento entre *records managers* e *archivists*, em vez de evidenciar as similaridades e interconexões. Ou seja, embora pareça existir uma retomada das “categorias de valor” de Brooks por Schellenberg, este não o faz numa perspectiva integrada como aquele. Ainda segundo Cook (1997), o legado deixado por esse distanciamento cria problemas estratégicos em um mundo computadorizado, uma vez que documentos digitais necessitam de uma intervenção inicial dos *archivists*.

No que concerne ao entendimento do ciclo vital dos documentos, primordial se faz a abordagem da teoria das três idades, tendo em vista a constante equivalência que é realizada entre os dois conceitos. Após a análise de vários estudos, com o fim de atingir nosso propósito de identificar um marco histórico para a teoria das três idades, não conseguimos verificar uma unanimidade quanto a sua criação. Silva et al. (1999, p. 207) supõe que “o apodítico princípio das três idades pode ter tido origem na Itália, no início do século XX, por meras razões práticas de instalação de documentos”. É frequente a atribuição de sua criação ao historiador belga Carlos

Wyffels¹⁰, em 1972. Tal fato, conforme constatado na maior parte dos estudos que fazem essa atribuição, deve-se à clássica e respeitada obra de Antonia Heredia Herrera, *Archivística General y Prática*, em que a autora atribui a Wyffels a criação dessa teoria.

Wyffels, em 1972, apresentou sua teoria de três idades dos documentos que daria lugar a diferentes categorias de arquivo. Tal teoria está relacionada com a ideia e realidade de que o documento não é algo morto ou inativo, mas que tem uma vida própria. Este ciclo vital, como outros, contempla depois do nascimento, o crescimento, o decrescimento e a morte. (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 173, tradução nossa).

Já em nossa pesquisa, constatamos que o primeiro teórico a fazer menção às “três idades”, no contexto da gestão de documentos arquivísticos, foi o francês Yves Pérotin em 1961, em artigo intitulado “*L'Administration et les "trois ages"*”¹¹. O francês Bruno Delmas (2010, p. 65) considera que “foi nesse contexto que, em 1961, Yves Pérotin, arquivista do município de Paris, formulou a teoria das três idades dos arquivos [...]”. Já o canadense Caya (2004) explica que:

Yves Pérotin formulou o conceito de três idades para o mundo em língua francesa em 1961, em um artigo publicado na revista *Seine et Paris*. Propondo os termos “arquivos correntes”, “arquivos intermediários” e “arquivos permanentes”, exortou arquivistas para se concentrarem primeiro no contexto de produção dos documentos, antes da sua transferência aos arquivos de forma a melhor controlar a avaliação. (CAYA, 2004, tradução nossa).

Ilustramos que a gestão em três fases arquivísticas distintas não é fruto das ideias de Perótin, visto os trabalhos realizados por Margaret Norton, no estado de Illinois, na década de 1930. Cabe imputar ao autor a associação dessas fases ao conceito do ciclo vital dos documentos, inclusive ao dar continuidade à metáfora da vida de um organismo biológico, ao utilizar “idades”, e também na delimitação da quantidade dessas, que se restringiram a três.

¹⁰ WYFFELS, C. *Archives contemporaines et dépôts intermédiaires*. Bruxelles: Archives générales du Royaume, 1972.

¹¹ PEROTIN, Y. *L'Administration et les "trois ages" des archives*. *Seine et Paris*. v. 20, 1961, p. 1–4.

Importante salientar a posterior tradução desse artigo para o inglês¹² e sua publicação na *The American Archivist* em 1966. A relevância mostra-se tamanha, tendo em vista o observado na nota de rodapé da primeira página do artigo, a qual frisa o descumprimento de uma política do periódico de evitar a publicação de artigos já publicados anteriormente em outros periódicos, mesmo que traduzidos. A mesma nota atribui ao membro do Conselho Editorial do periódico, Ernst Posner, o reconhecimento do excepcional mérito de Pérotin. No referido artigo, Pérotin discorre acerca sua concepção de três idades, que consistem:

A *primeira idade* não apresenta grandes problemas teóricos. A única exigência é que os *bureaus* mantenham bons documentos e produzam dossiês que não sejam arquivados com papéis inúteis. Esses dossiês e o restante dos documentos correntes devem ser mantidos em uma boa ordem. [...] A *segunda idade*, deve-se dizer, é definitivamente mais difícil. Nós temos visto que a administração, nesta fase, muitas vezes tem uma tendência em não reconhecer a sua prole. Ela os expulsa prematuramente de seus lares ou casas e os coloca em porões sob condições deploráveis. Os serviços de arquivo, por seu lado, hesitam em aceitar os documentos nesta fase, que — devidamente classificados — poderiam estar sob o uso dos *bureaus*, já que ainda não podem ser disponibilizados ao público, não estão bem acondicionados e que são, portanto, muito complicados. A *terceira idade* fica totalmente a cargo dos serviços de arquivo. Os administradores, porém, não são completamente estranhos a ele: eles têm colaborado na eliminação preliminar, impondo quais são seus documentos que demandam conservação e expondo seus pontos de vista com autoridade sobre o valor dos documentos. Por outro lado, eles permanecem sempre como os clientes privilegiados dos arquivos, assim garantindo excelência na documentação retrospectiva. (PÉROTIN, 1966, p. 368–369, tradução nossa).

Para Llansó Sanjuan (1993), a importância da formulação do conceito de três idades documentais é a garantia da presença dos métodos arquivísticos em cada uma das idades. Para o autor, as três idades podem ser consideradas como:

- a) Primeira idade: circulação e tramitação dos assuntos iniciados. A documentação faz parte dos arquivos correntes e é de uso frequente.
- b) Segunda idade: o documento ou dossiê referente a um assunto deve ser conservado, sujeito à consulta ou uso como pano de fundo de forma pouco frequente. É a fase do arquivo intermediário, em que o valor primário decresce na mesma proporção em que aumenta o valor secundário.
- c) Terceira idade: o documento adquire valor permanente, de maneira que seu uso será unicamente por seu valor cultural ou de investigação. Sua

¹² PÉROTIN, Yves. Administration and the "three ages" of archives. *American Archivist*, v. 29, n. 3, p. 363-369, 1966.

conservação será definitiva. (LLANSÓ SANJUAN, 1993, p. 34, tradução nossa).

Quanto a influência da teoria das três idades na teoria e prática arquivística, podemos afirmar que essa é enorme. A popularidade da teoria é enfatizada por Rousseau (1998) da seguinte forma:

Pode constatar-se nas obras sobre arquivística que o conceito das três idades, que caracteriza a organização e o tratamento de arquivos, tem cada vez mais adeptos no plano internacional, não é exagerado afirmar que, geralmente, onde os arquivos recebem um mínimo de atenção, isso é feito com base nas três idades. (ROUSSEAU; COUTURE, 1994, p. 126–127).

No âmbito nacional, tal qual observado por Santos (2011), podemos afirmar que a teoria das três idades está institucionalizada, sobretudo, por meio da legislação. A Lei nº 8.159 de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, apresenta em seu artigo 8º uma espécie de classificação para os documentos públicos e para os arquivos, essa realizada conforme os pressupostos da teoria das três idades.

Art. 8º - Os documentos públicos são identificados como correntes, intermediários e permanentes.

§ 1º - Consideram-se documentos correntes aqueles em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas frequentes.

§ 2º - Consideram-se documentos intermediários aqueles que, não sendo de uso corrente nos órgãos produtores, por razões de interesse administrativo, aguardam a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

§ 3º - Consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados. (BRASIL, 1991).

Podemos atribuir a Schellenberg uma grande parcela da responsabilidade na disseminação do conceito do ciclo vital no Brasil. As obras do autor podem ser consideradas como de fundamental relevância para o desenvolvimento da Arquivologia no Brasil, sobretudo pela incipiente publicação de literatura especializada no período. Acentuamos as traduções das obras *Public and private records: their arrangement and description*, em 1963, e *Modern Archives: principles e techniques*, por Nilza Teixeira, em 1973. Em conformidade com o observado por Marques (2011),

as contribuições de Schellenberg não se restringem às traduções de suas obras, mas também pela sua visita, em 1960, quando, a convite do Arquivo Nacional, ministrou cursos e palestras e produziu um relatório a respeito dos problemas arquivísticos do Governo brasileiro, publicado no mesmo ano, na série de Publicações Técnicas, sob o título *Archival Problems of the Federal Government of Brazil*. Dentre as recomendações presentes em seu relatório, Schellenberg frisa a importância da coordenação dos arquivos correntes com o Arquivo Nacional, para a defesa dos documentos públicos modernos.

Ao analisar as relações realizadas entre os dois conceitos, podemos evidenciar o disposto no *Dictionary on Archival Terminology* (DAT III) do *International Council on Archives* (ICA), o qual legitima tal correspondência ao apresentar o termo inglês *life cycle* como sinônimo para os termos *théorie des trois ages* — francês — e *ciclo vital de los documentos* — espanhol. Ademais, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) define a teoria das três idades como “Teoria segundo a qual os arquivos são considerados arquivos correntes, intermediários ou permanentes, de acordo com a frequência de uso por suas entidades produtoras e a identificação de seus valores primário e secundário” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.160). Importante se faz notar a remissiva “ver também”, a qual aponta para o termo “ciclo vital dos documentos”, esse definido como “sucessivas fases por que passam os documentos de um arquivo, da sua produção à guarda permanente ou eliminação” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 47).

Com o objetivo de compreender se os conceitos são realmente equivalentes e sinônimos, tal qual frequentemente abordado, buscamos explorar estudos que explicitam as relações entre um e outro. Dentre esses, destacamos o entendimento de Rousseau e Couture (1998), que consideram as três idades períodos integrantes do ciclo de vida. Para os autores:

[...] A Arquivística reparte assim a vida do documento de arquivo em três períodos: os de atividade, de semiatividade e de inatividade. [...] O conceito de ciclo de vida transforma um conjunto de documentos quantitativamente demasiado importante, desmedido em relação aos meios de que se dispõe para se lhe fazer face, em subconjuntos que apresentam diferentes características. Isto facilita uma redistribuição dos documentos que compõem o conjunto e deixa entrever uma problemática que é então possível abordar com pragmatismo e alguma hipótese de sucesso. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 111).

Santos (2011) ao analisar o ciclo vital dos documentos como uma importante contribuição à fundamentação teórica da Arquivologia, ressalta que muitas vezes é possível observar na literatura a apresentação de uma relação de sinonímia entre o ciclo vital e a teoria das três idades. Corroborando com o entendimento do autor, adotamos o posicionamento de que os conceitos, apesar de complementares, são distintos. A teoria das três idades consiste em uma interpretação do conceito de ciclo vital, sobretudo no que concerne à sua aplicação prática.

Após buscar solucionar as questões referentes à teoria das três idades, apresentaremos análises e interpretações do ciclo vital dos documentos, com o fim de aprofundarmos a compreensão do conceito. Constatamos que todas as abordagens partem da histórica divisão entre *records* e *archives*, baseada na proposição de valores de Schellenberg, inclusive nos países que não possuem a tradição de ter dois profissionais distintos (*records manager* e *archivist*) no seu tratamento.

Pode-se considerar uma das características mais acentuadas do ciclo vital a utilização da metáfora da vida de um organismo biológico. Glenn Dingwall, proeminente arquivista canadense, considera que

essa metáfora é uma das que é mais frequentemente aplicada em conjuntos de objetos que possuem uma existência temporal definida pela ligação entre sua criação e extinção (nascimento e morte) e que experimentam uma mudança na natureza de suas propriedades (crescimento, amadurecimento e declínio) à medida que progridem pelas várias etapas entre essas fronteiras. (DINGWALL, 2010, p. 42, tradução nossa).

O americano Brien Brothman (2006) é responsável por uma análise aprofundada no que se refere à metáfora da vida, que — conforme palavras do próprio autor — é a metáfora mais poderosa na organização de arquivos, fortemente presente na literatura acadêmica e profissional, inclusive nas políticas institucionais oficiais e nos manuais de gestão de documentos. O autor julga que imaginar a gestão de documentos dissociada dessa metáfora é praticamente impossível.

Um corolário quase inevitável à utilização da metáfora da vida está, tal qual discutido por Dingwall (2010), no uso de uma metáfora religiosa, a qual diz respeito aos casos em que documentos já cumpriram seus propósitos “em vida”. Elucidando o exposto, apontamos a utilização do termo “purgatório” por muitos autores que

consideram a existência de uma fase semiativa ou intermediária. O referido termo é empregado para designar o momento em que os documentos esperam por sua destinação final. Há também, seguindo a metáfora religiosa, o que James B. Rhoads (1983) designa como “reencarnação”, a qual consiste no processo em que somente os documentos que têm sua preservação permanente garantida se submetem.

Schellenberg (1956) utiliza-se das duas metáforas em sua compreensão de ciclo vital. Para o autor, utilizando-se da metáfora da vida, a limitação da criação de documentos pode ser considerada uma espécie de “controle de natalidade” no âmbito da administração de arquivos de corrente. Fazendo uso da metáfora religiosa, ele afirma que o “controle de natalidade” exerce um controle parcial sobre o uso corrente dos documentos e ajuda a determinar os que devem ser destinados ao “inferno” do incinerador, ou ao “céu” de um arquivo permanente, ou ao “limbo” de um depósito intermediário.

Em alusão às interpretações do ciclo vital dos documentos, que imprimem bastante influência em sua aplicação prática, valer-nos-emos da análise de Brothman (2006) e Santos (2011) para atingir tal fim. Para Brothman (2006), o ciclo vital pode ser compreendido de três formas distintas, porém fortemente entrelaçadas:

1) O ciclo de vida como uma metáfora ou analogia para os processos que integram a gestão de documentos — a criação, captura, manutenção, uso e disposição dos documentos; 2) O ciclo de vida como um cerco “ativo” ou “negociável”, “inativo ou dormente” e “morto ou aposentado”, ou as fases arquivísticas dos documentos. 3) a guarda de documentos como um significado social enfatizando ou atenuando a austera diferença entre a vida e a morte humana, mortalidade ou imortalidade, ausência e presença no ciclo de vida humano. (BROTHMAN, 2006, p. 237, tradução nossa).

Santos (2011) investiga os vieses de interpretação advindos das inúmeras outras denominações para as fases ou idades em âmbitos nacional e internacional, que também são utilizadas como formas de classificação de documentos e dos arquivos onde estão armazenados. Para o autor, esses vieses podem ser quanto:

- à consulta e interesse da administração produtora: arquivo ativo, arquivo semiativo e arquivo inativo;
- à disponibilidade de consulta e interesse dos cidadãos e pesquisadores em geral: arquivo de gestão ou fase administrativa, pré-arquivo ou fase pré-arquivística e arquivo histórico ou fase histórica;

- ao local de armazenamento: arquivo setorial, arquivo de depósito ou central e arquivo público;
- à representatividade temporal da ação ao qual está vinculado e da instituição produtora: corrente, intermediário e permanente, uma das denominações mais aceitas internacionalmente. (SANTOS, 2011, p. 186).

Em consonância com os vieses apresentados por Santos (2011) e à segunda e à terceira acepções de Brothman (2006), constatamos que, em diversos estudos analisados há a predominância de abordagens que levam em consideração aspectos temporais, de localização e frequência de uso — denominaremos “abordagem local-cronológica” — os quais relacionam as fases arquivísticas a idades. Verificou-se que essa abordagem é bastante presente nos países que fazem um maior uso da teoria das três idades — caso do Brasil, conforme apresentado anteriormente. Constatamos, também, uma segunda corrente, a qual aborda a aplicação prática do ciclo vital em concordância com os procedimentos e operações técnicas que integram a gestão de documentos, aproximando-se bastante da gestão de documentos, de acordo com a primeira acepção de Brothman (2006).

No que se refere ao conjunto de estudos que têm como alicerce a abordagem local-cronológica, destacamos os de Elio Lodolini, Antonia Heredia Herrera, Aurelio Tanodi, Heloísa Bellotto e Yves Pérotin, tal qual já explicitado.

Tanodi (1961), em síntese, trata o ciclo vital de acordo com o prescrito na teoria das três idades. Para o autor, o ciclo está dividido nas fases *prearchivalia*, que vai desde a criação do documento até o cumprimento de sua finalidade ou objetivo que lhe deu origem; *archivalia*, que é a fase em que os documentos já cumpriram sua finalidade e são conservados pelos órgãos que lhes deram origem por razões fiscais, contábeis ou técnicas; e *archivalia historica*, fase determinada pela perda de valor administrativo do documento e pelo surgimento do interesse da sociedade nos documentos.

Abordagem convergente é a da espanhola Antonia Heredia Herrera, que também se mostra adepta da teoria das três idades. Interessante se faz salientar a sistematização realizada pela autora, a qual relaciona atributos de tipo de arquivo, idade, valor, prazo de guarda e localização, conforme disposto no Quadro 1. Para ela, em análise mais recente, a implementação dessa teoria nos países europeus requereu uma forte adequação, pois a teoria não era compatível com a realidade

arquivística dos países. Desse modo, as etapas se adaptaram a espaços de custódia diferentes: para a primeira, os *archivos de oficina*; para a segunda, os centrais; para a terceira, os intermediários; e ao final da terceira idade, os históricos, para os documentos de conservação permanente (HEREDIA HERRERA, 2013). Notamos que essa análise é convergente à que será apresentada a seguir, pelo italiano Elio Lodolini.

Quadro 5 – Ciclo vital dos documentos de acordo com Heredia Herrera

	Arquivo	Idade	Valor	Duração	Local	
<i>Etapa Pré-arquivística</i>	Gestão ou de Oficina	Primeira	Primário	5 anos	Oficina ou dependência produtora	
<i>Etapa Arquivística</i>	Intermediário	Segunda	I: Primário preferencialmente II: Primário e Secundário	10–30 anos 30–50 anos	Arquivo Central da instituição Arquivo Fora da Instituição	Arquivo Administrativo
	Histórico	Terceira	Secundário	Permanente	Arquivo Histórico da Instituição Arquivo Histórico Geral fora da instituição	Arquivo Histórico

Fonte: Adaptado de Heredia Herrera (1991).

Elio Lodolini, ao dedicar o segundo capítulo de sua obra *Archivistica: principi e problema*, aborda as “três — ou quatro — fases” da vida dos conjuntos documentais e os problemas decorrentes da não uniformização terminológica. Para o autor, existem divergências quanto ao instante de formação dos arquivos correntes, segundo as tradições alemã e italiana — conforme disposto a seguir. Entretanto, percebe-se que os critérios utilizados são os mesmos e levam em conta, principalmente, a localização

e o tempo de permanência dos documentos. Ao fazer menção à tradição alemã, Lodolini aborda o entendimento do teórico alemão Adolf Brenneke¹³. Sintetizando as ideias propostas pelo autor, tem-se o “ciclo vital dos documentos” composto de três fases, *Kanzlei*, *Registratur* e *Archiv*. A primeira e segunda fases — *Kanzlei* e *Registratur* — consistem nos momentos de produção, tramitação e arquivamento dos documentos dentro da entidade. Segundo Brenneke a *Registratur* é:

A *Registratur* é uma parte de uma *oficina* em que o conjunto de documentos, que se formou no transcurso de uma atividade institucional, é depositado segundo uma ordenação determinada, de modo que pode ser encontrado a qualquer tempo para ser reutilizado para as finalidades da referida atividade institucional. (BRENNEKE apud LODOLINI, 1993, p. 21, tradução nossa).

Com base na noção de *Registratur*, Lodolini (1993) elucida a distinção entre as tradições alemã e italiana. Na Alemanha, cada *expediente* é primeiramente tramitado e só após concluído seu trâmite tem seu registro e classificação dados pela *Registratur*. Já na Itália, primeiro o documento é registrado e classificado e posteriormente é tramitado pela *oficina*. A fase denominada *Registratur* pode ser dividida em duas, que é o que Lodolini trata como “*Registratur corrente*” e “*Registratur de depósito*” (“*Reponierte Registratur*” e “*Altregistratur*”), na tradição alemã, ou “*ufficio di registrazione*” e “*archivio intermedio*”, consoante a tradição italiana. Os arquivos de depósito consistem:

O arquivo de depósito ou *Registratur* de depósito encontra-se, ainda, no órgão ou entidade que produziu os documentos, mas, em geral, em distribuições mais amplas que o próprio órgão: um arquivo de depósito ou *Registratur* de depósito recebe ordinariamente os documentos provenientes de muitos arquivos correntes ou *Registratur correntes*. [...] Os documentos do “arquivo de depósito” ou *Registratur* de depósito são de uso menos frequente por parte do órgão ou entidade produtora: não obstante, podem, de vez em quando, serem ainda, consultados em razão das necessidades ordinárias do serviço. (LODOLINI, 1993, p. 35–36, tradução nossa).

Por fim, quando concluídas as funções administrativas dos documentos, ocorre a seleção daqueles que serão eliminados e o recolhimento daqueles úteis para fins culturais aos arquivos históricos (*archivio definitivo* ou “*archivio*” em sentido próprio).

¹³ BRENNEKE, A. **Archivkunde**: ein beitrage zur theorie und geschichte des Europäischen archiwesens. Leipzig: Köhler und Amelang, 1953.

Quanto às questões terminológicas, Lodolini (1993) afirma que existem tradições que não consideram arquivos — em sentido estrito — os documentos correntes e que para esses, não há que se especificar definitivo ou histórico, posto que arquivos consistem apenas nos documentos que atingiram essa fase.

As contribuições de Lodolini para a interpretação do ciclo vital não se encerram no disposto, visto que seu reconhecimento está na atribuição de mais uma fase, o que é abalizado por muitos como uma quarta idade — utilizando-se como parâmetro a teoria das três idades. Para o autor, há mais uma fase de suma importância, que se encontra entre a fase denominada arquivo de depósito e a de arquivo histórico, que é a de arquivo intermediário (*prearchivo* ou *archivo intermedio*). Os nascimentos dos arquivos intermediários estão ligados ao aumento considerável do volume de documentos. Sintetizando as ideias de Lodolini, pode-se afirmar que sua noção de ciclo vital consiste em quatro fases: arquivo corrente, arquivo de depósito, arquivo intermediário e arquivo histórico.

Quadro 6 – Ciclo vital dos documentos de acordo com Lodolini

1ª fase	2ª fase	3ª fase		4ª fase
a) arquivo corrente	Arquivo de depósito	Arquivo intermediário	Seleção	Arquivo histórico ou arquivo definitivo
ou melhor:				
b) <i>cancillería</i> , logo <i>registratura corriente</i>	<i>Registratur</i> de depósito	<i>Pre-archivo</i>		<i>Archivo</i>

Fonte: Adaptado de Lodolini (1993).

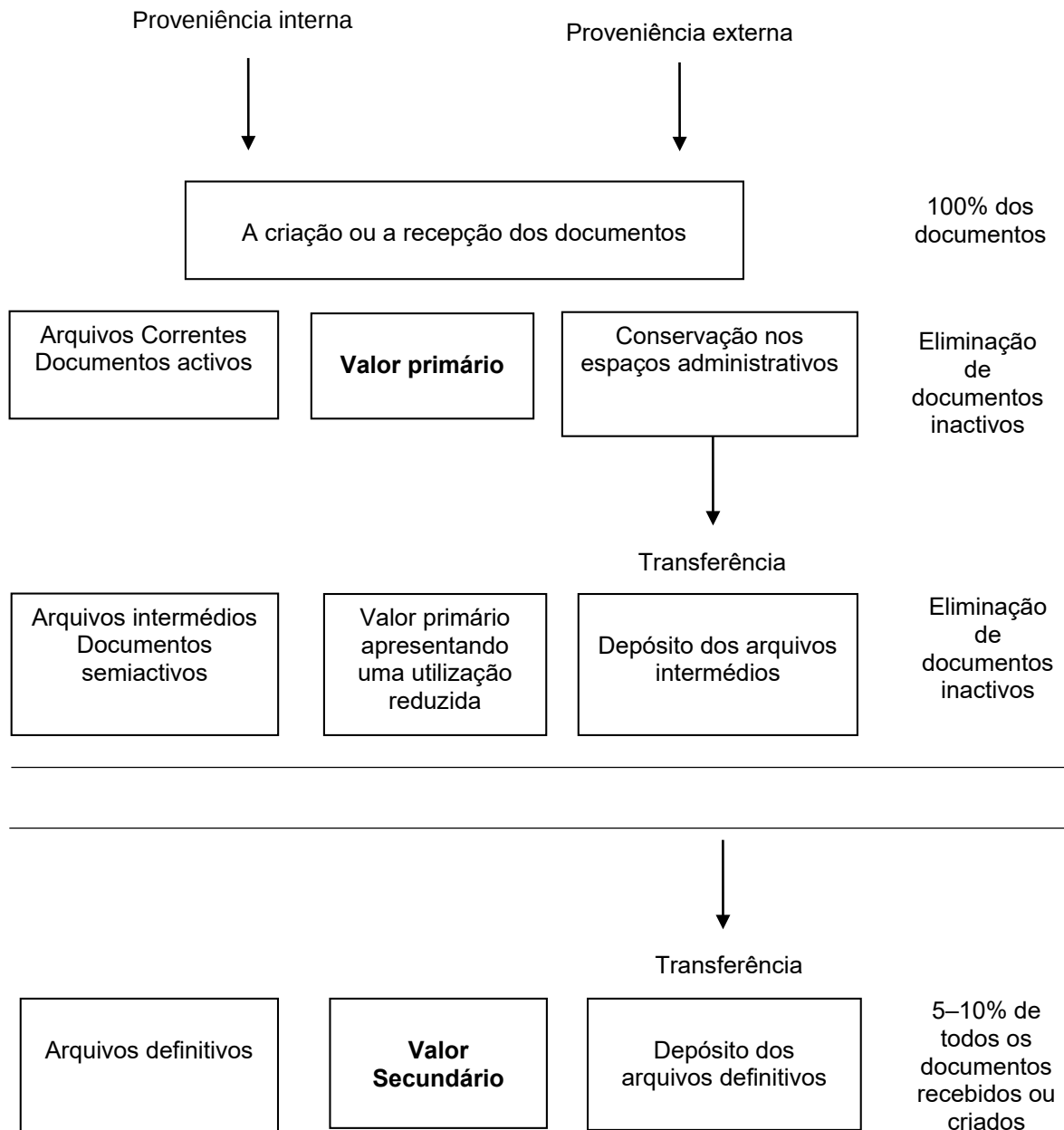
Rousseau e Couture (1998) estabelecem que a aplicação do ciclo vital dos documentos tem como consequência a repartição do conjunto de arquivos em correntes — documentos ativos —, arquivos intermediários — documentos semiativos — e arquivos definitivos — parte dos documentos inativos com valor de testemunho. Os arquivos correntes estão vinculados à tomada de decisão dos administradores, fato que justifica a guarda desses documentos de forma que sua recuperação seja

rápida, a fim de que a informação contida seja eficaz. A parte dos documentos que deve ser conservada para atender a fins administrativos, legais ou financeiros constitui os arquivos intermediários. Em virtude da dificuldade de disponibilização de espaços físicos para a guarda desses documentos nas organizações e a consequente necessidade de otimização de custos, a solução encontrada foi a retirada dos documentos dos locais de trabalho e a transferência para centros de depósitos de arquivos.

Os autores ainda destacam quatro elementos para a administração eficiente de arquivos intermediários: o primeiro elemento estabelece que os arquivos intermediários permaneçam como propriedade exclusiva da unidade administrativa produtora; o segundo elemento impõe que nenhuma alteração possa ser realizada na forma de organização dos documentos sem a expressa autorização da unidade administrativa; o terceiro elemento remete à rapidez de acesso; e o quarto elemento estabelece que, para a entrada de documentos nos arquivos intermediários, seja indispensável a utilização de uma tabela de temporalidade de destinação de documentos. Os arquivos definitivos consistem nos documentos guardados para fins culturais, patrimoniais ou de investigação e que possuem um valor de testemunho. As ideias dos autores acerca do ciclo vital dos documentos podem ser sintetizadas por meio do modelo apresentado na Figura 4.

Para Bellotto (2005, p. 23), “o ciclo vital dos documentos administrativos compreende três idades”. A primeira idade é a dos arquivos correntes, que se caracteriza pelos documentos produzidos durante o seu uso funcional, administrativo, jurídico, ou seja, a utilização está ligada às razões pelas quais foram criados. Adicionalmente, a autora estabelece que a permanência dos documentos nessa fase está ligada à tipologia/função dos documentos e principalmente pela sua vigência. A segunda idade, denominada arquivo intermediário, abriga os documentos que já ultrapassaram seu prazo de validade jurídico-administrativo, mas ainda podem ser utilizados pelo produtor. A última idade é chamada de arquivo permanente e tem seus documentos preservados e conservados definitivamente a fim de a custódia “velar” pelo patrimônio documental.

Figura 4 – O ciclo de vida dos documentos e os arquivos



Fonte: Rousseau e Couture (1998).

O entendimento quanto à equivalência do ciclo vital aos processos e operações técnicas integrantes da gestão de documentos torna-se cristalino quando analisamos as interpretações do canadense Jay Atherton e dos americanos James B. Rhoads e Ira A. Penn. Cabe ressaltar que Rhoads e Penn restringem seus entendimentos aos chamados “documentos administrativos”, enquanto Atherton acentua a relevância dos arquivos ditos históricos. Para Atherton (1985), atendo-se aos contextos americano e canadense, a teoria do ciclo vital parte da premissa de que é possível a divisão da

vida do documento em oito estágios distintos, os quais são separados igualmente por duas fases, a *records management phase* que consiste nas etapas:

- Criação ou recebimento de informações em forma de documentos;
- Classificação dos documentos ou de suas informações em algum sistema lógico;
- Manutenção e uso dos documentos;
- Destinação por meio da destruição ou recolhimento para um arquivo (*archives*).

E, sucessivamente, pela *archival phase*, consistindo nas etapas:

- Seleção/aquisição dos documentos por um arquivo (*archives*);
- Descrição dos documentos em inventários, instrumentos de pesquisa e similares;
- Preservação dos documentos e, porventura, da informação contida nos documentos; e
- Referência e uso da informação por pesquisadores e estudantes.

Já James B. Rhoads, em um dos artigos mais expressivos do estudo RAMP, define o ciclo vital dos documentos:

que é, do seu "nascimento", através de sua "vida" produtiva como meio de realizar as funções da organização, até a sua "morte" ou destruição, quando todas os propósitos úteis já foram alcançados, ou a sua "reencarnação" como arquivos, caso justifique uma preservação permanente. Esses interesses resultam em três fases, que podem ser definidas como (1) criação, (2) uso e manutenção, e (3) destinação. (RHOADS, 1989, p. 4, tradução nossa).

Penn et al. (1989) explica que o ciclo vital dos documentos considera que a informação registrada tem uma vida similar à de um organismo biológico, que nasce (fase de criação), vive (fase de manutenção e uso) e morre (fase de destinação). Os autores entendem que os vários procedimentos que compõem as fases são inter-

relacionados. Como exemplo, os documentos vitais estão correlacionados a elementos de segurança e a temporalidade está relacionada à avaliação, e à destinação.

A compreensão do ciclo vital dos documentos, no atual contexto, sobretudo no que se relaciona à gestão de documentos digitais, revela uma gama de novas interpretações, adaptações e rejeições totais ou parciais. Antes de aprofundarmos nossa pesquisa com relação a tais aspectos, o que será realizado em seções posteriores, cabe prosseguir com o que entendemos constituir em abordagens que ainda reconhecem a relevância do conceito de ciclo vital. Verificamos, analisando estudos mais recentes, um distanciamento das abordagens local-cronológica e de gestão de documentos para entendimentos que apontam para uma abordagem fundamentada na responsabilidade que os atores (custodiadores) exercem sobre os documentos. Em um dos produtos do projeto InterPARES, a canadense Martine Cardin apresenta a forma com que o ciclo vital é compreendido pelo projeto:

A definição do InterPARES divide o ciclo de vida dos documentos em duas fases, a primeira acontece quando os documentos estão sob posse do criador e a segunda quando os documentos estão sob posse do preservador. Quais ações são tomadas sobre os documentos — e o mais importante, quem as realiza — são elementos chave da noção de ciclo vital do InterPARES. (CARDIN, 2008, p. 15, tradução nossa).

Complementando as abordagens anteriores, o foco na responsabilidade sob os documentos mostra-se de uma pertinência considerável no contexto de gestão de documentos digitais. Complementando tal abordagem, Cardin demonstra a importância das funções de criação e manutenção, utilizando-se de importante lição de Duranti¹⁴:

Como resultado, pode ser visto que o ciclo vital dos documentos, como definido pelo InterPARES, "implica uma mudança de responsabilidade sobre os documentos, do criador para o preservador", e que o ciclo vital é baseado, em parte, no uso dos documentos, "e conseqüentemente no propósito das atividades executadas nos documentos e na pessoa responsável por essas atividades, o criador ou preservador". Além disso, como destacado anteriormente, tanto a criação quanto a manutenção são ações que são realizadas pelo criador durante a primeira das duas fases do ciclo vital dos documentos. As duas diferenças essenciais entre manutenção e preservação, então, estão no fato de a preservação ser realizada na segunda

¹⁴ DURANTI, L. **The Concept of the Records Life Cycle**. PowerPoint presentation, slide 14. 2005.

fase do ciclo vital do documento pelo preservador, não pelo criador, e para diferentes propósitos e usos. (CARDIN, 2008, p. 15, tradução nossa).

Constatamos que o ciclo vital dos documentos foi amplamente disseminado e utilizado internacionalmente. Suas características mais marcantes, já explicitadas ao longo desta seção, são facilmente identificadas nas abordagens e interpretações expostas. Destaca-se, também, a flexibilidade do conceito no que se refere à quantidade de fases/idades e suas respectivas denominações, refletindo, de certa forma, as distintas tradições de cada país ou, consoante Marques (2011) define, “demandas práticas contingenciais”.

3.3.O ciclo vital dos documentos no âmbito da Arquivologia: história e epistemologia

Contextualizando os conceitos abordados na primeira seção deste capítulo — processo evolutivo das ciências, paradigma e matriz disciplinar — à trajetória e consolidação do conceito de ciclo vital de documentos, temos o intuito, nesta seção, de identificar como o conceito de ciclo vital se comporta no âmbito da teoria e prática arquivísticas e de que forma teóricos da área interpretam sua relevância. A fim de cumprir tal propósito, faremos um breve percurso pela trajetória da Arquivologia, utilizando como embasamento estudos referentes aos fundamentos teóricos e epistemológicos da área.

Salientamos que não é o propósito desta pesquisa discutir sobre o caráter técnico ou científico da Arquivologia, identificar o processo histórico associado ao campo dos arquivos e documentos, nem de delimitar princípios, conceitos, ou modelos teóricos de maior ou menor relevância — visto que há notáveis pesquisas que os abordam de forma mais eficaz e primorosa. Nosso objetivo nesta seção é, tão somente, situar o ciclo vital dos documentos e a teoria das três idades no campo histórico e epistemológico da Arquivologia, buscando identificar suas relações com sua matriz disciplinar, identificar se o ciclo vital perfaz a condição de um conceito fundamental ou, ainda, um paradigma da Arquivologia e analisar como possíveis

mudanças paradigmáticas na área podem culminar em substituições ou invalidações de princípios, conceitos e teorias existentes.

Para tanto, iniciaremos com uma breve análise da história e da epistemologia arquivística, a fim de que se torne possível identificar um contexto mais amplo e melhor definido em que o ciclo vital e a teoria das três idades estão inseridos. Araújo (2013) ao analisar o campo epistemológico da Arquivologia cita a importância da existência de diferentes mapeamentos e sistematizações sobre o campo, posto que esses trazem descobertas de pontos de aproximação.

Um considerável estudo sobre a trajetória da Arquivologia é o de Silva et al. (1999). Nesse estudo, os autores distinguem três fases da produção de conhecimento arquivístico sob critérios que levam em consideração seu estatuto científico e o binômio custódia/acesso (ARAÚJO, 2013): Fase sincrética e custodial (do início do século XVIII a 1898); Fase técnica e custodial (de 1898 à década de 1980) e a Fase científica e pós-custodial (a partir da década de 1980). Apresentamos um detalhamento da sistematização na Figura 2. Araújo (2013) também identifica outras relevantes sistematizações, como a de Lopes (2009), o qual reconhece três principais correntes do pensamento arquivístico considerando como critério o foco de preocupação e a inserção geográfica: Arquivologia tradicional, o *records management* e a Arquivística Integrada.

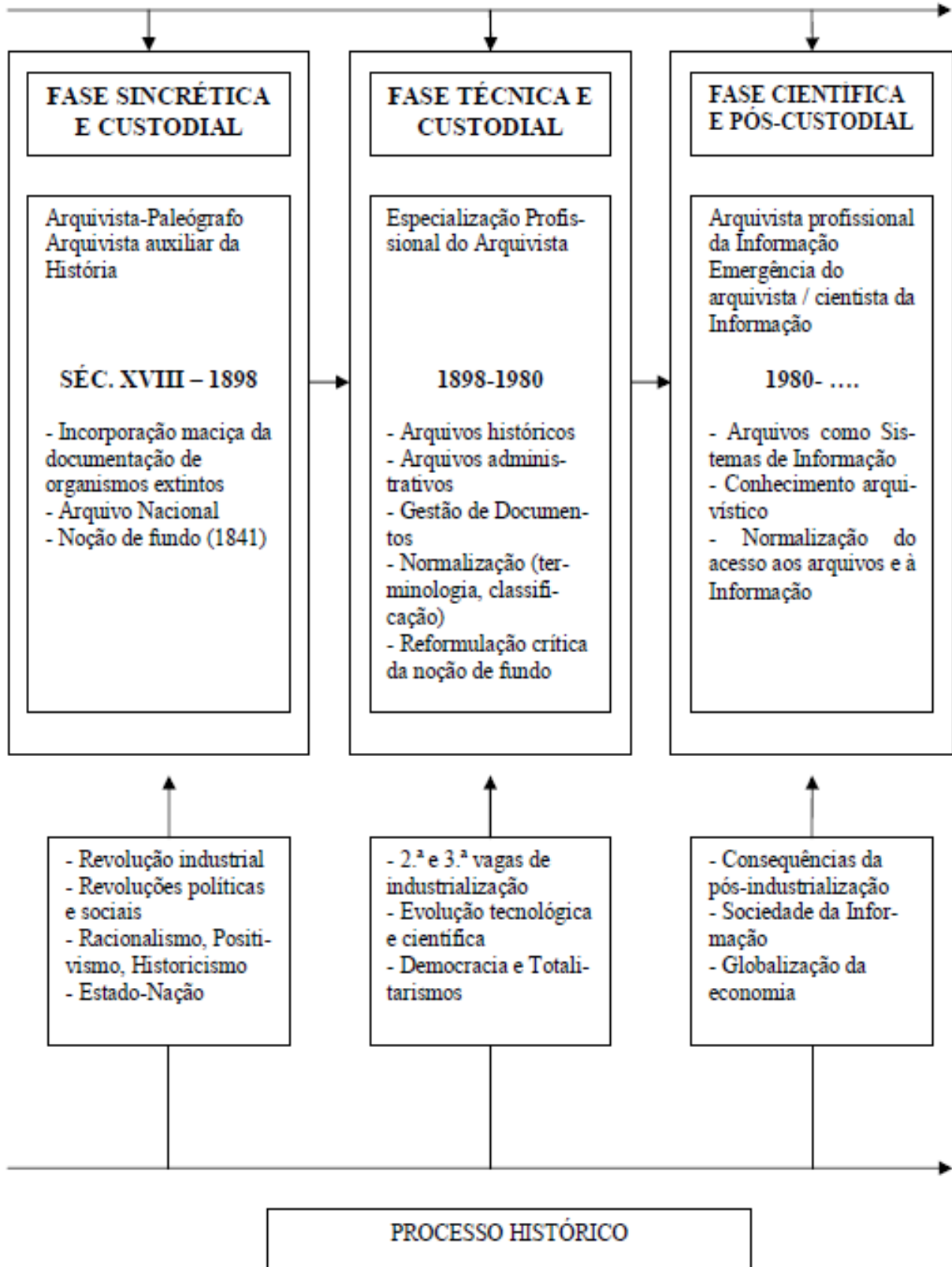
Quanto às sistematizações realizadas por diversos teóricos, sobretudo no que se referem às divergências quanto à delimitação da quantidade de períodos e aos critérios utilizados para a denominação de cada um desses, acreditamos que esse fator não é passível de inquietação, uma vez que a opção por uma ou outra sistematização não será realizada com base nesses aspectos. Nosso foco está nos acontecimentos históricos e nas abordagens teóricas, com o fim de melhor situar o ciclo vital dos documentos. Marques (2011), utilizando-se de lição de Delsalle¹⁵, esclarece:

Todavia, qualquer tentativa de esquematização do pensamento arquivístico internacional seria inócua, sobretudo se considerada cronologicamente, como nos lembra Delsalle (1998). A ciranda arquivística, não linear, multidimensionada entre indivíduos, instituições e documentos representativos de saberes e poderes interdiscursivos, é permeada por

¹⁵ DELSALLE, Paul. **Une histoire de l'Archivistique**. Quebec: Université du Québec, 1998.

tendências diversas, conforme as muitas perspectivas dadas por e para esses agentes em interação. (MARQUES, 2011, p. 302).

Figura 5 – O Processo informacional relativo aos arquivos



Fonte: Silva et al. (1999).

Já que não é a finalidade desta pesquisa identificar todas as sistematizações realizadas, utilizar-nos-emos da proposta de Schmidt (2012) que, em nosso entendimento, melhor se adequa às razões expressas anteriormente. Com embasamento nas compreensões e sistematizações dos mais relevantes teóricos da área – pela literatura italiana, Eugenio Casanova e Elio Lodolini; pela literatura alemã, Adolf Brenneke; pela literatura francesa, Robert-Henri Bautier; pela literatura americana, John Ridener; pela literatura portuguesa, Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro; e pela literatura espanhola, José Ramón Cruz Mundet — a autora define os períodos que integram a história da Arquivologia: Arquivologia Clássica, Arquivologia Moderna e Arquivologia Contemporânea.

Quanto ao primeiro período, denominado Arquivologia Clássica, tem-se o estabelecimento de um campo científico, o qual possui como marco a publicação do Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos de Samuel Muller, Feith e Fruin — conhecido como “Manual dos Holandeses”. Schmidt indica quais são as principais contribuições do aludido manual:

Contudo, foi através dele que estes princípios teóricos (*Princípios da Proveniência e da Ordem Original*), gradualmente evoluídos e aperfeiçoados ao longo de anos anteriores, foram mais divulgados e concebidos enquanto enunciados fundamentais. Ademais, outro elemento que justifica a “cientificidade” da Arquivologia a partir do Manual dos Holandeses é o que alguns teóricos da área definem como “autonomia” perante outras áreas do conhecimento, como a Paleografia, a Biblioteconomia e a Diplomática, por exemplo. Isto é: a afirmação de teorias e princípios próprios. (SCHMIDT, 2012 p. 112).

Schmidt (2012) considera que o conhecimento transmitido por meio do Manual dos Holandeses estabeleceu, de acordo com a apreensão de Kuhn sobre a evolução das ciências, os primeiros paradigmas para a Arquivologia. Cabe frisar, de acordo com a autora, que esses paradigmas se materializaram em métodos de ensino e sustentaram as bases teóricas da área. Além do referido Manual, concerne evidenciar os estudos de Hilary Jenkinson, Eugenio Casanova e Adolf Brenneke. Sintetizando as contribuições desses teóricos, baseadas principalmente nos Princípios da Proveniência e da Ordem Original, bem como na ideia de organicidade, Schmidt (2012, p. 125) conclui que esses “podem ser considerados os expoentes da Arquivologia Clássica, principalmente por consolidarem em seus países, o *Fazer e o Saber* dos arquivos sob o pilar do conhecimento científico”.

Após uma breve ilustração do que constituiu a Arquivologia Clássica, abordaremos o período que mais interessa ao escopo desta seção — a Arquivologia Moderna. Vale ressaltar que a presente seção apresenta uma análise superficial quanto às abordagens teóricas do período, visto que se vislumbra unicamente expor os principais aspectos do contexto histórico-epistemológico em que o conceito do ciclo vital dos documentos está inserido.

Quanto ao segundo período, esse tem seu início após a Segunda Guerra Mundial e estende-se até o final da década de 1980, tendo como locais de maior distinção os Estados Unidos da América da América e a Austrália. Para Schmidt (2012), a atribuição de “Moderna” refere-se à grande importância dada aos documentos administrativos, despontados do grande volume de documentos produzidos pelas novas organizações, os quais eram intitulados pelos teóricos do período como “documentos modernos”. Concomitantemente, o contexto histórico é marcado pelos acontecimentos:

É um tempo no qual a gestão administrativa, aliada às inovações tecnológicas, ganha fôlego e demanda novas atitudes por parte da Arquivologia e seus profissionais. Desta maneira, a literatura da área se expande, criam-se periódicos, associações profissionais, legislação específica, organismos internacionais para pensar políticas para os arquivos e cursos universitários de formação. (SCHMIDT, 2012, p. 147).

Na Arquivologia, verifica-se, sobretudo nos Estados Unidos da América, o surgimento de abordagens que trazem à tona o *records management*, que redireciona o foco para a avaliação dos “documentos modernos”. Percebemos a emergência dos conceitos de *record group* e do ciclo vital dos documentos, a utilização de critérios para a estipulação de valores aos documentos e a consolidação do binômio *archives* e *records*, culminando, conseqüentemente, na secessão entre os profissionais *archivists* e *records managers*. Já na Austrália, destacam-se os trabalhos realizados por Ian Maclean no âmbito do *Commonwealth Archives Office* (CAO), em 1961, e pelo caráter contestador dos trabalhos de Peter S. Scott, articulador do *series system*. Ressalta-se que, embora seja de suma importância para o desenvolvimento da Arquivologia, a teoria australiana não foi disseminada da mesma forma que a teoria norte-americana. Trataremos da trajetória, acentuando as particularidades essenciais, da Arquivologia australiana no capítulo cinco do presente trabalho. Por meio do

quadro abaixo, ilustramos as principais abordagens teóricas concernentes à Arquivologia Moderna.

Quadro 7 – Abordagens Teóricas – Arquivologia Moderna

ABORDAGEM	PAÍS/LOCALIZAÇÃO	PERÍODO	CARACTERÍSTICAS	REPRESENTANTES
<i>Records e Archives; Records Management</i>	Estados Unidos da América	A partir de meados da década de 1940	Foco na Avaliação, <i>record group</i> , teoria Ciclo Vital, Gestão de Documentos, <i>archives</i> e <i>records</i> , <i>records manager</i> e <i>archivists</i> , documentos “modernos” – administrativos, valor primário e secundário	Schellenberg, Ernst Posner, Philip C Brooks
Sistema de Séries	Austrália	A partir década de 1960	Sistema de Séries, crítica ao <i>archive group</i> e ao <i>record group</i>	Peter Scott, Ian Maclean

Fonte: Schmidt (2012).

Conforme apresentado na seção anterior, constatamos que no cerne deste período, indubitavelmente, está o conceito do ciclo vital dos documentos e, por seguinte, sua interpretação mais renomada: a teoria das três idades. Sua relevância e aplicação não se restringem apenas ao período delimitado — Arquivologia Moderna — nem à localização geográfica em que se desenvolveu — Estados Unidos da América. Constatamos que: esse conceito, ou paradigma, perpassa um vultoso lapso temporal — aproximadamente setenta anos —, perdurando resistente à ascensão de novos paradigmas, que, em alguns casos, atuam como um verdadeiro contraponto ao ciclo vital; e mesmo sob as tradições de vários países, o conceito foi amplamente utilizado, difundido e interpretado, de modo a se condicionar especificamente a cada necessidade prática.

Podemos concluir, como base nos estudos analisados, que o ciclo vital dos documentos integra a base teórica e metodológica da Arquivologia. Como justificativa ao disposto, Rousseau e Couture estabelecem:

Há em arquivística três princípios que constituem o fundamento da disciplina. Trata-se do princípio da territorialidade, do princípio do respeito aos fundos ou princípio da proveniência e da abordagem das três idades. Utilizados desde o final do século XIX e sobretudo no século XX, constituem a própria base da arquivística moderna. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 52)

Em seguida, os autores complementam:

O ciclo de vida dos documentos de arquivo apresenta-se, pois, como um dos fundamentos da disciplina arquivística. Os conceitos e as noções em que assenta, quer se trate das três idades, das noções de valor primário e de valor secundário, são outros tantos fatores determinantes que vêm estabelecer com precisão, por via de consequência, os modelos de organização específicos dos arquivos correntes, dos arquivos intermédios e dos arquivos definitivos. Para os arquivos, o ciclo de vida está no próprio coração da integração das intervenções do arquivista numa arquivística global. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 125).

Bellotto (1998) considera o ciclo vital dos documentos e a teoria das idades como princípios da Arquivologia:

Os princípios básicos da arquivística são suficientes para demonstrar o quadro daquelas características: o da organicidade, o da proveniência, o da unicidade, o da indivisibilidade ou integridade, o da cumulatividade, o das três idades ou do ciclo vital dos documentos com o peso dos respectivos valores atribuídos a cada estágio deste ciclo. (BELLOTTO, 1998, p. 25).

Marques (2011) sobreleva a relevância da teoria das três idades para Arquivologia, ao ressaltar o consenso teórico trazido para a área, apesar de possuir um caráter fortemente contingencial — o conceito se molda de acordo com as necessidades práticas de cada país.

É importante lembrar que a concepção dos arquivos intermediários, (re)inaugurando a Teoria das Três Idades, traria certo consenso teórico para o pensamento arquivístico internacional, embora a sua aplicação seja contingencial, de acordo com as concepções de arquivo que se tem em cada país. (MARQUES, 2011, p. 109).

De outro modo, Silva et al. (1999) entendem que a teoria das três idades acarretou em uma ruptura da unidade disciplinar da Arquivologia, uma vez que “a agilidade, o imediatismo e o economicismo, que são características da administração contemporânea, conduziram ao desenvolvimento de novas unidades”, os chamados arquivos intermediários, *pre-archives ou records centers*. Na concepção do autor, devido a razões meramente pragmáticas, o desenvolvimento dessas unidades contribuiu para uma desagregação dos sistemas de arquivo.

A chamada “teoria das três idades”, encarada de uma forma simplista, passou a acarretar um risco, que foi o de se confundir um mero “estratagema” operativo com um princípio que consagra — e, para muitos, passou a justificar — a separação efectiva do que não é estruturalmente divisível. A existência de serviços complementares e de depósitos múltiplos torna-se compreensível face à dificuldade em reunir num só espaço físico toda a documentação arquivada por uma mesma entidade produtora. Contudo, a separação intelectual dos arquivos não pode ser justificada por essa separação material. (SILVA, 1999, p. 155).

A partir da visão de Silva et al (1999), depreendemos uma crítica à observação estrita ao carácter pragmático do conceito. Fica claro que o conceito do ciclo vital dos documentos emerge de um contexto específico, intimamente conectado com a organização de documentos e com o objetivo de oferecer soluções práticas para os problemas apresentados na época. Silva (2014) faz uma análise acerca do carácter técnico dos princípios arquivísticos:

Essa forma pragmatista de organização documental e os procedimentos funcionais administrativos em larga escala provocaram um grande efeito no que concerne à Arquivologia, já que as três idades dos arquivos vêm de forma hermética apresentar um ciclo que se torna perigoso, pois os arquivos correntes, os arquivos intermediários e os arquivos permanentes colocam a Arquivologia condicionada a aspectos descritivos e extremamente práticos na realidade funcional, através de princípios arquivísticos que são apontados como pilares epistemológicos. (SILVA, 2014, p. 42).

Ademais, ao abordar o caso específico do conceito do ciclo vital dos documentos o autor estabelece:

O ciclo vital traz uma atividade que preconiza a ação instrumental, porque demonstra a utilização de um interesse que se justifica na organização documental, na estrutura administrativa e nas circunstâncias institucionais que o cercam [...]. Desse modo, a concepção *prático-vital* orienta uma ação

do saber-fazer do agir funcional instrumental, em uma circularidade de que se baseia em diretrizes e que se subdivide em três ações do ciclo vital do processo operatório da Arquivologia, as quais podem ser compreendidas como idades documentais. (SILVA, 2014, p. 100).

Nessa perspectiva, Marques (2011, p. 110) entende que “a Teoria das Três Idades é, portanto, um exemplo emblemático de que o pensamento arquivístico é fundamentado nas reflexões oriundas das práticas de organização e gestão de documentos”. Embora já tratando de algumas críticas ao ciclo vital dos documentos e à teoria das três idades, destacamos que, nesse ponto, temos o intuito unicamente de notabilizar o caráter técnico e contingencial de ambos. As referidas críticas se restringem a questões pragmáticas. Abordaremos no próximo capítulo, consoante os objetivos da pesquisa, críticas referentes às possíveis limitações impostas pelo ciclo vital ante à gestão de documentos digitais.

Retomando os períodos definidos por Schmidt como integrantes da história da Arquivologia, é importante externamos nossa compreensão de que esses não se pautam apenas pelas ideias que surgiram ou que predominaram em determinado período. Observamos que a sistematização realizada por Schmidt (2012) apresenta as principais abordagens teóricas da Arquivologia, relacionando-as a acontecimentos históricos. Entretanto, é clara a assimilação de que abordagens, princípios, teorias e conceitos, no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, não se restringem a um período delimitado ou a uma localização geográfica específica. Conforme examinado por Marques (2011), as tendências e as tradições internacionais coexistem e se complementam. Como exemplo, podemos utilizar a publicação do Manual dos Holandeses, abalizado como o precursor da Arquivologia Clássica e que só teve sua publicação no Brasil apenas na década de 1960, período marcado pela Arquivologia Moderna.

Como exemplo pragmático, salientamos o deslinde do americano Harold Pinkett em relação à teoria arquivística norte-americana:

Concluindo, deve ser notado que a teoria arquivística norte-americana não existe como um formulado corpo sistemático de ideias. Essa é essencialmente uma agregação de ideias delineadas de aplicações e amplamente aceitas pelos princípios arquivísticos europeus, e de conceitos práticos desenvolvidos para lidar especialmente com as necessidades da administração americana e com as tradições democráticas. (PINKETT, 1981, p. 222, tradução nossa).

Cook (1997) entende que a história da Arquivologia não cumpre uma evolução linear, a qual possui correntes de pensamento exclusivas. Para o autor

a história da Arquivologia é uma rica colagem de camadas sobrepostas, de ideias contraditórias que existem simultaneamente ou até mesmo de forma mesclada, de pensadores que apresentam diferenças quanto a ênfase mais que quanto às ideias fundamentais, de pensadores que mudam suas ideias sob a emergência de novas circunstâncias, de velhas ideias que aparecem em novos disfarces e em novos lugares. (COOK, 1997, p. 47, tradução nossa).

Partindo da premissa de que a ideias de Kuhn (1998) sobre o desenvolvimento das ciências — haja vista sua vigorosa relação com as Ciências Naturais — não se aplicam integralmente às Ciências Sociais e Humanas, temos como consequência de tal constatação a não vinculação estrita do desenvolvimento da Arquivologia às fases do processo evolutivo das ciências. Segundo Marques e Rodrigues (2008), devido ao fato de a Arquivologia possuir um caráter social, não se torna possível a sua redução a um único paradigma que possa condicionar seu *status* científico.

Tal fato justifica-se pela não ocorrência de uma total suplantação de uma tradição, tendência, conceito ou teoria predecessoras por um novo paradigma. Conforme Marques e Rodrigues (2008), os paradigmas no âmbito da Arquivologia são dinâmicos e coexistem, visto que a evolução da disciplina não passou por momentos estanques. Temos, portanto, no caso da Arquivologia, a existência de “paradigmas concorrentes”. Utilizando-nos da ideia de “mundos distintos” de Barros (2011), em que o contato dos pesquisadores com realidades sociais distintas é determinante para a visão teórica que conforma sua maneira de pensar, temos na Arquivologia a possibilidade de escolha de paradigmas e posicionamentos teóricos — dentre vários — pelos pesquisadores, o que possibilita o estabelecimento de uma comunicação de “mundos distintos”.

Dessa forma, ao relacionar o exposto nesta seção aos conceitos apresentados na seção anterior, concluímos que o ciclo vital dos documentos integra a “matriz disciplinar” da Arquivologia, de modo a compreender aspectos incontestes da área. Ademais, conforme primeira noção apresentada por Kuhn (1998), verificamos que o ciclo vital pode ser entendido como um paradigma “*lato sensu*” para a disciplina.

Destacamos a importância dos exemplares da disciplina que são fundamentados na noção de ciclo vital e das três idades documentais, uma vez que esses se apresentam como soluções-padrão para problemas de ordem prática e são responsáveis por sua disseminação.

3.4. O cenário atual: a emergência do novo paradigma

[...] uma mudança no âmbito paradigmático da Arquivologia está de fato ocorrendo, e vai crescer em intensidade no novo século para desafiar a maneira como os arquivistas pensam e fazem seu trabalho. (COOK, 2012, p. 124).

A partir das décadas de 1970 e 1980, verifica-se na Arquivologia um redirecionamento da área para novas questões ligadas às transformações sociais e tecnológicas ocorridas no período. As recentes formas de produção e uso da informação arquivística trouxeram novos questionamentos teóricos e práticos para a área, sobretudo no que se refere aos objetos, métodos e princípios teóricos (JARDIM, 2012).

Esse período de transição de paradigmas, conforme caracterizado por Boaventura de Sousa Santos (1987), expressa-se pela crise do paradigma dominante. Na Arquivologia, é uma tarefa árdua definir quais são os paradigmas em voga e qual é o exato momento em que essa crise se inicia, já que não podemos destacar um evento ou data responsáveis pelo desencadeamento de novos questionamentos. Já no âmbito das ciências, Santos (1987) elege a mecânica quântica do físico Albert Einstein como a causadora de um “rombo” no paradigma atual, haja vista a desconstrução da simultaneidade universal do tempo e do espaço absolutos de Newton. Pertinente observar que a crise do paradigma vigente é pautada por sua evolução, que avançou a um nível de conhecimento capaz de problematizar suas bases, ou como Santos (1987, p. 54) estabelece: “o aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade em que se funda”.

Outra questão fundamental quanto ao paradigma que emerge está na incerteza da previsão de como esse será, posto que qualquer tentativa de caracterização se

trata apenas de uma especulação. Boaventura de Sousa Santos (1987) o denomina “paradigma pós-moderno”, frisando que ainda está em construção e que deve ser capaz de lidar com questões que não se apresentam mais de forma cristalina para a modernidade. Já na Arquivologia, destacaremos alguns importantes estudos sobre a emergência do novo paradigma, o qual expõe as mudanças responsáveis por ocasionar a crise de seu antecessor, possíveis redirecionamentos para os princípios e métodos da área, novas formulações para conceitos e novas abordagens.

Thomassen et al. (1999) ao analisar o desenvolvimento da Arquivologia em concordância com as etapas estabelecidas no processo de evolução das ciências de Kuhn, sugere a emergência de um “novo paradigma”, o qual sucederá o paradigma clássico — Arquivologia Clássica. Esse “novo paradigma”, surge em virtude do advento das tecnologias da informação e da comunicação no início da década de 1980 e está relacionado ao fato de a “ciência normal”, junto ao seu conjunto de tradições existentes, não conseguir integrá-las. A primeira revolução científica da Arquivologia se deu no final do século XIX, com a publicação do Manual dos Holandeses e teve na Europa seus principais representantes. Já no caso da segunda revolução científica, a qual o autor denomina “novo paradigma”, a América do Norte é apontada como o local de maior notoriedade.

Hugh Taylor é indicado por Thomassen et al. (1999) como o primeiro teórico a reconhecer que os impactos causados pelas tecnologias da informação e comunicação não eram apenas técnicos, nem se tratavam de um mero “ajuste tecnológico”. Esses impactos consistiriam em uma mudança paradigmática na Arquivologia. No clássico artigo *Transformation in the Archives: Technological Adjustment or Paradigm Shift?*, de 1987, oriundo da primeira conferência anual da Association of Canadian Archivists (ACA), Taylor trata o impacto ocasionado pelas tecnologias como uma ruptura, ou uma mudança de paradigma, determinada pelas transformações da cultura, dos documentos, do computador, do usuário e do arquivista (TAYLOR, 1987).

Quanto ao objeto, ao objetivo e à metodologia do novo paradigma, Thomassen et al. (1999) afirmam que é uma tarefa bastante difícil de descrever, uma vez que os autores se veem em meio ao acontecimento de uma possível “revolução científica”. Entretanto, o autor reconhece a necessidade de se arriscar para tentar estabelecer quais são essas principais características:

O objeto do novo paradigma da Arquivologia é o que eu chamo: *process-bound* da informação, que é: informação gerada por processos de trabalho e organizada de modo a permitir a recuperação contextual com o contexto desses processos como ponto de partida. [...] É um objeto duplo, pois se refere à informação arquivística e ao seu contexto de criação, os documentos criando processos. [...] O objetivo vai além da acessibilidade. É o que eu poderia chamar de qualidade arquivística, que está para a transparência, a força e a estabilidade duradoura do vínculo entre a informação e a criação dos processos de trabalho. A metodologia consiste no estabelecimento, na manutenção e na análise da autenticidade, confiabilidade e fidedignidade dos documentos. (THOMASSEN et al., 1999, tradução nossa).

Heather MacNeil (1994), ao ressaltar o alerta feito por Taylor em 1987 sobre uma mudança paradigmática para a área, afirma que a direção dessa mudança se tornou mais clara com o passar do tempo. Para a autora, essa mudança está ligada a uma maior reaproximação entre a teoria e os métodos da Arquivologia, a qual se iniciou quando novas observações, inexplicáveis nos termos da abordagem anterior, começaram a causar tensões. MacNeil (1994) explica que:

A mudança de paradigma que está ocorrendo no mundo arquivístico tem sido provocada por inúmeros desenvolvimentos sociais, tecnológicos e profissionais, que têm posto em discussão, se não em crise, algumas das principais tendências relacionadas à natureza e ao valor dos arquivos. Nós tivemos de repensar o papel social das instituições arquivísticas públicas, agora que as mudanças de atitude em relação ao direito à informação dos cidadãos desgastaram seu status especial como fontes públicas de informação sobre o funcionamento do governo. Tivemos que reexaminar a teoria arquivística sobre a natureza dos documentos, bem como os métodos de arranjo e descrição desses, à luz da maneabilidade e transitoriedade da informação eletrônica, da dependência dos sistemas aos *softwares* e *hardwares* e do fracasso da tecnologia da informação em compreender e proteger a integridade dos documentos criados nesses sistemas. Por fim, fomos forçados a pensar mais profundamente acerca dos padrões profissionais, o que torna cada vez mais claro que a nossa falta de visão comum está inibindo nossa habilidade de realizar objetivos profissionais. (MACNEIL, 1994, p. 7–8, tradução nossa).

Para a portuguesa Fernanda Ribeiro (2011), o novo paradigma — intitulado “paradigma informacional, científico e pós-custodial” — está inserido no contexto da era da informação e no quadro da revolução digital. A autora enuncia uma série de características desse novo paradigma, das quais destacamos:

- Constatação do incessante e natural dinamismo informacional, oposto ao “imobilismo” documental, traduzindo-se aquele pelo trinómio

criação/selecção natural/acesso-uso, e o segundo, na antinomia efémero versus permanência;

- Imperativo de indagar, compreender e explicitar (conhecer) a informação social, através de modelos teórico-científicos cada vez mais exigentes e eficazes, em vez do universo rudimentar e fechado da prática empírica composta por um conjunto uniforme e acrítico de modos/regras de fazer, de procedimentos só aparentemente “assépticos” ou neutrais de criação, classificação, ordenação e recuperação;
- Alteração do actual quadro teórico-funcional da actividade disciplinar e profissional por uma postura diferente, sintonizada com o universo dinâmico das Ciências Sociais e empenhada na compreensão do social e do cultural, com óbvias implicações nos modelos formativos dos futuros profissionais da informação. (RIBEIRO, 2011, p. 64).

Corroborando com o ponto de vista adotado nesta pesquisa, Thomassen et al. (1999) abordam as relações entre o paradigma vigente e o novo paradigma, defendendo que aquele não será totalmente abandonado ou substituído por esse. De acordo com o autor, o “novo paradigma” traz à tona uma nova orientação e uma extensão de domínio que abrange o paradigma anterior. Dessa forma, o “novo paradigma” passa a englobar o paradigma anterior, redireccionando o foco quanto ao objeto, objetivo e metodologia da Arquivologia para questões ligadas à nova realidade, sem abandonar o disposto no paradigma anterior, o qual permanecerá válido para lidar com implicações ocasionadas pelo contexto anterior.

Quanto à nomenclatura dada a esse “novo paradigma” no domínio da Arquivologia, notamos que os termos “pós-custodialismo¹⁶” e “era pós-custodial” são bastante utilizados para designar as novas abordagens surgidas desde então. Constatamos que o termo “pós-custodialismo” foi utilizado pela primeira vez por F. Gerald Ham, no artigo intitulado “*Archival strategies for the post-custodial era*”, de 1981. Nesse artigo, o autor analisa as novas formas de registro, uso, armazenamento e disposição da informação e sugere que os arquivistas precisam ter habilidade para se adaptarem e formularem estratégias para lidar com as oportunidades e problemas trazidos pela revolução tecnológica (HAM, 1981).

Percebe-se, após expor alguns entendimentos convergentes — Hugh Taylor, Heather MacNeil, F. Gerald Ham, Fernanda Ribeiro —, um certo consenso quanto à defesa de uma possível mudança paradigmática na Arquivologia. Dentro desse

¹⁶ Abordaremos o “pós-custodialismo”, sobretudo no que se refere ao conceito de custódia distribuída, no capítulo 5 deste trabalho.

contexto, podemos sobrelevar a relevância da abordagem conhecida como Arquivologia Pós-Moderna e o papel exercido pelo canadense Terry Cook, que pode ser reputado como precursor e principal representante dessa abordagem. A escolha por uma abordagem pós-moderna é justificada pelo autor pela constatação de que vivemos em uma era pós-modernista, devido ao conjunto de mudanças que estão ocorrendo, e isso necessariamente afeta os arquivos. Os arquivistas devem começar a especular como e por que, e mudar adequadamente suas formulações da Arquivologia (COOK, 2012). Para ele, o foco deverá ser:

Processo em vez de produto, se tornando em vez de ser, dinâmico em vez de estático, contexto em vez de texto, refletindo tempo e lugar em vez de absolutos universais: são estas agora as palavras de ordem pós-modernas para analisar e entender ciência, sociedade, organizações e atividades empresariais, entre outros. Elas deveriam também se tornar as palavras de ordem para a Arquivologia no novo século, e assim, o fundamento de um novo paradigma conceitual da profissão. (COOK, 2012, p. 147).

Cook (1994) também trata da questão referente entre o embate do novo paradigma com o seu antecessor e argumenta que as ideias pós-custodiais e pós-modernistas não pretendem abandonar os princípios arquivísticos clássicos. O foco está em transformar a forma de se garantir a evidência dos documentos, que ocorrerá na substituição na tradicional custódia física para uma abordagem conceitual, do produto para o processo.

Julgamos importante apresentar o que Cook (1997) entende como os cinco grandes temas relacionados às mudanças emergentes e, também, às suas ideias quanto a possíveis ressignificações de alguns conceitos teóricos básicos da Arquivologia no futuro. Para tanto, utilizaremos, complementarmente, a interpretação realizada por Fonseca (2005) acerca das ideias de Cook, as quais a autora julga como fundamentais para a inserção da Arquivologia em um mundo pós-moderno:

- Mudança nas razões pelas quais os arquivos devem ser preservados: essa mudança desloca as razões de preservação dos arquivos de uma justificativa jurídico administrativa para uma justificativa sociocultural;
- Mudança no modo pelo qual os arquivistas tentam preservar documentos como evidências autênticas e confiáveis de atos e transações: vê-se, nesse aspecto, uma mudança de perspectiva do

princípio da proveniência, antes ligado à estrutura e ao lugar e agora relacionado à função e atividade, tornando a proveniência mais intelectual que física;

- Novas formulações para os princípios e conceitos da Arquivologia: a teoria arquivística se baseia agora na análise dos processos de criação dos registros, mais do que nas metodologias de arranjo e descrição de documentos custodiados em instituições arquivísticas. Dessa forma, tem-se as seguintes adaptações:
- Documento: as partes componentes dos documentos — estrutura, conteúdo e contexto — tradicionalmente assentadas em um meio físico único estão agora divididas em diferentes espaços de armazenagem de dados. Um documento deixa de ser um objeto físico para se transformar em um objeto conceitual de informação;
- Arquivos: não são mais considerados reflexos de uma determinada e estática ordem física de acumulação, nem lugares de armazenamento de documentos velhos. Esses se tornarão virtuais “Arquivos sem paredes” existentes na internet para facilitar o acesso ao público;
- Arranjo e descrição: passam a concentrar-se menos nos documentos e nos arquivos como entidades físicas e mais na compreensão dos contextos que serão enriquecidos pelas múltiplas inter-relações e usos dos documentos;
- Avaliação: deixará de ser uma avaliação com base no valor potencial de pesquisa, para se transformar em uma macroavaliação de funções, programas e atividades do criador de documentos;
- Preservação: o foco na reparação, conservação e salvaguarda do meio físico em que estava o documento será substituído pelo foco nas migrações e emulações contínuas dos conceitos e inter-relações que agora definem os documentos e fundos virtuais;
- O arquivista deve ser um mediador ativo na formação da memória coletiva por meio dos arquivos;
- A Arquivologia não é universal nem imutável: a teoria arquivística não deve ser vista como um conjunto imutável de leis, nem de forma linear, formada a partir de um consenso universal. Ao contrário, é uma mistura de diferentes elementos, sobrepostos e até contraditórios.

Dentre as abordagens ditas “pós-custodiais”, destacaremos em nossa pesquisa o modelo australiano *records continuum*. Upward (1994) afirma que ao dedicar seu interesse à abordagem pós-custodial começou a se questionar quanto ao papel do *continuum* dentro desse “jogo” já estabelecido e como os processos de *recordkeeping* e de administração de arquivos serão quando a localização do material tiver menos importância que o seu acesso, quando os documentos não precisarem mais seguir por fronteiras claras dentro do espaço ou tempo para serem partes de arquivos e quando o reconhecimento de que os documentos existem no espaço-tempo, não no espaço e no tempo, for mais intuitivamente assimilado por qualquer praticante. Tais questionamentos, para o autor, nos remetem a um cenário que exige uma invenção de novas regras para esse novo “jogo”, que terá como resultado significativa uma repadronização do conhecimento.

No próximo capítulo — Ciclo vital dos documentos e pós-custodialismo: possíveis limitações —, abordaremos como se dá a utilização do conceito do ciclo vital dos documentos e da teoria das três idades no domínio desse “novo jogo”, o qual apresenta novas regras e perspectivas advindas pelos documentos digitais e culmina em questionamentos de importantes teóricos da Arquivologia sobre possíveis suscetibilidades e limitações.

4. CICLO VITAL DOS DOCUMENTOS E PÓS-CUSTODIALISMO: POSSÍVEIS LIMITAÇÕES

[...] um dos problemas da Arquivologia contemporânea é o de se limitar aos princípios e à teoria das três idades. Se agregarmos a estes a valorização do conteúdo informacional dos documentos, estar-se-á no caminho da construção de novos paradigmas. (LOPES, 2000, p. 281).

Após serem amplamente utilizados ao longo de todo o período conhecido como “Arquivologia Moderna” e, não somente, integrando as bases da Arquivologia tanto em seus aspectos teóricos quanto práticos até os dias de hoje, o ciclo vital dos documentos e a teoria das três idades passam a sofrer com incertezas e questionamentos no que se referem à sua integral aplicação às novas formas de produção, uso e disseminação de documentos, sobretudo no que se tange aos documentos digitais.

Importante observar que questionamentos quanto à validade do ciclo vital não surgiram durante a década de 1980, período marcado pelo início de grandes inovações tecnológicas, uma vez que verificamos um forte embate entre os *records managers* e os *archivists* desde a década de 1940. Rousseau e Couture (1998) questionam-se quanto ao binômio *records* e *archives* e o possível enfraquecimento da Arquivologia pela sua divisão em duas vertentes, sob a perspectiva da atuação profissional. Tal cisão é clara quando analisados os primeiros esforços realizados na integração dos dois campos na década de 1950 e 1960, conforme apresentado nas seções anteriores. O canadense Hugh Taylor aborda esse binômio e a conseqüente ruptura no tratamento dos documentos.

Eu gostaria de sugerir de que na realidade não há uma cisão entre o documento “corrente” e o “arquivístico” e que isso é uma ficção do método histórico. Há uma necessidade do governo e do público de recuperação efetiva e de um treinamento arquivístico que reconheça esse *continuum* e que poderia oferecer especialistas em informação de calibre apropriado para trabalhar em ambos [...]. Essa ação tiraria o profissional desse “desvio histórico” e o colocaria de volta aos níveis administrativos de *record-keeping*. (TAYLOR, 1987, p. 34, tradução nossa).

Ademais, pode-se apreender resquícios do afirmado até nos dias de hoje, visto as associações de profissionais dos Estados Unidos da América e do Canadá inglês, o primeiro possuindo a *American Records Managers and Administrators* (ARMA) e a SAA e o segundo possuindo associações assemelhadas à ARMA e a *Association of Canadian Archivists* (ACA). Rousseau e Couture (1998) destacam nesse contexto a região conhecida como Canadá francês, a qual possui a *Association des archivistes du Québec* (AAQ) que representa as duas categorias de profissionais. Concluímos que os questionamentos de Rousseau e Couture sintetizam o posicionamento adotado nesta pesquisa:

Será que uma integração completa das duas ordens de preocupação não seria mais oportuna e susceptível de garantir uma grande viabilidade arquivística? Uma profissão unificada, onde estivessem reconciliados o *records management* e a arquivística tradicional, não estaria melhor equiparada para se desenvolver, crescer e atingir a plenitude do potencial que a disciplina arquivística oferece? Uma profissão que integrasse as duas vertentes da arquivística não estaria em melhor posição para se comparar às outras profissões da informação e para reivindicar o lugar que lhe é devido? (COUTURE; ROUSSEAU 1998, p. 220)

Fato novo, durante as décadas de 1970 e 1980, seria a análise quanto ao caráter fracionado e engessado do ciclo vital e da teoria das três idades que é reproduzido na gestão, em razão da limitação em fases ou idades e na específica definição dos procedimentos e operações vinculados a cada etapa. Aliado a isso, tem-se a tentativa de aplicação prática do conceito ao recente uso e tratamento dos documentos digitais, o que implica questionamentos quanto à validade e às diversas proposições de soluções para os problemas advindos. Verificamos, nesse período, o surgimento de correntes compostas por teóricos de posições convergentes, sobretudo americanos, canadenses e australianos.

No Canadá, os primeiros estudos referentes ao impasse criado entre as abordagens focadas nos *records* e *archives* se iniciam da década de 1970. Luís Carlos Lopes (2009), um grande adepto das ideias manifestadas dos teóricos do Canadá francês, afirma que os arquivistas de Québec ocupam lugar de realce nas discussões, utilizando-se da revista *Archives*, da *Association des Archivistes du Québec* (AAQ), como ferramental de difusão dessas ideias. Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, ao analisarem o ciclo vital dos documentos, defendem uma “Arquivística Integrada”, a qual possui três objetivos principais:

- Garantir a unidade e a continuidade das intervenções do arquivista nos documentos de um organismo, permitindo, assim, uma perspectiva do princípio das três idades e das noções de valor primário e secundário;
- Permitir a articulação e a estruturação das atividades arquivísticas numa política de organização de arquivos;
- Integrar o valor primário e o valor secundário numa definição alargada de arquivo. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 70).

Além da abordagem integrada, destacam-se os trabalhos dos teóricos do Canadá inglês. Jay Atherton (1985) inicia sua análise do ciclo vital dos documentos a partir do seguinte questionamento: o *records management* consiste apenas na primeira fase da metodologia arquivística ou a preservação dos arquivos permanentes é simplesmente a última etapa do processo de *records management*? Analisando o novo contexto de produção e uso dos documentos digitais, o autor reconhece que não é mais possível separar as etapas do ciclo vital devido à natureza e à volatilidade da informação registrada. O autor utiliza como exemplo a função criação, a qual se torna um processo continuado em vez de um único evento no tempo. Isso significa que o documento provavelmente será alterado várias vezes durante o período de uso administrativo. Quanto à avaliação e à etapa arquivística de arquivo permanente, o autor sugere que esses também serão processos continuados, porque o arquivista que atua no arquivo permanente não pode esperar e deve estar envolvido mesmo antes da criação dos documentos.

Adicionalmente, o autor destaca a implementação da legislação de acesso à informação no âmbito do governo canadense como uma forte pressão externa exercida sobre as abordagens arquivísticas tradicionais, o que está estreitamente relacionado à noção de *accountability*¹⁷. De acordo com a previsão legal, cidadãos passam a ter direito ao acesso a documentos que ainda estão em uso administrativo. Dessa forma, a distinção formal entre as fases ativa, intermediária e inativa torna-se vaga. No que se refere ao ciclo vital dos documentos, Atherton assinala que

¹⁷ Sobre o termo *accountability*, optamos pela sua não tradução com base no disposto em Pinho e Sacramento (2009), que entendem que o conceito envolve responsabilidade (objetiva e subjetiva), controle, transparência, obrigação de prestação de contas, justificativas para as ações que foram ou deixaram de ser empreendidas, premiação e/ou castigo e a sua tradução para o português também está ligada à própria consecução de uma verdadeira cultura de *accountability*, que, no Brasil, ainda está em construção.

o conceito tem sido útil na promoção de um senso de ordem e de uma abordagem sistemática para a integral gestão da informação registrada. Entretanto, a estrita aderência a esses princípios minou qualquer tendência de uma maior cooperação e coordenação entre os *archivists* e os *records managers*. Isso ignora as muitas maneiras em que as operações de *records management* e *archives* estão inter-relacionadas, até mesmo entrelaçadas. Pode ser conveniente em uma grande burocracia, na tentativa de esclarecer os papéis e as responsabilidades, delineando cuidadosamente essas funções. Isso pode ser também contra produtivo. O *archivist* realmente não exerce um papel que serve ao criador dos documentos? O *records manager* realmente não tem responsabilidade na identificação do valor permanente de documentos ou no serviço aos pesquisadores? (ATHERTON, 1985, p. 47, tradução nossa).

Tendo em vista tal reflexão, Atherton (1985) propõe a substituição do ciclo vital dos documentos por um modelo mais simples e unificado que consiste em quatro, em vez de oito estágios¹⁸. No modelo idealizado pelo autor, as primeiras duas fases são as mesmas do modelo do ciclo vital: criação ou recepção do documento e sua posterior classificação dentro de um sistema pré-determinado. A terceira fase consiste no estabelecimento de prazos para uma posterior aplicação de tabelas de temporalidade. A última fase consiste na manutenção e uso dos documentos, quer seja junto ao órgão produtor, um depósito intermediário ou um arquivo definitivo. Para Atherton (1985) todas as fases são inter-relacionadas, formando um *continuum* em que tanto *records managers* quanto *archivists* estarão envolvidos em graus variados na contínua gestão da informação registrada.

Adicionalmente, Atherton (1985) dispõe sobre os objetivos em comum que são compartilhados pelos dois profissionais: a efetiva gestão da informação registrada ao longo de todas as fases do *continuum*, da criação à destinação. A cooperação entre um e outro resultará na garantia da criação de documentos adequados, contendo a informação adequada dentro do formato adequado; na organização de documentos e de seus conteúdos a fim de que seja facilitada a sua disponibilidade; na disponibilização de documentos somente para as pessoas que possuam o direito de acessá-los; na sistemática destinação de documentos que não são mais necessários; e na proteção e preservação da informação pelo tempo que lhe for necessária.

Nesse ponto, destacamos como precursoras e de extrema importância as ideias do canadense Jay Atherton. O autor é um dos responsáveis por apresentar a

¹⁸ Verificar na página 63 a interpretação de Jay Atherton sobre o conceito do ciclo vital dos documentos.

noção de *continuum* dentro da Arquivologia, utilizando-se do termo para designar o “relacionamento simbiótico” entre os *records managers* e os *archivists*.

Quanto ao impacto das tecnologias da informação sobre os princípios e técnicas da Arquivologia, Dollar (1994) identifica três generalizações sobre mudanças, as quais o autor denomina “imperativos tecnológicos”, essas são: a natureza mutável da documentação, a natureza mutável do trabalho e a natureza mutável da tecnologia. Quanto ao primeiro aspecto, o autor sugere que os documentos perderam uma característica marcante, a linearidade. Os documentos digitais trazem uma nova característica, a hipermídia, que os organizam de “tal modo que o leitor possa percorrer por todo o documento em busca da informação sobre um tópico particular ou sobre outros documentos sem seguir qualquer sequência óbvia” (DOLLAR, 1994, p. 5). No que tange ao segundo imperativo tecnológico, a mudança do trabalho diz respeito à sua automação e à menor intervenção humana nos processos. Quanto à tecnologia, Dollar (1994) sobreleva o caráter impetuoso de sua evolução, de modo a não permitir que as pessoas assimilem a tecnologia existente antes da aparição de uma nova. Em relação ao ciclo vital dos documentos, Dollar (1993) afirma que um dos efeitos da tecnologia da informação foi o redescobrimto da “área comum” entre o que os *archives* e o *records management* compartilham. Para o autor essa “área comum” consiste em três conceitos fundamentais: integridade, destinação e acesso.

Um importante estudo sobre o impacto das novas tecnologias sobre as práticas arquivísticas foi o do americano Philip Bantin. Atinente ao conceito de ciclo vital, Bantin (1998) afirma que esse claramente define o que vai ser realizado e quem vai ser responsável durante cada fase. Exemplificando, na fase corrente, os criadores dos documentos têm a responsabilidade sobre a gestão, embora os *records managers* estejam envolvidos em vários aspectos. Na fase intermediária, o *records manager* responsável pelo arquivo intermediário assume a maior responsabilidade na gestão. Finalmente, na fase permanente, o *archivist* assume o papel principal na preservação, descrição e promoção do acesso aos documentos. Bantin (1998) considera que o ciclo vital dos documentos serviu para uma estrita demarcação das responsabilidades entre as profissões de *archivist* e *records manager*, principalmente na América do Norte.

No mesmo sentido do entendimento de Bantin, David Bearman (1996) afirma que o ciclo vital dos documentos pode ser rejeitado pois tem seu foco na custódia e

nas operações técnicas e faz distinções desnecessárias entre *records* e *archives*. Para o autor, “isso levou a uma para-profissionalização do *records management* e a marginalização dos *archivists*” (BEARMAN, 1996, p. 134, tradução nossa).

Para o arquivista espanhol Cruz Mundet (2011), que considera o ciclo vital um paradigma e um princípio da Arquivologia, críticas quanto à sua validade surgiram desde sua anúncio e, principalmente, no final do século XX. De acordo com o autor, são três os motivos que fundamentam essas críticas:

Em primeiro lugar porque os documentos não morrem, mas passam a ser armazenados com outra utilidade diferente das que lhes deram origem, de caráter histórico-cultural, em essência, embora também possa ser probatório. Em segundo lugar, a divisão em três idades mostra-se rigorosa de todas as formas, já que não contempla o fato de o documento poder voltar para a fase inicial da atividade, tanto da fase intermediária, como da histórica, como consequência de um processo de revisão, de um processo judicial ou de qualquer outra atividade que exija sua presença. E já nos últimos anos, acrescentou-se uma terceira crítica, o de ser demasiado focado nos documentos como entidades físicas e nas tarefas operacionais, aspectos que se tornam irrelevantes nas perspectivas dos documentos digitais. (CRUZ MUNDET, 2011, p. 22, tradução nossa).

No que diz respeito às referidas críticas, Heredia Herrera (2013) assinala que a gestão de documentos digitais faz com que o ciclo vital dos documentos exija uma outra adequação. De acordo com a autora:

De tal maneira que o ciclo vital com suas 3 idades não coincide com a vida dos documentos: porque ocorre que com anterioridade há uma concepção (criação, desenho) e depois, dito de uma maneira gráfica, uma ressurreição ou conservação permanente. Duas etapas, anterior e posterior às três idades que levaram aos questionamentos do ciclo vital. (HEREDIA HERRERA, 2013, p. 68, tradução nossa).

Para a portuguesa Fernanda Ribeiro (2002), a teoria das três idades já não se apresenta consistente há bastante tempo. Segundo a autora:

A impropriamente chamada “teoria” das três idades já há bastante tempo mostrou que não serve qualquer propósito minimamente consistente e a prová-lo temos o facto de muitos advogarem defensores de uma “arquivística integrada”, em que o ciclo completo da vida dos arquivo não deve ser rompido , quer para efeitos de estudo, quer de análise e representação incluindo-se aqui uma perspectiva também no que toca à avaliação documental, que

ênfatiza o contexto de produção, em detrimento do conteúdo informativo de *per se*. (RIBEIRO, 2002, p. 102).

O canadense Carol Couture (2015), em recente análise, aponta que o ciclo vital dos documentos está sendo revisto na atualidade e demanda adaptações para responder adequadamente ao mundo digital. Ele aborda a questão da intervenção do arquivista na fase inicial do ciclo vital, haja vista as peculiaridades dos documentos digitais:

O arquivista já não pode, da mesma forma que com o analógico, intervir no final do ciclo de vida dos documentos. No domínio dos documentos natos digitais, os autores demonstram concordância quanto ao caráter essencial da intervenção concomitantemente à sua produção. Se o arquivista não estiver presente no momento da criação da informação, para, entre outras coisas, registrar as decisões arquivísticas nos metadados, não mais conseguirá fazê-lo. Jamais poderá recuperar uma realidade tão volátil. (COUTURE, 2015, p. 151).

Glenn Dingwall (2010) estabelece que o ciclo vital dos documentos, apesar de sua forte influência na formação e estabilização das práticas arquivísticas, servindo como lente primária para a visão mundial de *recordkeeping*, passou a apresentar sinais de fraqueza. As fraquezas são elencadas por Dingwall a partir de três aspectos: o fato de as organizações tornarem-se mais complexas — e conseqüentemente seus processos administrativos — fez com que a mesma forma de aplicação do ciclo vital a todos os documentos do mesmo órgão fosse dificultada; o aumento do distanciamento entre as profissões de *records manager* e *archivists*; e o que consideramos mais significativo, o desafio de gerir e preservar documentos digitais. Em relação ao último aspecto, Dingwall explica:

Discernir a separação entre os estágios do ciclo vital dentro de um ambiente digital era, e é, problemático. Para os usuários, a recuperação e apresentação dos documentos ocorrem por meio de uma interface que obscurece e abstrai a localização da mídia em que a informação está efetivamente gravada. Isso reduz a distinção entre documentos ativos, semiativos e inativos para uma mera distinção lógica, em vez de uma física, em que o material impacta no acesso, recuperação e circulação. A forma e o conteúdo inerentemente maleáveis dos documentos digitais — e a eliminação da necessidade de os documentos estarem fisicamente em uma ordem para serem manipulados — permitem que os procedimentos do ciclo vital (tais como criação, uso e manutenção) ocorram simultaneamente e continuem transformando o documento ao longo de sua vida. (DINGWALL, 2010, p. 146, tradução nossa).

Análise afim sobre a limitação do ciclo vital dos documentos na sua aplicação à gestão de documentos digitais é a de Chell e Yusof (2000). A inferência de que o ciclo vital se divide em várias fases, manifestamente bem definidas, reputa aos documentos o cunho de objeto. A custódia, da mesma forma, é ponto central na gestão de documentos em papel. Apoiado na custódia e no tratamento dos documentos como objetos, o conceito é inadequado, segundo os autores, quando lida com documentos não tangíveis, dependentes de *hardware* e *software* que podem se tornar obsoletos rapidamente.

Em análise sobre a teoria das três idades, o arquivista canadense Caya (2004) discorre sobre a aplicação da referida teoria, em sua acepção tradicional, às especificidades dos documentos digitais. Para o autor, não é mais possível gerenciar documentos digitais de acordo com os mesmos princípios e práticas empreendidos na gestão de documentos em suporte papel. É amplamente registrado e aceito na literatura arquivística recente a necessidade de os arquivistas participarem da elaboração dos sistemas de gestão de documentos digitais e de intervirem nos processos de criação desses. Segundo ele, essa participação se justifica por duas razões:

- 1) Primeiramente, a justificativa mais evidente. A fragilidade e a obsolescência dos suportes demandam intervenções regulares e planejadas para assegurar que os documentos de arquivo sejam preservados adequadamente através da migração para suportes mais duráveis;
- 2) Por fim, uma justificativa mais imperativa, os dados são criados em largas proporções em bancos de dados, em rede, nos quais amparam a criação de documentos eletrônicos a partir de recursos múltiplos que se modificam constantemente. A extensão dos novos dados é adicionada ou alterada no fluxo dos módulos de produção documental. Os documentos multimídia são utilizados regularmente utilizados pelos *softwares* e combinam a imagem e o texto. Os sistemas de informação são suportados por esses softwares que são regular e frequentemente modificados e atualizados o que, indubitavelmente, previne a obsolescência dos bancos de dados. (CAYA, 2004, tradução nossa).

Não obstante a quase unanimidade sobre o caráter insuficiente do conceito do ciclo vital frente as especificidades dos documentos digitais, Bantin (1998) demonstra a percepção de Luciana Duranti e Heather MacNeil no domínio do projeto de pesquisa

UBC-MAS¹⁹, sobre a proteção da integridade de documentos digitais, em que utilizam como base teórica a aceção clássica do conceito de ciclo vital e os conceitos de imparcialidade e autenticidade de Hillary Jenkinson. Para as autoras, o que torna o ciclo vital dos documentos e a sua divisão de responsabilidades tão valiosa é a garantia da autenticidade dos documentos permanentes, o que os tornam recursos imparciais dos quais a sociedade necessita. Ademais, ainda de acordo com as autoras, os métodos intelectuais requeridos para garantir a integridade dos documentos correntes são muito diferentes daqueles requeridos para os documentos permanentes. Todavia, as autoras sugerem uma adaptação do conceito para sua efetiva aplicação na realidade digital. Assim sendo, o ciclo vital deve possuir duas fases, a primeira denominada “corpo de criação”, que deve contemplar a responsabilidade sobre a autenticidade e a confiabilidade de acordo com os propósitos administrativos e a segunda denominada “corpo de preservação”, em que a responsabilidade sobre a autenticidade e a confiabilidade devem ser preservadas a longo prazo.

Tendo em vista os vários questionamentos e críticas sobre a validade do ciclo vital dos documentos apresentados, podemos sobrelevar as principais características do conceito que implicam em limitações ante o paradigma denominado pós-custodial, sobretudo na gestão de documentos digitais. De acordo com o referencial utilizado, as principais limitações podem ser consideradas como:

- Gestão fragmentada e linear pelo uso de estágios/fases/idades: a estrita delimitação das atividades dentro de cada fase limita a atuação do arquivista. Como exemplo prático, tal fato pode limitar a possibilidade da utilização de metadados para a descrição de documentos, com o intuito de proporcionar acesso para fins de memória e *accountability*, ainda no uso administrativo do documento;
- Foco na custódia física: constatamos que a volatilidade do documento arquivístico digital permite a utilização de outras formas de custódia,

¹⁹ Projeto de pesquisa desenvolvido pelo período de abril de 1994 a março de 1997, pelos pesquisadores do Master of Archival Studies Programme da University of British Columbia que tinha como objetivo identificar e definir requisitos para criação, manipulação e preservação de documentos digitais autênticos. DURANTI, L.; MACNEIL, H. The protection of the integrity of electronic records: an overview of the UBC-MAS research project. *Archivaria*, n. 42, p. 46-67, 1996.

focada na noção de documento como entidade lógica, em vez de física. Destacaremos, no próximo capítulo, uma dessas estratégias, conhecida como “custódia distribuída”;

- Procedimentos e operações baseados no tempo, diacronicamente: limitam as possibilidades de realização de atividades de gestão de modo simultâneo;
- Estrita demarcação de responsabilidades: constatamos que o impacto da demarcação de responsabilidades foi maior no contexto dos países que possuem uma forte tradição de *records management*, como os Estados Unidos da América. A atuação de profissionais distintos — *records managers* e *archivists* — reforça o isolamento do uso administrativo e histórico dos documentos arquivísticos. Embora tenhamos, no Brasil, o mesmo profissional responsável por toda a gestão documental, vemos que o ciclo vital e a teoria das três idades são reproduzidas nas organizações, de modo que ocorra um distanciamento entre as atividades nos “arquivos correntes”, “arquivos intermediários” e “arquivos permanentes”;
- Aplicação em organizações complexas: as novas formas de produção de documentos pelas organizações, muitas vezes interativa e colaborativa, e a dificuldade de aplicação das mesmas fases para as diferentes unidades organizacionais são fatores limitadores. Nesse aspecto, destacamos que a complexidade das organizações e sua consequente descentralização administrativa e territorial impactam na integração das atividades de gestão;
- Valor primário ou secundário: os valores dos documentos são considerados de acordo com a fase ou idade em que estão associados, ou seja, embora tenha-se a identificação de um documento de valor secundário em uso administrativo, o empreendimento de atividades típicas a esses documentos — como descrição e difusão — apenas ocorrerão após seu recolhimento para um arquivo permanente.

5. O MODELO RECORDS CONTINUUM

A fim de abordar as principais características do modelo *records continuum*, de modo a compreender como se dá sua aplicação teórico e prática, conforme previsto nos objetivos desta pesquisa, apresentaremos um breve histórico da trajetória da teoria arquivística australiana, destacando seus principais estudiosos e suas respectivas publicações. Quanto ao modelo, será investigado seu contexto de surgimento, seus objetivos e os propósitos de seu criador, Frank Upward. Além disso, à luz da metodologia utilizada, apresentaremos análises realizadas por relevantes autores que discutem os principais aspectos do modelo em relação à teoria e epistemologia da Arquivologia, ao conceito do ciclo vital dos documentos, à gestão de documentos digitais e à sua aplicação teórico e prática.

5.1. A Arquivologia australiana

No discernimento de Michael Piggott (1998), a história dos arquivos na Austrália segue linhas previsivelmente tradicionais. Sua trajetória se dá com uma soma de fatores relacionados às origens do país, à evolução e às realizações das instituições arquivísticas, das associações de profissionais, das leis, dos eventos e dos praticantes. Entretanto, para cumprir o propósito dessa investigação, constatamos que são poucas as publicações que tratam da temática, o que torna a pesquisa obstaculizada. Segundo Piggott (1998), tal fato pode ser efeito do pouco envolvimento dos pesquisadores australianos com a história do desenvolvimento da Arquivologia no país e do pouco reconhecimento dado às origens das principais funções arquivísticas — aquisição, avaliação, destinação, acesso, custódia, armazenamento, preservação e controle intelectual — que não surgiram nos dias de hoje e tiveram seu fortalecimento nas antecessoras práticas realizadas nas bibliotecas, nos arquivos e nas organizações.

Além da trajetória essencialmente tradicional, conforme já destacado, Piggott (2012) se utiliza de três fatores para abordar a distinção da Arquivologia australiana.

O primeiro é o que denomina *archival terroir*. *Terroir* é um conceito referente à produção de vinhos e está ligado às relações entre o solo, o clima e as práticas enológicas aplicadas, que proporcionam características distintas e não explicáveis aos vinhos produzidos. Em relação aos arquivos, a analogia é feita com base nas qualidades particulares de uma sociedade, a qual recebe influências de sua localização, tradição, clima, geologia e geografia, aspectos que influenciam diretamente no registro das atividades de seus membros. O segundo fator é o individual. Piggott (2012) enfatiza a característica “auto documentarista” do homem, o que implica um modo de manter seus documentos de acordo com atributos peculiares. O último fator está relacionado à cultura de uma sociedade, que está estreitamente relacionado à noção de documentos arquivísticos como manifestações culturais. Nesse aspecto, o autor sugere como um desafio adicional, o entendimento de como as instituições, os sistemas, as práticas e as terminologias arquivísticas são moldadas por questões que compreendem o contexto histórico, político, intelectual e econômico.

Além do exposto, Piggott (2012) trata da articulação de proveniência social²⁰ realizada pelo canadense Tom Nesmith, a qual, segundo ele, consiste em uma abordagem ideal para a compreensão das distinções típicas do panorama arquivístico australiano. Consoante essa interpretação, os documentos refletem e moldam processos sociais, constatação que amplia o entendimento do contexto de produção dos documentos para a abrangência de aspectos como meios de criação, co-criação, silêncios da não criação etc. A proveniência social estende a percepção tradicional para a análise das organizações e pessoas envolvidas nos processos de criação de documentos, incluindo arquivistas e instituições de arquivo. Conforme será abordado adiante, temos a noção de proveniência social diretamente relacionada ao *records continuum*.

Ao tratar do território australiano e de seu povo, Piggott (2012, p. 4, tradução nossa) explica que “a Austrália é um país, um continente, uma sociedade, uma nação e uma localidade. Todos os cinco tem implicações na produção de documentos e, portanto, arquivos”. Dessa forma, o fenômeno de consolidação da Arquivologia australiana, marcada por suas características peculiares, advém de uma série de variáveis.

²⁰ Tradução livre de societal provenance.

Um importante ponto de partida para tratar da história da Arquivologia australiana é abordar o legado britânico. A Austrália tornou-se colônia britânica em 1788, sob o comando do governador Arthur Phillip, que trouxe para o país uma bagagem invisível: a língua, as formas inglesas de posse de terras, os bancos, a *Common Law*, as assembleias representativas e a ideia de liberdade. Quanto ao tratamento dos documentos, Piggott (2012) refere-se à forma britânica de gestão de correspondências, que consistia na separação das cartas recebidas e das cópias das cartas enviadas. Essa forma de gerenciamento estendeu-se até a década de 1930, quando foi substituída por dossiês que agrupavam as cartas enviadas às suas respectivas respostas. Os documentos eram produzidos e mantidos na Austrália. Entretanto, devido à grande distância territorial da metrópole, muitos conjuntos de documentos retornavam. Quando surge o primeiro interesse em escrever a história da Austrália na década de 1850, a importância de se ter fontes primárias no país culmina na disseminação de cópias. Quanto aos documentos arquivísticos no período colonial, o *Australian Law Reform Commission (ALRC) (1998)* estabelece:

As administrações coloniais estavam envolvidas não só na gestão plena da política, das finanças e do desenvolvimento das colônias, mas também em muitos dos assuntos dos cidadãos individuais. Em particular, o sistema presidiário e a subdivisão gradual do continente em propriedades *freeholds* e *leaseholds* geraram muitos documentos. Em consequência, a maioria dos aspectos da vida colonial foi registrada detalhadamente e grandes volumes de documentos escritos foram acumulados em Londres e nas capitais coloniais. O processo pelo qual acumulações de documentos em escritórios administrativos coloniais foram gradualmente transformadas no que são agora os vários arquivos estatais foi longo e casual. Alguns documentos valiosos foram perdidos por negligência ou destruição deliberada, mas os australianos são afortunados já que grande parte de um rico patrimônio de documentos escritos sobreviveu. (COMMISSION, 1998, tradução nossa).

No século XIX, a gradativa concessão de liberdade às colônias britânicas, sobretudo Canadá, África do Sul e Austrália, tornaram esses países praticamente independentes. Em 1901, os seis estados que integravam a Austrália — New South Wales, Queensland, Western Australia, Tasmania, Victoria e South Australia — formam uma federação intitulada *Commonwealth of Australia*. Smith (1995) salienta que a maior parte das funções da nova federação foram herdadas das antigas colônias, agora estados da federação. As novas funções estavam principalmente relacionadas à administração do novo governo federal. De acordo com o autor, em todos esses casos, os recentes órgãos da *Commonwealth* estabeleceram novos

sistemas de *recordkeeping*, embora tenham mantido séries recebidas do período colonial. Quanto aos arquivos da nova federação, Johnson expressa:

O novo governo, com poucos documentos antigos, tornou seu interesse para os arquivos, sobretudo em razão da proliferação e descartes arbitrários de documentos federais. Assim, no nível da *Commonwealth*, a atenção foi primeiramente dirigida para a aquisição, o uso, o armazenamento e a destinação dos documentos do século XX. Ainda, devido sua juventude, a *Commonwealth* estava ciente da sua necessidade de estabelecer programas de gestão de documentos muito antes da maioria dos países ou estados. (JOHNSON, 1965, p. 231, tradução nossa).

Os primeiros anos da *Commonwealth* não resultaram em uma grande produção documental, uma vez que grande parte das funções estatais permaneceram sob o domínio dos estados. A situação foi modificada na década de 1920, quando o volume de documentos cresceu suficientemente, em virtude dos efeitos da I Guerra Mundial. Segundo o *Australian Law Reform Commission* (1998), tal fato culminou na necessidade de o governo desenvolver uma função arquivística em âmbito federal. O Primeiro Ministro William Morris Hughes solicitou que a *Commonwealth National Library* (CNL) tratasse da questão da eliminação dos documentos produzidos pelos órgãos da *Commonwealth*. Além dos trabalhos da CNL, o *Australian War Memorial* (AWM) passou a ter responsabilidades sobre o tratamento dos documentos relacionados aos serviços das Forças Armadas durante a I Guerra.

A II Guerra Mundial forneceu o estímulo final para o estabelecimento de uma função arquivística no terreno da *Commonwealth*. Primeiramente, tal qual ocorrido na I Guerra, o volume de documentos cresceu significativamente, o que resultou em uma grande necessidade de otimizar o armazenamento e de estabelecer procedimentos de destinação. Em segundo lugar, a guerra trouxe um maior desvelo para com a preservação dos documentos diplomáticos e estratégicos. Após campanha de Kenneth Binns, *Commonwealth Parliamentary Librarian*, o Primeiro Ministro John Curtin estabeleceu em junho de 1942 um grupo intitulado *War Archives Committee*. Como medida provisória, a comissão recomendou que as funções referentes aos arquivos fossem partilhadas entre a CNL e o *War Memorial*. Contudo, já havia debates quanto à premência do estabelecimento de um Arquivo Nacional. A designação de Ian Maclean como *Archives Officer* em outubro de 1944, pode ser apontado como o início

formal para a instauração de uma função referente ao tratamento dos arquivos em âmbito federal, sobretudo com a criação da *Archives Division* da CNL.

Maizie Johnson (1965), ao destacar os avanços ocorridos no pensamento arquivístico australiano, faz menção à criação da *Archives Section* no âmbito da *Library Association of Australia* (LAA), em julho de 1950, que passou a contar com arquivistas em seu quadro e trouxe novos questionamentos sobre o papel dos arquivos. Embora presente na estrutura da principal associação profissional de bibliotecários da Austrália, a *Archives Section* desempenhou fundamental papel na representação dos interesses dos arquivistas até a consecução de sua autonomia, conforme será abordado posteriormente. No que se refere às influências recebidas pelos arquivistas australianos, Adrian Cunningham (2005) considera que esses profissionais foram vigorosamente influenciados pela tradição legal e administrativa abordada nas obras do arquivista inglês Sir Hilary Jenkinson. Tal fato deve-se a Jenkinson ter produzido, até então, o único livro sobre Arquivologia em língua inglesa.

Johnson (1965) aponta como fatores fundamentais para o progresso da Arquivologia na Austrália, nas décadas de 1950 e 1960, o desenvolvimento de uma administração a nível nacional, a criação de legislação específica e a mudança dos requisitos para a formação de arquivistas. O principal órgão responsável pela gestão e custódia de documentos arquivísticos era a *Archives Division* da CNL. O autor relata uma série de problemas pelo qual o órgão passava. Primeiramente, havia uma grande dificuldade em identificar séries que possuíam valor e as que não possuíam, em descrever documentos pela função e, até mesmo, determinar a proveniência dos documentos. Além disso, o órgão não conseguia estabelecer um limite cronológico para as aquisições²¹ de documentos. Devido a tal fato, os documentos eram transferidos demasiadamente antes do tempo, o que resultou, muitas vezes, na ausência de informação para o desenvolvimento das atividades nos órgãos da Administração. Para a *Archives Division*, a grande quantidade de aquisições resultou em um grande aumento do volume de trabalho, de modo que todos os funcionários estavam empenhados na transferência de documentos, na solução de problemas de falta de espaço físico e na organização e restauração de documentos.

²¹ Tradução para o termo *accession*, que de acordo com o *Glossary of Records Management Terms* do NAA, consiste em “um grupo de documentos de uma mesma fonte que são tomados para custódia ao mesmo tempo”.

Robert Sharman (1976) direciona sua análise para os problemas ocasionados pela restrição de acesso à informação e pela ausência de um órgão com autoridade para estabelecer diretrizes para a adequada administração dos documentos públicos. O autor examina a questão a partir do *50-year access rule*, que se tratava de uma norma utilizada por países que adotavam padrões e tradições britânicos de administração. A norma consistia em limitar o acesso a documentos durante 50 anos. Como exemplo, o autor assinala que na década de 1940 nenhum documento produzido pelas instituições do governo podia ser consultado. A quantidade de documentos com mais de cinquenta anos e que estavam sob custódia dos arquivos australianos era pequena, cotejada ao acervo de documentos pós-1900.

Durante as décadas de 1950 e 1960, vê-se um significativo aumento nos interesses de pesquisa em assuntos relacionados à história, à economia, ao direito, à administração, à sociologia etc. Pesquisadores estavam interessados em vários problemas relacionados ao governo australiano, como a política de imigração, a importação do exterior, o desenvolvimento das indústrias, as políticas de governo durante a depressão econômica da década de 1930, dentre outros. Sharman (1976) considera que o acesso aos documentos públicos era vital para o atendimento de tais demandas. O autor acentua o papel da *Australian National University* em Camberra que, impaciente com a lentidão dos arquivos e das bibliotecas em recolher e disponibilizar para acesso documentos relevantes para os pesquisadores, passou a se ocupar dessas atividades, com o intuito de prover documentos importantes para alunos de doutorado. Além da referida iniciativa, havia casos excepcionais em que pesquisadores eram permitidos a ter acesso a documentos produzidos a menos de cinquenta anos. Sharman mostra que

Até as séries documentais que, na teoria, tinham sido aprovadas para a pesquisa acadêmica, continuavam a ser individualmente vetadas, isto é, sujeitas a uma apuração página a página, com as páginas que não eram consideradas adequadas para liberação, ocultadas pelos funcionários examinadores. Essa busca por documentos supostamente perigosos resultou em longos atrasos antes que os documentos finalmente fossem disponibilizados nas mesas das salas de pesquisa, e os historiadores sofreram com frustrações que eram mais irritantes do que o total fechamento dos arquivos teria sido. (SHARMAN, 1976, p. 22).

As primeiras décadas dos arquivos australianos foram marcadas pelos embates profissionais entre bibliotecários — que eram favoráveis ao tratamento dos

documentos arquivísticos por bibliotecas — e por profissionais que almejavam a autonomia dos arquivos. Os governos estaduais e federal utilizavam bibliotecas para custodiar documentos históricos. Embora as relações entre arquivos e bibliotecas fossem estreitas, já havia controvérsias quanto à inexistência de programas para formação de arquivistas, à falta de representatividade dos interesses arquivísticos nas associações profissionais e, sobretudo, à metodologia para a gestão de documentos arquivísticos.

Um vultoso estímulo para o desenvolvimento da Arquivologia australiana foi a visita do preeminente arquivista americano T. R. Schellenberg, que esteve na Austrália em 1954. Schellenberg permaneceu na Austrália por 6 meses e meio e apresentou uma série de palestras na cidade de Canberra. Sua visita foi fruto de uma demanda dos bibliotecários australianos que buscavam orientações a respeito da administração de arquivos, tendo como fator impulsionador a grande atenção que era dada aos trabalhos da Comissão Hoover pelo governo e jornais australianos da época. O convite foi formalizado pelo *National Librarian* Harold White (CUNNINGHAM, 2005). Para Johnson (1965), a visita de Schellenberg resultou, indubitavelmente, em um crescimento moral dos arquivistas australianos e desenvolveu um espírito de orgulho dentre o meio, que culminou em um aumento dos esforços para a obtenção da efetiva autonomia dos arquivos.

Durante sua permanência na Austrália, Schellenberg não se furtou em evidenciar seu juízo quanto à distinção da metodologia arquivística para a biblioteconômica, fato que o fez abordar o tema em duas oportunidades. A primeira ocorreu durante sua passagem pela Tasmânia em 1954, ocasião em que encaminhou à equipe da *State Library* um documento denominado “*Problems in the Administration of Archives by Librarians*” — o qual foi utilizado como base para o desenvolvimento do terceiro capítulo de sua famigerada obra *Modern Archives: Principles and Techniques*²². Seguidamente, em agosto do mesmo ano, Schellenberg abordou a matéria em um documento encaminhado a uma filial da LAA em Queensland. Piggott

²² De acordo com Stapleton (1985), a principal obra de Schellenberg foi escrita durante sua permanência na Austrália e teve como motivação a tentativa de fornecer uma outra fonte de conhecimento arquivístico, em língua inglesa, diversa do manual de Jenkinson, a qual Schellenberg teceu críticas sobre sua influência negativa ao início dos trabalhos arquivísticos dos australianos. Schellenberg também faz menções, no prefácio da obra, ao estímulo fornecido pelas palestras na Austrália. Ademais, julgamos relevante destacar que a obra foi inicialmente publicada na Austrália em 1956 e teve a apresentação da edição original escrita por Harold White.

(2012) cita que Schellenberg sentia-se constrangido ao expor argumentos distintos dos defendidos por seu anfitrião oficial, Harold White. Em um encontro realizado pelo *Commonwealth Archives Committee*, também em agosto de 1954, a matéria sobre a subordinação dos arquivos às bibliotecas inevitavelmente foi colocada em discussão.

Apesar da presença de Harold White no *Commonwealth Archives Committee*, Schellenberg ajudou o presidente Dr. C.E.W Bean e outros membros a verem que as diferenças entre métodos para arquivos e bibliotecas eram fundamentais, que o treinamento biblioteconômico tinha pouca relevância para os arquivistas, e que a melhor organização nacional seria que a *Archives Division* da CNL se tornasse um órgão separado com poder estatutário, conduzido por um Diretor que respondesse a um Ministro. (PIGGOTT, 2012, p. 86, tradução nossa).

Johnson (1965), ainda, indica que outro grande expoente do período foi David S. Macmillian, arquivista da *University of Sidney*, o qual se tornou um notável porta voz dos “secessionistas” — assim chamados aqueles que queriam a autonomia dos arquivos em relação às bibliotecas. Não obstante a constatação de que as dificuldades financeiras e a carência de pessoal eram problemas cruciais por que passavam os arquivos, Macmillian creditava à vinculação às bibliotecas o maior atraso para o desenvolvimento dos arquivos. O esclarecimento dos debates quanto à separação pôde ser notado nos artigos publicados pelo periódico *Archives and Manuscripts* — o mais importante sobre a temática até o tempo presente —, publicação realizada pela *Archives Section* da LAA que se iniciou em novembro de 1955.

Nesse contexto de embates, foi proposto pelo Primeiro-Ministro Robert Menzies, em 1953, um estudo quanto a reorganização da CNL, uma vez que, além de incorporar funções relacionadas à administração de arquivos, possuía mais treze atividades extraparlamentares. Piggott (2012) salienta que por motivos pessoais e políticos, a comissão que trataria da análise demorou a ser constituída, tendo apenas em 1955 a escolha de seu presidente, o Professor George Paton, Vice-Chanceler da *University of Melbourne* e ex-administrador da *Public Library of Victoria*. A comissão reuniu-se em seis ocasiões entre julho e outubro de 1956, em Camberra, Melbourne e Sidney. As discussões tratavam de vários temas correlatos à CNL, como o sistema público de bibliotecas de Camberra, as informações necessárias para os parlamentares, as bibliotecas dos departamentos e até sobre a criação de uma biblioteca exclusiva para filmes (PIGGOTT, 2012).

Quanto à questão do controle dos arquivos pelas bibliotecas, Dr. Bean, presidente do *Commonwealth Archives Committee*, deixou claro que o posicionamento de sua entidade estava orientado para a separação. Sua recomendação era que fosse criado um órgão responsável pelos arquivos, com Diretor próprio, na estrutura do Departamento do Primeiro-Ministro. Seus argumentos consistiam, basicamente, em ressaltar as formas distintas em que arquivistas e bibliotecários abordavam seus objetos de trabalho e em afirmar que ambos pertenciam a profissões separadas, cujos métodos de coleção, documentação e descrição eram plenamente díspares. Em concordância com o ponto de vista de Bean, estavam David Macmillian, arquivista da *University of Sydney*, J.M. Ward, presidente do *University of Sydney Library Committee*, A.G.L. McDonald, bibliotecário da *Australian National University*, e K.E. Grainger, comissário do *Public Service Board*. Contra os argumentos pró-separação, estava Harold White, que demonstrava uma série de razões para que os arquivos continuassem sob o controle das bibliotecas.

A comissão, que ficou conhecida como *Paton Committee of Inquiry Into the Commonwealth National Library*, decidiu pela saída da *Archives Division* da estrutura da CNL e pela sua transformação em um órgão do governo. Destacamos essa decisão como uma das maiores contribuições de Schellenberg para a Arquivologia australiana, haja vista a forte influência de sua obra para a produção do famigerado *Paton Inquiry*. De acordo com Piggott (2012), o terceiro capítulo da obra *Modern archives: principles and techniques*, que trata da distinção entre arquivos e bibliotecas, foi amplamente utilizado nos trabalhos dos membros da comissão. Tal fato, faz com que Piggott (2012) considere que Schellenberg mereça, mais que do que qualquer outra pessoa, que lhe seja concedido o crédito pelo estabelecimento futuro do Arquivo Nacional australiano.

Em 23 de março de 1961, tem-se a efetiva separação da *Archives Division* e a mudança de seu nome para *Commonwealth Archives Office* (CAO), que passou a integrar a estrutura do Departamento do Primeiro-Ministro (JOHNSON, 1965). Cunningham afirma que o novo órgão passou por uma série de dificuldades, entretanto, seu corpo técnico mostrou-se capaz de superar tais impedimentos e desenvolveu importantes trabalhos em prol dos arquivos australianos. Destacamos, nesse período, a implementação do *Commonwealth Records Series* (CRS) como base para o controle intelectual dos documentos em 1966, o qual será abordado com mais

apreço na seção posterior. Quanto às dificuldades enfrentadas pelo CAO, Cunningham explica:

O novo órgão independente começou a se enterrar dentro da burocracia federal e se afastou do papel cultural/histórico do resto da profissão na Austrália, uma situação que persistiu até a década de 1990 e que de certa forma continua caracterizando o trabalho da organização. O mais positivo aspecto desse foco burocrático foi, devido aos esforços de Ian Maclean e Peter Scott, o desenvolvimento de uma inovadora e duradoura escola de pensamento na gestão e no controle intelectual de documentos. (CUNNINGHAM, 2005, p. 36, tradução nossa).

Mesmo em meio a essa grande tendência secessionista, em 1962, o *Board of Examination, Certification and Registration* da LAA obteve o domínio do *Registration Certification of Archives*, que segundo Johnson (1965), consistiu na primeira tentativa de enfraquecer a formação dos arquivistas, em virtude da proposição de estudos não relevantes para as necessidades dos arquivistas. Com a medida, a LAA tornou-se a associação responsável pelo exame profissional dos arquivistas na Austrália. Conquanto a consecução de autonomia, Johnson (1965) considera a situação da Austrália, nesse período, confusa, já que a LAA permaneceu como a associação responsável por examinar arquivistas e a única publicação com temática arquivística — *Archives and Manuscripts* — também pertencia à LAA.

No que concerne às atividades desempenhadas pelo CAO, cabe ressaltar a relevância de seu chefe, Ian Maclean, considerado uma das mais importantes figuras da Arquivologia australiana. Em 1959, Maclean publicou o artigo “*Australian experience in record and archives management*” no periódico *The American Archivist*. Tal fato demonstra o interesse australiano em manter-se no cerne das discussões do período e a iminente notoriedade de suas práticas, haja vista a receptividade do artigo por parte do conselho editorial da revista americana. Maclean, mesmo antes da autonomia da CAO, aborda a situação dos arquivos no país, a cooperação entre *records managers* e *archivists* e a formação dos arquivistas, compreendendo que:

O programa de arquivos do *Commonwealth Government* é totalmente distinto dos programas dos governos estaduais; mas a *Commonwealth* mantém repositórios em todas as capitais dos estados, exceto Hobart na Tasmânia, para prover serviços de arquivo para os departamentos localizados nessas cidades. O programa de arquivos da *Commonwealth* foi lançado durante a II

Guerra Mundial. Desde o início, seus objetivos principais eram, por um lado, proporcionar os meios para a preservação e tornar acessíveis os arquivos da *Commonwealth*, e por outro, produzir, em cooperação com os departamentos, listas de documentos que não deveriam ser transferidos para os arquivos da *Commonwealth*. (MACLEAN, 1959, p. 392, tradução nossa).

Em 1966, a *50-year acces rule* foi substituída por outra norma que estabelecia que o acesso aos documentos produzidos antes de 1923 poderia ser disponibilizado a critério do CAO, embora ainda houvesse restrições de acesso para diversas classes de documentos. Além disso, os documentos produzidos antes de 1923 só eram liberados mediante autorização do governo, persistindo a apuração individual dos documentos que continham assuntos sensíveis. Em 31 de dezembro de 1970, o Primeiro Ministro John Gorton anunciou as condições de liberação de acesso. A norma anterior foi substituída por uma que permitia o acesso de documentos com mais de trinta anos de produção, com exceção dos documentos do *Cabinet*. Em 1972, a *30-year rule* foi estendida para os documentos do *Cabinet* e permitiu-se, também, o acesso aos documentos produzidos até 1945. Além da revisão das condições de acesso, teve-se, em 1970, a decisão do governo de autorizar o CAO a decidir sobre o controle, a custódia e a destinação dos documentos da *Commonwealth*. Sharman (1976) reconhece que pela primeira vez na história da federação, tem-se uma autoridade abaixo do *Cabinet* com poderes para o controle do acesso dos arquivos da *Commonwealth*.

Outro fator fundamental para a consolidação da Arquivologia na Austrália foi a organização dos arquivistas em associações profissionais. Conforme já exposto, a *Archives Section* da LAA estava incumbida em representar os profissionais arquivistas, inclusive abrigando o principal periódico sobre a temática desde 1954, o *Archives and Manuscripts*. De acordo com Quinn (1976), durante a conferência da LAA em agosto de 1973, os arquivistas foram convidados por Michael Saclier da *Australian National University* para a formação de uma associação exclusiva para arquivistas. Durante esse encontro, criou-se uma comissão para investigar os meios para a promoção de uma associação de arquivistas. As discussões foram estimuladas por meio de uma série de publicações e encontros locais, os quais tratavam de outros modelos de associação, principalmente de casos como a *Society of American Archivists* e a *British Records Association and Society of Archivists* (WILSTED, 1979).

Em decorrência, a *Australian Society of Archivists* (ASA) teve seu encontro inaugural nos dias cinco e seis de abril de 1975, em Camberra. Quinn (1976) aponta que

a associação desempenhava e fornecia um meio de comunicação e cooperação entre os arquivistas, as instituições onde trabalhavam e os usuários de arquivos; promovendo uma compreensão da profissão sobre a natureza e o valor dos arquivos; incentivando um uso eficiente e responsável dos arquivos; e cooperando com outras organizações, tendo objetivos complementares em campos como a Biblioteconomia, conservação, pesquisa histórica e gestão de documentos. (QUINN, 1976, p. 70, tradução nossa).

Em 1973, a convite do Senador Don Willesee, ocorre a visita de W. Kaye Lamb, respeitado arquivista canadense. Lamb esteve em Camberra, Melbourne, Sydney e Perth, inspecionando instituições de arquivo. Enquanto esteve na Austrália, Lamb produziu o relatório *Development of the National Archives*, o qual ficou conhecido como *Lamb Report* e foi publicado em 1974 pelo Ministro Lionel Bowen. Por meio de seu relatório, Lamb identificou alguns problemas por que passavam os arquivos australianos e sugeriu as seguintes medidas: a reestruturação administrativa dos arquivos australianos; o maior envolvimento dos arquivistas com os procedimentos de gestão de documentos; a custódia, mas não o controle, dos arquivos intermediários pelo CAO; a elaboração de tabelas de destinação com a cooperação entre órgãos e o CAO; e a definição de critérios mais rígidos para a eliminação e recolhimento de documentos públicos e privados. Lamb também tratou das edificações dos arquivos, dos programas de treinamento para arquivistas, do acesso aos documentos públicos, da importância de programas de conservação e preservação de documentos, da grande necessidade de criação de uma associação profissional própria para os arquivistas e, principalmente, da criação de uma legislação arquivística. Sharman (1976) considera a visita de Lamb tão importante quanto a visita de T. R. Schellenberg.

A partir das proposições contidas no relatório de Lamb, o Ministro Lionel Bowen buscou estabelecer uma nova direção para os arquivos australianos. De acordo com Sharman (1976), o Ministro transmitiu ao *House of Representatives* a intenção de o governo australiano expandir e otimizar as funções do CAO. O primeiro resultado dos esforços de Bowen foi a criação do cargo de *Director-General* e a mudança de nome do CAO para *Australian Archives* em 1974. O professor da *University of Queensland*

e *Editor of Historical Documents* do *Department of Foreign Affairs* R. G. Neale foi designado para o cargo em 1975.

Até 1984, as funções relacionadas aos arquivos da *Commonwealth* eram estabelecidas por meio de decisões administrativas. Nesse lapso, algumas leis administrativas relacionadas diretamente à questão dos arquivos foram promulgadas, como a *Administrative Appeals Tribunal Act*, que criou um tribunal de apelação administrativo, e também a importante *Freedom of Information Act*, que regulamentou o acesso a documentos públicos, em 1982. Os primeiros esforços para a criação de uma lei sobre os arquivos surgiram em 1974, entretanto, devido a outras prioridades legislativas e pelo fato de a Lei de Arquivos ter de ser analisada juntamente com a Lei de Acesso à Informação, já que ambas tratariam de questões referentes ao acesso público de documentos, o atraso foi inevitável. As duas propostas foram submetidas à apreciação do Senado em 1978. Após reuniões de duas comissões, o *Archives Act* encerrou seu trâmite dentro do Parlamento em outubro de 1983, sendo proclamado no dia seis de junho de 1984.

O *Archives Act* combinava três objetivos distintos: estabelecer entidades administrativas, conhecidas como *Australian Archives* e *Advisory Council on Australian Archives* e conceder a essas entidades poderes e responsabilidades; estabelecer alguns elementos de gestão para os documentos da *Commonwealth*, particularmente para aqueles mais antigos, e atribuir responsabilidades administrativas para essa implementação; e estabelecer um regime de acesso a documentos públicos com mais de trinta de anos de criação, atendendo ao disposto na *Freedom of Information Act*. De acordo com o *Australian Law Reform Commission*:

Os poderes e funções dos arquivos australianos estabelecidos no ato refletem o papel e os objetivos dos arquivos existentes na década de 1970. Eles se concentram sobre as funções de eliminação, preservação e armazenamento e sobre o papel dos arquivos em coletar informações sobre documentos e facilitar o acesso a eles. Embora o *Australian Archives* tenha modificado significativamente suas prioridades e estratégias em algumas áreas desde que a legislação foi elaborada, as funções mais importantes estabelecidas na legislação são descritas em termos suficientemente gerais para continuarem relevantes hoje. (COMMISSION, 1998, tradução nossa).

Apesar de seu fundamental caráter na inclusão dos arquivos na base jurídica do Estado, o *Archives Act* não foi a solução efetiva para todas as questões discutidas

sobre os arquivos australianos. O ALRC (1998) argumenta que embora tenha dado um reconhecimento expresso sobre o estatuto jurídico do *Asutralian Archives*, a lei fez pouco quanto à posição hierárquica e à autoridade do órgão, posto que esse continuou dentro de uma estrutura departamental. Além disso, o ALRC (1998) considera que a maior fraqueza da lei foi não tratar o *recordkeeping* como um *continuum*, que necessita ser gerenciado de forma integrada desde a criação dos documentos até a destinação.

Conquanto nossa abordagem tenha dado mais consideração à esfera federal, especificamente ao desenvolvimento dos arquivos na *Commonwealth*, julgamos pertinente apresentar o desenvolvimento das instituições arquivísticas nos estados, que, em muitos casos, anteciparam-se ao governo federal no processo regulamentação das funções arquivísticas. Para cumprir o disposto, utilizaremos lista elaborada pelo ALRC (1998) e arrolaremos os estados e as principais iniciativas e progressos:

- New South Wales – O estabelecimento da *Mitchell Library* em 1910 forneceu um foco para a coleção de documentos históricos dentro do sistema de bibliotecas públicas. A *Mitchell Library* supervisionou a eliminação de documentos oficiais e obteve a custódia daqueles dignos de retenção até 1953, quando esta função transferida para um novo *Archives Department* (posteriormente *Division*) da biblioteca. Em 1961, a *Archives Division* tornou-se uma autoridade arquivística independente.
- Victoria – Um arquivista foi nomeado dentro da *State Library* em 1948-49 e um *Archives Department* separado foi criado em 1956. O *Public Records Act 1973 (Vic)* estabeleceu o *Public Records Office* como órgão independente dentro o *Chief Secretary's Department*.
- Queensland – *The Libraries Act 1943 (Qld)* incluía disposições para o tratamento de documentos do governo, mas estas disposições não foram proclamadas até 1958. Durante a década de 1950, os documentos começaram a ser transferidos dos departamentos para a *State Library* e um arquivista foi nomeado dentro da estrutura de biblioteca em 1959.
- South Australia – Um *Archives Department* foi estabelecido em 1920 vinculado ao *Library Board*, mas separado da *State Library*. Em 1925, uma lei foi aprovada para regular a eliminação dos documentos do governo, mas essa foi substituída pela *Libraries and Institutes Act 1939*

(SA) que subordinou o *Archives Department* a um novo *Library Board*. O *State Records South Australia* foi estabelecido como um órgão independente por meio do *State Records Act 1997 (SA)*.

- Western Australia – A *State Library* foi autorizada a aceitar documentos oficiais em 1903 e mais tarde gerenciou a política de destinação. Um *Archives Department* foi estabelecido dentro da *State Library* em 1945, e o *State Archives* tornou-se parte da *Library and Information Service* da Western Australia, em 1988.
- Tasmania – Em 1921, uma *Lady Indexer* foi nomeada para selecionar documentos para publicação na série *Historical Records of Australia* e ela se tornou guia para os documentos de governo do estado, até que o primeiro *Archives Officer* foi nomeado para a *State Library* em 1949. O *Archives Office* da Tasmania foi separado da *State Library* em 1989.
- Northern Territory²³ – O *Northern Territory Archives Service* foi criado em 1983 e passou a situar vários departamentos. Suas manutenções consistem principalmente em documentos criados desde que o estado alcançou o auto-governo em 1978, e também documentos criados durante as anteriores administrações da South Australian e da *Commonwealth*.

No que se refere à legislação estadual, verifica-se que essa reflete o desenvolvimento gradual por que passaram as instituições arquivísticas estaduais australianas dentro dos sistemas de bibliotecas. De acordo com Chris Hurley (1994) a primeira geração da legislação arquivística tratava basicamente do estabelecimento de uma autoridade arquivística, da proibição do descarte de documentos sem autorização legal, do empoderamento das autoridades arquivísticas no recebimento de documentos não descartados e da permissão de acesso a documentos. Para Hurley (1994), a primeira geração estava intimamente relacionada às maiores demandas apresentadas pelos bibliotecários e pesquisadores ao que os burocratas podiam oferecer. Nesse caso, os arquivos consistiam em depósitos passivos de documentos de valor permanente, após seu uso administrativo pelos órgãos da

²³ O Northern Territory foi criado em 1911, após integrar o estado da South Australia. Em 1927, o estado foi dividido em Northern Australia e Central Australia e em 1931, foi reunificado como Northern Territory.

Administração. Dentro desse contexto, surgem as primeiras leis australianas sobre os arquivos. A primeira lei australianas relacionada ao tratamento de documentos arquivísticos foi a *Disposal of Public Records Act 1925 (SA)* do estado da South Australia. A primeira lei geral de arquivos foi a *Public Records Act 1943* da Tasmania, que pode ser reputada pioneira dentro da primeira geração. Após, teve-se a publicação da *Archives Act 1960*, do estado de New South Wales.

A segunda geração da legislação arquivística, conforme Hurley (1994), estava mais condizente com o que um programa de arquivos realmente deveria ser e passou a abordar: transferências compulsórias de documentos para as autoridades arquivísticas após vinte e cinco ou trinta anos; algumas disposições sobre a regulação ou orientação para práticas de gestão de documentos; e o direito de acesso a documentos depois de um período específico. Exemplares da segunda geração são as *Archives Acts* da *Commonwealth* e da Tasmania de 1983.

Outro ponto marcante na Arquivologia australianas é o protagonismo das instituições arquivísticas na elaboração de normas relacionadas à gestão de documentos. Destacamos a norma AS-4390, que fornece diretrizes para a criação de políticas de gestão documental e o estabelecimento de procedimentos, sistemas e processos para garantir uma eficaz gestão de documentos, que foi convertida para a norma ISO 15489.1 e 15489.2. Ademais, tem-se a relevância da norma ISO 26122:2012, que complementa a referida norma ISO 15489 e a norma 16175:2011, a qual estabelece requisitos para *softwares* de gestão de documentos digitais.

O pioneirismo das instituições arquivísticas australianas no estabelecimento de normas e metodologias para a gestão de documentos digitais durante a década de 1990 pode ser apontado como uma das expressivas contribuições dos australianos para a Arquivologia. Uma das principais características da gestão de documentos digitais australianas, na década de 1990, foi a adoção da estratégia de custódia distribuída, que surgiu como alternativa à cadeia de custódia ininterrupta de Jenkinson. Para Jenkinson, a custódia é um processo linear de herança que não está aliado apenas ao arquivo como instituição, mas também aos lugares ao longo da cadeia que herdaram responsabilidades. Em suma, o que mais importa para Jenkinson é a distribuição das responsabilidades sobre os documentos de forma linear ao longo do tempo por meio de processos legitimados. Caso a cadeia seja quebrada, os documentos se tornam pouco confiáveis.

No que se refere à custódia distribuída, Bantin (1998) entende que essa estratégia consiste no atraso ou adiamento do recolhimento de documentos permanentes por períodos muito mais longos do que no passado. Em alguns casos, os documentos podem permanecer por tempo indeterminado sob a custódia do órgão produtor. Segundo o autor, a premissa básica que fundamenta essa posição é que em um ambiente digital as instituições arquivísticas podem cumprir com suas responsabilidades sem a necessidade de assumir a custódia física dos documentos. Para tanto, torna-se necessário o desenvolvimento de novas metodologias e técnicas para a gestão de documentos em um ambiente de custódia distribuída. Bantin (1998) conclui seu entendimento sobre as referidas questões sugerindo que o problema central pode não ser a custódia, mas sim a criação de um sistema confiável e amplamente aceito que gerencie documentos digitais. Para isso, é fundamental a definição de políticas e procedimentos que garantam — independentemente de onde os documentos estarão alojados — que os documentos serão gerenciados de acordo com essas boas práticas.

No caso das instituições australianas, tem-se a decisão da adoção da custódia distribuída como forma de manter os documentos digitais sob a custódia dos órgãos produtores, já que eles possuem necessidades administrativas e possuem a expertise técnica para gerenciá-los. Nesse ponto, recorremos à explanação de Reed (1997) sobre a evolução da gestão de documentos digitais na Austrália. A partir de 1995, o *Australian Archives* passou a adotar formalmente a custódia distribuída mediante os documentos *Managing Electronic Records: a Shared Responsibility* e *Keeping Electronic Records: Policy for Electronic Recordkeeping in the Commonwealth Government*.

Destacamos que a referida seção tratou do que julgamos importante para o entendimento das principais características da teoria arquivística australiana, sobretudo de suas peculiaridades, a fim de que o entendimento sobre o contexto de criação do modelo *records continuum* fosse facilitado. Desse modo, salientamos que a teoria arquivística australiana não se limita apenas aos aspectos apresentados neste capítulo.

5.2. A noção australiana de *recordkeeping*

Dentro do contexto arquivístico australiano, imprescindível se faz abordar a noção de *recordkeeping*. De acordo com Piggott (1998), o termo foi introduzido pela equipe do CAO na década de 1950 e passou a ser bastante utilizado no âmbito do CRS, à medida em que o foco dos arquivistas direcionava-se para o registro de informações acerca do contexto de administrações, órgãos e séries documentais. Duranti e Franks (2015) declaram que Ian Maclean reconheceu a teoria do *recordkeeping* em 1959, a qual foi desenvolvida em um curso de gestão documental promovido para os órgãos da *Commonwealth* em 1958. Ao tratar da base teórica necessária para os arquivistas, Maclean (1959, p. 389, tradução nossa) estabelece que a formação profissional do arquivista deve estar vinculada “ao estudo das características do material de arquivo, nos estudos comparativos dos sistemas de *recordkeeping* presentes e passados, e na classificação dos problemas associados com eles”.

Para Duranti e Franks (2015) a articulação de Maclean define o entendimento central de sistemas de *recordkeeping*, que passaram a ser utilizados como entidades contextuais para o entendimento e interpretação dos documentos. Para as autoras, o conceito é frequente na teoria arquivística australiana, sendo usado no *series system* para determinar órgãos independentes, de acordo com a existência ou não de sistemas próprios de *recordkeeping*. Nessa perspectiva, o entendimento do funcionamento do sistema é fundamental para o entendimento do contexto de criação dos documentos. Para McKemmish:

Sistemas de *recordkeeping* capturam o conteúdo dos documentos, representam sua estrutura e unem documentos relacionados. Entre outras coisas, sistemas de *recordkeeping* de qualidade retêm as informações sobre o conteúdo e a estrutura dos documentos em relações reconstruíveis e se unem a informações arquivísticas originais sobre acesso e uso subsequentes. Eles também permitem que documentos possam ser recuperados em uma data posterior, em uma forma que represente sua estrutura original e de uma maneira que reflita seu contexto de criação e uso. (MCKEMMISH, 1994, tradução nossa).

McKemmish (2001) reconhece que o uso australiano do termo *recordkeeping* para categorizar um conceito amplo e inclusivo de processos de gestão de documentos e administração de arquivos permanentes para finalidades correntes, regulatórias e históricas dentro da visão de *continuum*, torna-se confuso em outros contextos. O termo *recordkeeping* e suas variações — *record keeping* e *record-keeping* — são usados por outras comunidades para se referir a conceitos mais específicos, como aos sistemas de gestão de documentos.

Ficam claras tais distinções quando analisamos as definições de *recordkeeping* e *recordkeeping system* nos dicionários e glossários terminológicos americanos e australianos. De acordo com a definição do *A glossary of archival and records terminology*, da SAA, o *recordkeeping* equivale à “criação, utilização, manutenção, e destinação sistemáticas de documentos para atender às necessidades e responsabilidades administrativas, programáticas, legais e financeiras” (PEARCE-MOSES, 2005, tradução nossa). Já o *recordkeeping system* consiste em “políticas e procedimentos que permitem a coleção, organização e categorização dos documentos para facilitar sua gestão, inclusive sua preservação, recuperação, utilização e destinação” (PEARCE-MOSES, 2005, tradução nossa). Examinando o uso australiano do conceito, temos a definição do *Glossary of Records Management Terms*, do NAA, em que o *recordkeeping* representa

A criação e a manutenção da completa, precisa e confiável evidência de transações de negócios sob a forma de informação registrada. O *recordkeeping* inclui a criação de documentos durante a atividade organizacional e os meios para assegurar a criação de documentos adequados; a concepção, criação e operação de sistemas de *recordkeeping*; e a gestão dos documentos utilizados nos negócios (tradicionalmente considerados como de domínio do *records management*) e como arquivos (tradicionalmente considerados como de domínio da administração de arquivos). (NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA, 2007, tradução nossa).

Ainda, segundo o referido glossário, o *recordkeeping system* consiste em

Uma matriz para capturar, manter e fornecer acesso às evidências de transações ao longo do tempo, tal como exigido pela jurisdição em que o sistema é implementado e de acordo com as práticas comuns de negócios. *Recordkeeping systems* incluem: tanto gestores de documentos, quanto usuários de documentos; um conjunto de políticas autorizadas, atribuições de responsabilidades, delegações de autoridade, procedimentos e práticas; declarações políticas, manuais de procedimentos, diretrizes para usuários e outros documentos que são utilizados para autorizar e promulgar as políticas,

procedimentos e práticas; os próprios documentos; sistemas de documentos e de informação especializada usados para controlar os documentos; e *software*, *hardware* e outros equipamentos, e papéis. (NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA, 2007, tradução nossa).

Para Kate Cumming (2010), a compreensão da noção australiana de *recordkeeping* está diretamente vinculada à noção de documento-como-evidência. Maclean (1959, p. 34, tradução nossa) define documento como “partes de papel que constituem evidência de ações administrativas particulares das quais fazem parte”. Cumming (2010) julga que, em conformidade com essa concepção, a necessidade de preservar a evidência dos documentos foi fundamental para o entendimento do papel do *recordkeeping*, pois o desenvolvimento da preocupação com a gestão adequada dos documentos, independentemente de sua idade ou condição, estava conectado à captura e manutenção da evidência²⁴. Consoante a autora:

As primeiras práticas arquivísticas australianas assim iniciaram um afastamento dos métodos descritivos baseados em filosofias bibliotecárias, em direção àquelas que equilibravam recuperação, valor informacional e representação de contexto, junto com a evidência e requisitos de *accountability*. Procurou-se integrar múltiplas perspectivas, múltiplos valores, múltiplos modos de ver. Foi assim instituída uma primeira forma de *recordkeeping* baseada no *continuum*. (CUMMING, 2010, p. 44, tradução nossa).

Constatamos, desse modo, que o conceito de *recordkeeping* australiano difere do americano. Esse está precisamente adjudicado ao *records management*, enquanto aquele está assentado à manutenção de evidências de transações por meio de informações registradas e à expansão de seu domínio para além da gestão dos documentos administrativos, compreendendo, do mesmo modo, a administração de arquivos históricos. Quanto a esse confronto, McKemmish (2001) estabelece que se os entendimentos norte-americanos sobre o termo *recordkeeping*, baseados em conceitos de ciclo vital da gestão de documentos, forem utilizados para interpretar os trabalhos dos membros da comunidade arquivística australiana, há uma grande possibilidade de equívoco. Com o intuito de minorar eventuais desvirtuamentos, a

²⁴ Sobre evidência, destacamos a análise aprofundada realizada por Rosely Curi Rondinelli a qual consta na quinta seção do terceiro capítulo de sua obra RONDINELLI, R. C. **O documento arquivístico ante a realidade digital**: uma revisão conceitual necessária. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

autora sugere o uso do termo “*recordkeeping and archiving community*” para se referir à comunidade que se utiliza do conceito de *recordkeeping* australiano, que está diretamente associada à abordagem do modelo *records continuum*.

Julgamos impreterível tratar, neste ensejo, da opção pela não tradução do termo *recordkeeping* para o português. Verificamos que o assunto já foi objeto de discussão por Rocha (2009), quando do relato sobre a construção de uma base de dados de terminologia arquivística no âmbito do Projeto InterPARES 3. Para a autora, os problemas de tradução estão baseados, sobretudo, nas diferenças entre as práticas de gestão de documentos em diferentes países. No caso específico do Brasil, temos uma aceitação ampla no que concerne ao uso do termo *records management* como correspondente a uma administração sistemática de documentos arquivísticos. O que não acontece no Brasil, segundo Rocha (2009), é a divisão da gestão de documentos nos subsistemas *record-making* e *record-keeping*, tal qual ocorre na ideia presente no InterPARES. No Brasil, existe um único sistema que abrange todas as fases da gestão de documentos. Desse modo, não existem termos em português para designar esses dois subsistemas, já que esses conceitos não foram desenvolvidos no Brasil.

De forma pragmática, uma possível solução seria a tradução do termo *keeping* para manutenção, tendo o conceito de *recordkeeping* o equivalente “manutenção de documentos arquivísticos”. No entanto, a manutenção é apenas uma das funções presentes no *recordkeeping*, fato que inviabiliza tal feito. Salientamos que o conceito de *recordkeeping* analisado por Rocha (2009) está relacionado à noção americana, restrita ao *records management*, o que torna ainda mais difícil representar a noção australiana de *recordkeeping*, que está vinculada à manutenção da evidência, em uma palavra ou termo em português.

5.3. O sistema australiano: o *series system* de Peter J. Scott

A década de 1960 pode ser considerada como o marco para a configuração de uma teoria arquivística própria da Austrália. Tem-se nesse período, além da autonomia da *Archives Division Office*, as mais importantes contribuições de Ian

Maclean e seus colegas. Cunningham (2011) sinaliza que o trabalho desenvolvido à época era bastante influenciado pelos textos de Sir Hilary Jenkinson e, em consequência, pelo modelo de prática arquivística desenvolvido pelo *Public Records Office*, em Londres. Ademais, havia o legado de Schellenberg, o que levou os arquivistas australianos a tentativas de utilização da abordagem de fundos, em especial do conceito de *record group*. De acordo com Laura Millar:

Como o Manual dos arquivistas holandeses encontrou seu caminho por toda a Europa, o termo holandês “*archieff*” desenvolveu-se em “*fonds d’archives*” na França, “*Provenienzprinzip*” na Alemanha, “*fondo*” na Itália e Espanha, e “*Archive Group*” na Inglaterra. Com cada mudança na terminologia, cada tradução e redefinição, veio uma maior ênfase em uma visão custodial. Arquivistas gerenciavam os materiais nas mãos, e a proveniência desses materiais estava ligada a um único criador, mais frequentemente à última pessoa ou órgão responsável. (MILLAR, 2012, p. 12, tradução nossa).

De acordo com Duranti e Franks (2015) o conceito de *record group* foi desenvolvido nos Estados Unidos da América no âmbito do *Finding Mediums Committee*, o qual tinha como objetivo auxiliar o Arquivo Nacional americano a descobrir como demarcar agrupamentos distintos de documentos federais que eram recolhidos. Por meio de um memorando de 1941, tem-se a primeira definição formal do termo *record group*. Basicamente, vetou-se o uso do termo “coleção”, que remetia às práticas das bibliotecas, e descartou-se o uso do termo “*fonds*”, que segundo Fenyo (1966, p. 229, tradução nossa) “ninguém tinha certeza do que a palavra significava, a não ser os franceses”.

Maclean constatou que a aplicação da abordagem trazida pelo conceito de *record group* para o controle intelectual dos arquivos australianos era ineficiente. Tendo como base as lições previstas no Manual dos Arquivistas Holandeses, depreende-se que os arquivos só podem ter uma proveniência. Entretanto, Cunningham (2005) entende que tal fato não reflete a realidade. Para o autor, o mundo real é um lugar complexo e tal complexidade resulta em inter-relacionamentos dinâmicos entre diferentes organizações produtoras de documentos. Um exemplo claro dessa complexidade é a constante mudança administrativa nos governos e em grandes corporações.

A paisagem burocrática australiana é perpetuamente mutável, com constantes realocações de funções entre um conjunto de unidades

administrativas, agências governamentais e departamentos ministeriais extremamente instáveis. Embora essa tendência tenha se tornado mais perceptível com o passar do tempo, histórias administrativas complexas sempre foram uma das características dos empreendimentos burocráticos australianos. Quando funções são realocadas, os documentos são normalmente realocados com elas. Por exemplo, entre 1916 e 1945, a função de restrição de imigração (e os documentos relativos à performance de implementação dessa função) foi transferida para dez departamentos governamentais diferentes: Assuntos Externos; Interior e Territórios; Assuntos Internos; do Primeiro-Ministro; Mercados e Migração; do Primeiro-Ministro; Transporte; Interior I; Interior II; e Imigração. (CUNNINGHAM, 2007, p. 80).

Cunningham (2007) acentua que de forma instintiva surgiram as primeiras ideias quanto à importância da análise do contexto de produção dos documentos, tendo em vista a verificação dos documentos como produtos de uma história administrativa complexa. No começo da década de 1960, a equipe do CAO, tendo como principais representantes Ian Maclean, Keith Penny e Peter Scott, passa a pensar em uma abordagem alternativa para a descrição e o controle dos documentos. Peter Scott, em 1964, faz a sugestão radical de se abandonar o fundo como principal elemento para o controle intelectual dos arquivos e apresenta como proposta a adoção da série, baseada em funções.

Os fatores que sucederam a decisão pelo abandono do conceito de *record group* estavam estreitamente ligados aos problemas advindos pela sua aplicação no âmbito dos arquivos australianos. Tais problemas são enumerados por Scott (1966):

- Sucessivas transferências de custódia de documentos entre órgãos: nesse caso, tem-se a criação de séries documentais por um órgão e sua separação e transferência por outros órgãos. Como exemplo, Scott cita o recebimento, pelo CAO, de partes de correspondências de diversos órgãos distintos que desempenharam uma mesma função. Na compreensão do autor, caso os documentos fossem integrar seus respectivos *records groups*, as séries documentais seriam separadas de sua primeira associação administrativa, o que resultaria em uma cisão permanente e em uma conseqüente destruição da ordem original;
- Criação de documentos por vários órgãos: Scott assinala que três possibilidades podem surgir nessa circunstância. A primeira consiste na atribuição do *record group* ao último órgão produtor. O autor utiliza como

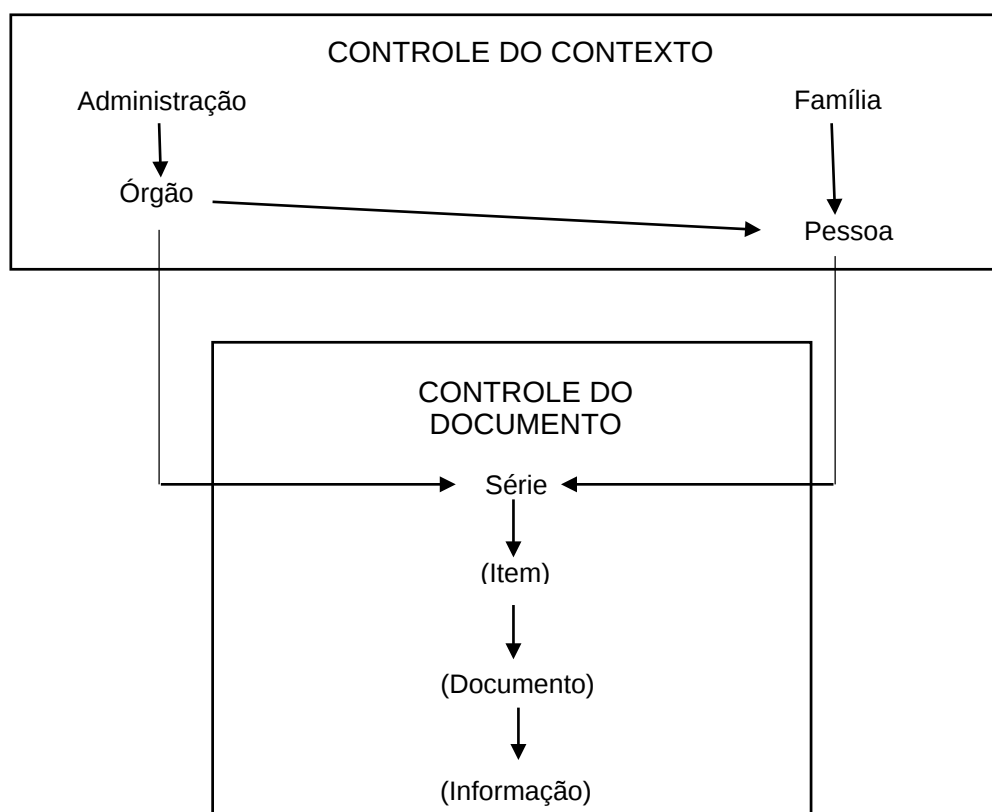
exemplo a criação de uma série documental de correspondências no período de 1903 a 1938 pelo *Department of External Affairs* até 1916, pelo *Department of Home and Territories*, de 1916 a 1928, pelo segundo *Department of Home Affairs*, de 1928 a 1932, e pelo primeiro *Department of Home Interior*, a partir de 1932. A atribuição da série ao último produtor priva os outros órgãos de um importante conjunto de seus documentos e torna o *record group* obscuro, uma vez que o último órgão se estabeleceu apenas em 1932 e não participou da criação da série a começar de 1903. A segunda, consiste na criação de um grupo composto por documentos criados pelo primeiro órgão produtor e seus sucessores. Scottt acentua que tal solução pode resultar na criação de grupos fictícios, que não fornecem o verdadeiro contexto administrativo para a interpretação dos documentos. A terceira possibilidade é a separação das séries e sua alocação conforme seu respectivo órgão produtor, de acordo com o recomendado por Jenkinson. Scott afirma que tal procedimento pode garantir o contexto administrativo, mas prejudica a ordem original e a organicidade dos documentos dentro das séries;

- Numeração das séries de acordo com o *record group*: Scott entende que há uma sequência lógica entre as séries dentro de um grupo de documentos, que pode ser funcional, estrutural, por tipo, por classe ou cronológica. Quando uma nova série é incorporada, sua inserção na sequência lógica das séries é dificultada, posto que sua descoberta pode ocorrer em um momento posterior. Para Scott, a utilização do *record group* não é suficiente para lidar com a flexibilidade da numeração das séries.
- A utilização do *record group* para a determinação da localização dos arquivos: tendo em vista o armazenamento físico das séries em um arquivo, Scott aponta que o conceito de *records group* preconiza a ordenação das séries dentro do conjunto. Quando ocorre uma incorporação posterior ao conjunto — a título de exemplo, a série nº 2 de 50 —, Scott questiona se é necessária a realocação de todas as demais séries para a inclusão da nova série em sua posição correta. Desse modo, o autor conclui que o *record group* não permite um armazenamento eficiente.

- A própria definição de *record group*: Para Scott, existe um problema ocasionado pela ausência de uma interpretação consistente do conceito de *record group*. Baseando-se no disposto por Jenkinson, Scott questiona a não abordagem quanto às subdivisões dos órgãos produtores, como as seções, divisões e outros. Na percepção do autor, a arbitrariedade do conceito é suficiente para questionamentos quanto a sua utilidade.

Como solução para os problemas apresentados, Scott (1966) sugere o abandono do *record group* como a primeira categoria de classificação e base para o arranjo físico dos documentos e propõe a utilização da série como o primeiro nível de classificação. Tal mudança, para o autor, possibilita tanto a manutenção dos documentos no seu contexto administrativo, quanto a manutenção da ordem original, devido a alocação física dos documentos nas séries apropriadas. Outrossim, essa nova sistemática viabiliza a não inclusão das séries em uma ordem física original, pois o contexto administrativo e as associações são registradas em outros instrumentos.

Figura 6 – Series System de Peter Scott



Fonte: Adaptado de Scott (1966).

Scott (1966) ilustra uma versão simplificada do sistema por meio de um diagrama que demonstra as relações estruturais entre seus elementos, conforme figura 6, apresentada anteriormente.

O sistema é construído com base em dois componentes, o controle do documento e o controle do contexto. O primeiro compreende quatro elementos: série, item, documento e informação. As séries, segundo Scott, possuem vínculos “interementos”, realizados com o contexto administrativo, isto é, os órgãos ou pessoas que as produzem ou controlam. Adicionalmente, as séries também possuem vínculos “intraelementos”, que são aqueles entre séries anteriores ou posteriores, que se referem a uma mesma função ou que contém informações semelhantes e também aos instrumentos utilizados para controlar as séries, como índices e registros.

No que se refere ao segundo componente do sistema, o controle do contexto, Scott estabelece a existência de quatro elementos básicos: administração²⁵, órgão²⁶, família e pessoa. A administração possui vínculos “interementares” com os órgãos vinculados, por meio de sua estrutura. As administrações também se relacionam com outras diacronicamente — antecedentes e subsequentes — e estruturalmente. Como exemplo, Scott (1966) cita as relações entre o governo da Austrália e o do Reino Unido. Os órgãos são ligados às administrações aos quais pertencem, às pessoas empregadas e às séries documentais produzidas. Os órgãos também se relacionam entre si diacronicamente — antecedentes e subsequentes — e estruturalmente, de acordo com os vínculos hierárquicos. Ademais, Scott (1966) estabelece que os órgãos são elementos livres dentro do sistema, pois podem se transferir entre administrações públicas, privadas, estaduais e federais. Tendo como exemplo, o autor cita a transferência dos *Mercantile Marine Offices* dos estados para a federação em 1922, e a transferência da *Qantas Empire Airways*, uma instituição privada até 1947, que passou a integrar a estrutura do governo federal.

Os outros dois elementos, família e pessoa, fornecem o contexto necessário para os arquivos de pessoas, famílias e, também, para os órgãos cujos documentos são produzidos por determinadas pessoas. As famílias se relacionam com as pessoas que as compõem e as pessoas se relacionam às suas respectivas famílias, aos órgãos a que estão associadas e às séries documentais que produzem. Scott (1966)

²⁵ Na definição de Scott (1966), *organisation* equivale a um governo ou uma instituição privada.

²⁶ O termo órgão foi utilizado como correspondente de *agency*, definido por Scott (1966) como uma parte da *organisation* que possui um sistema de *recordkeeping* próprio.

estabelece que é necessária a criação de registros de famílias e pessoas, a fim de que as relações entre pessoas, famílias e órgãos sejam registradas. Nesses instrumentos, devem constar pequenas declarações biográficas para cada pessoa e para a história e genealogia de cada família. Assim como os órgãos, as pessoas são elementos livres dentro do sistema, visto que pode haver a migração de pessoas entre famílias. Quanto à documentação dos vínculos, Scott sugere a criação de um instrumento denominado Registro de Séries Documentais, que controla a numeração e registra a descrição das séries. Julgamos relevante apresentar uma adaptação do referido instrumento, a fim de que a compreensão sobre a aplicação prática do seja facilitada (Figura 7).

Scott (1966) assinala que o conceito de *record group* limita a gestão de arquivos e é uma complicação desnecessária. Segundo o autor, a adoção do *series system* evita todas as dificuldades ocasionadas pelo arranjo físico e permite o estabelecimento de relacionamentos mais eficientes entre os documentos e seu contexto de criação.

Smith (1995) enfatiza que as práticas relacionadas ao tratamento de documentos herdadas da tradição britânica consistiam basicamente nos conceitos de *registry*, que incorporavam funções de arquivamento aos protocolos, e de *pre-action filing*, que consistia na inclusão de documentos produzidos ou recebidos em dossiês, que eram distribuídos para as unidades administrativas apropriadas. Durante a I Guerra Mundial, a prática predominava. Os dossiês passaram a compor séries numéricas ou séries classificadas de acordo com a função correspondente. Nos dois tipos de séries, havia a presença de outros indexadores, como nomes e assuntos. Esses sistemas de ordenação contribuíram para o trabalho posterior dos arquivistas, haja vista a maior facilidade na identificação das séries e no rastreamento de documentos por várias séries. De acordo com Scott, as séries consistem em:

Um grupo de itens documentais, que, sendo controlados por números ou outros símbolos, estão na mesma sequência numérica ou de símbolos, ou que, não sendo controlados por números ou símbolos, resultam de uma mesma acumulação ou processo de arquivamento e que possuem forma física e conteúdo informacional semelhantes. (SCOTT, 1966, p. 498, tradução nossa).

Figura 7 – Registro de Séries Documentais

Formulário CAO 39	COMMONWEALTH ARCHIVES OFFICE
Registro de Séries Documentais No. CRS AI.	
A série descrita abaixo foi incorporada ao <i>Commonwealth Register of Record Series</i> :	
DESCRIÇÃO	
1. Título da série: Correspondências, Numeração única anual de séries	
2. Data-limite (Séries): 1903-1938 (Conteúdos) : 1885-1940	
3. Sistema de registro: Numeração anual única	
4. Intervalo entre os números de registro: 1903/79 - 1938/33973	
5. Ordenação dos itens: Numérico	
6. Dimensão do item: 13½ X 8½ X espessura do arquivo	
7. Quantidade: 1040 caixas (tipo no. 1)	
VÍNCULOS INTERELEMENTOS	
8. Órgãos produtores:	
1903-1916: CA 7, Department of External Affairs (I)	
1916-1928: CA 15, Department of Home and Territories	
1928-1932: CA 24, Department of Home Affairs (II)	
1932-1938: CA 27, Department of the Interior (I)	
9. Órgãos gerenciadores:	
CA 12, Prime Minister's Department	
CA 18, Department of External Affairs (II)	
CA 31, Department of the Interior (II)	
CA 60, Department of Immigration	
CA 60, Department of Territories	
10. Legislação relacionada: Não há	
VÍNCULOS INTRAELEMENTOS	
11. Séries anteriores:	12. Séries Posteriores:
1902 : CRS AS, Folio series files	1910: CRS A63, A series files
CRS A9, A series files	1911: CRS A3, NT series files
1910: CRS A63, A series files	1923: CRS A5, NG series files
1924: CRS A5, NG series files	1939: CRS A659, Class I Files
1925: A3, NT series files	
13. Controle relacionado ou Séries controladas:	
1903-1910: CRS A30 Number Registers	
CRS A31 Index Books	
1911-1938: CRS A69 Number Registers	
CRS A70 Index Cards, Miscellaneous Cabinet	
CRS A71	" " Immigration Cabinet
CRS A12	" " Papua/New Guinea Cabinet
CRS A14	" " Northern Territory Cabinet
CRS A82	" " Norfolk Island Cabinet

Fonte: Adaptado de Scott (1966).

O foco de Scott não estava estritamente nas séries, mas sim no estabelecimento de uma distinção entre a descrição dos documentos e o contexto

administrativo. A série, de acordo com Scott, oferecia o veículo mais eficiente para a descrição dos documentos. Entretanto, destacamos que as séries não foram artificialmente construídas por Scott e sua escolha pode ser justificada pela herança britânica, conforme exposto acima. Muitas vezes vista como um ataque ao princípio da proveniência pela comunidade arquivística internacional, Scott possuía um entendimento diverso sobre sua abordagem, já que a considerava um meio mais eficiente de registrar a verdadeira e frequentemente complexa natureza da proveniência e sistemas de arquivamento do que o uso da abordagem de fundos. Cunningham considera que a visão australiana não vai de encontro ao determinado pelo princípio da proveniência, haja vista a compreensão de que a proveniência não pode ser reduzida a uma simples relação um a um entre o produtor dos documentos e os próprios documentos. "A visão simplista da proveniência, que é incorporada na abordagem de fundos na descrição arquivística, representa, para nós, uma corrupção do princípio arquivístico de *respect des fonds* (CUNNINGHAM, 2007, p. 81).

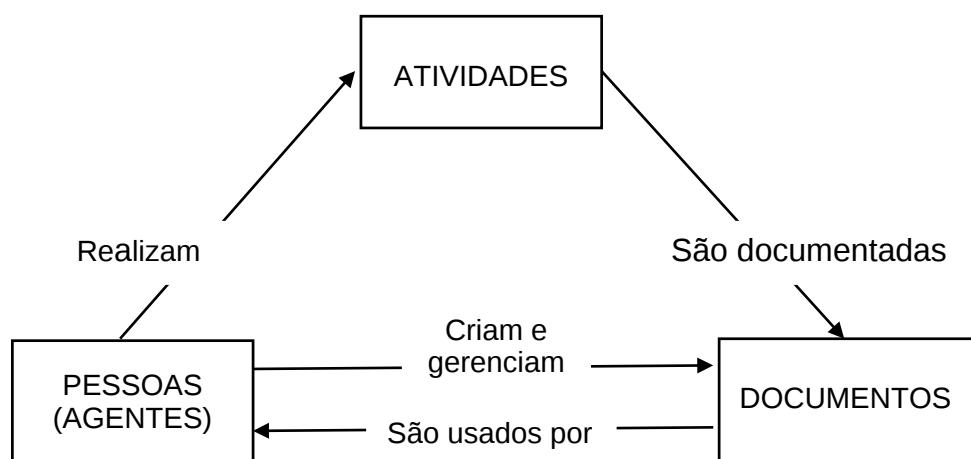
Em essência, de acordo com Cunningham (2007), o *series system* australiano consiste em dois componentes inter-relacionados:

- Controle do contexto, que é alcançado por meio da identificação e do registro das entidades produtoras de documentos e de outras entidades que fazem parte do ambiente e da documentação das histórias administrativas e biográficas daquelas entidades, suas responsabilidades funcionais e suas relações umas com as outras e com os sistemas de arquivamento por elas mantidos; e
- Controle dos documentos, que é obtido por meio da identificação, registro e documentação das séries documentais e/ou dos itens que as compõem.

Ainda de acordo com o autor, constata-se que no *series system*, as entidades contextuais que precisam ser documentadas e relacionadas às descrições dos documentos incluem indivíduos, famílias, organizações, equipes de projetos, agências governamentais e ministeriais, os próprios governos, funções e atividades. É essa complexa rede de relacionamentos dinâmicos entre essas várias entidades que sustenta as transações que levam à produção de documentos. É, portanto, essencial capturar a documentação desses relacionamentos, de modo a oferecer o

conhecimento do contexto necessário para se compreender o conteúdo dos documentos. Cunningham entende que o *series system* australiano constitui uma dinâmica abordagem para o controle intelectual dos documentos. Utilizando o sistema, qualquer conjunto de documentos pode ser visto simultaneamente ou sucessivamente através de múltiplos prismas contextuais, que refletem a natureza dinâmica e contingencial da criação de documentos. Cunningham (2012) identifica as três principais entidades presentes no *recordkeeping* e demonstra quais são as relações estabelecidas por essas entidades (Figura 8).

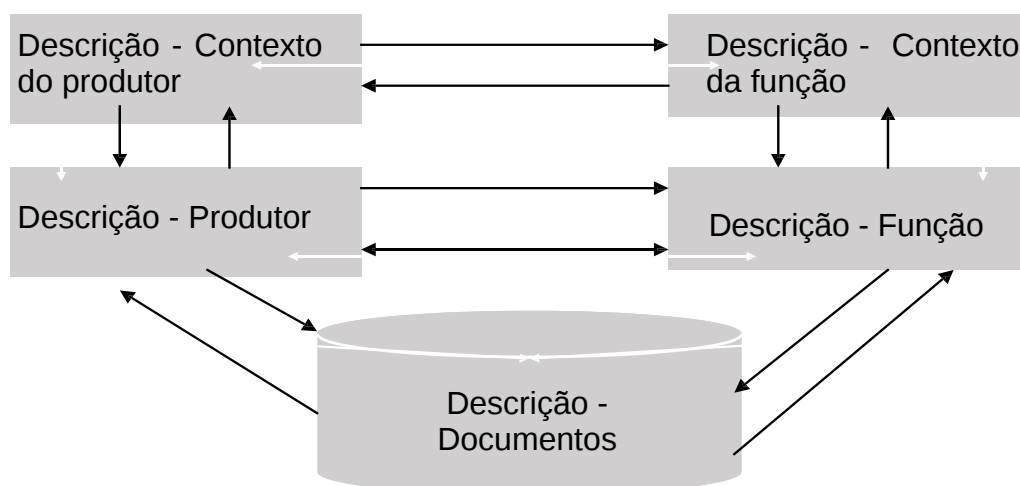
Figura 8 – Relacionamentos das três entidades do recordkeeping



Fonte: Adaptado de Cunningham (2012).

Em seguida, o autor apresenta um modelo de representação do *series system* de acordo com a descrição arquivística (Figura).

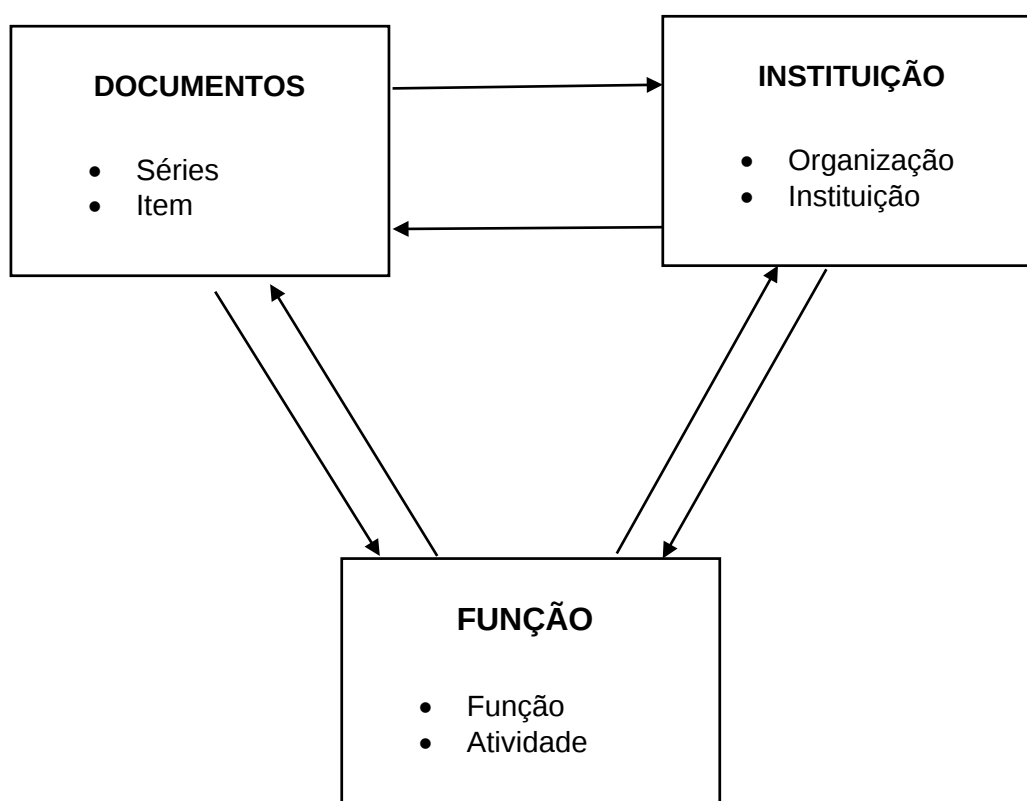
Figura 9 – Modelo de representação do series system de acordo com a descrição arquivística



Fonte: Adaptado de Cunningham (2012).

Por fim, Cunningham sugere que o *series system* implementa instâncias dentro de cada uma das três entidades do *recordkeeping*, que podem ser descritas em diferentes níveis de granularidade, com a existência de relacionamentos entre os níveis (Figura 10).

Figura 10 – Relacionamentos entre os diferentes níveis de descrição das principais entidades do recordkeeping de acordo com o series system



Fonte: Adaptado de Cunningham (2012).

McKemmish, Piggott e Reed (2005) consideram Scott um dos primeiros teóricos a desafiar o consenso estabelecido pela abordagem de fundos. No entendimento de Scott, só era possível cumprir com o estabelecido pelo princípio de respeito aos fundos por meio do que ele intitulava “sistemas de controle de contexto”, que consistiam em sistemas de descrição de documentos que documentavam documentos e seus contextos. Logo, entende-se que a interpretação de Scott sobre os fundos era uma construção lógica, não física.

Kate Cumming (2010) sinaliza que a abordagem multicamadas para uma descrição contextual permite um potencial ilimitado de associações e relacionamentos a serem estabelecidos dentro e entre as entidades. Para a autora:

O *series system* funciona porque documentos e seu contexto evoluem e se inter-relacionam e, conseqüentemente, estruturas descritivas necessitam ser suficientemente flexíveis para acomodar esta evolução e inter-relação. Sistemas de *recordkeeping* também precisam incorporar múltiplas perspectivas, várias maneiras de ver, vários requisitos para a transmissão de significado através do tempo e vários pontos de vista diferentes para ver e compreender os processos de *recordkeeping*. O *series system* permite esse dinamismo e fluidez e, portanto, é uma forma de *recordkeeping* baseada no *continuum* em ação. (CUMMING, 2010, p. 45, tradução nossa).

Para Laura Millar (2012), Peter Scott acreditava que o foco nas séries permitiria aos arquivistas a representação da natureza dinâmica dos documentos e a identificação não apenas do último criador, mas de todos os órgãos responsáveis pelos documentos ao longo do tempo. Desse modo, a grande mudança proposta por Scott foi a separação da descrição dos documentos da descrição dos criadores, funções e atividades. A autora considera que Scott desafiou os arquivistas a repensarem o seu papel na gestão dos documentos modernos.

Barbara Reed (2012) entende que o *series system* foi delineado para uma aplicação prática dentro de uma instituição arquivística que enfrentava questões particulares: uma instituição muito recente lidando predominantemente com documentos do século XX e não muito incomodada com as restrições de acesso estabelecidas pela *50-year acces rule*. Para a autora, o sistema é baseado em um simples e elegante modelo de dados que identifica entidades estáveis de descrição e fornece flexibilidade ao permitir mudanças de relacionamentos entre as entidades a serem documentadas de acordo com as necessidades ao longo do tempo. O resultado é um sistema dinâmico que documenta pontos precisos de representações temporais e seu relacionamento com os criadores. Importante se faz sobrelevar a maneira como o sistema respeita a coerência dos sistemas de *recordkeeping*, na medida em que se torna uma extensão de sistemas de *recordkeeping* dispersos, provendo uma camada de contextualização aos sistemas de *recordkeeping* existentes, o que torna o sistema escalável. Reed (2012) destaca que o sistema foi concebido para operar ao longo da gestão de todos os documentos de um órgão, isto é, os documentos que estão

fisicamente alocados nos arquivos e os documentos que ainda estão em seus ambientes de criação. De acordo com a autora:

O sistema era inerentemente capaz de prover uma aplicação neutro-custodial para essa premissa. Implícito a esse fato está também o entendimento que sistemas de arquivo podem criar uma virtual, ao invés de física, representação do todo. Quando combinados, esses *insights* do *series system* provam-se aplicáveis aos documentos em todos os ambientes, em todos os tempos, não restrito ao governo ou a uma instituição particular — mas extensível, escalável e adequado para ambientes digitais complexos. (REED, 2012, p. 21, tradução nossa).

É importante ressaltar a reação da comunidade arquivística internacional ante às proposições de Scott. A maior parte arquivistas da América do Norte rejeitaram as ideias de Scott. A publicação do artigo *The record group concept: a case of abandonment?* no periódico *The American Archivist*, em 1966, não teve uma boa recepção pela comunidade arquivística. Hurley (2008) justifica que tal objeção deveu-se ao emprego da palavra “abandono” no título do artigo, o que fez com que muitos arquivistas condenassem as propostas como uma espécie de heresia, não apenas pelo abandono do fundo como objeto de descrição, mas principalmente pela renúncia a uma teoria que por tanto tempo subsidiou a descrição de estrutura e contexto e que conservava fielmente a proveniência e a ordem original. Ademais, a preferência de Scott pela série fez com o que seu sistema fosse desacreditado, pelos mesmos motivos apontados anteriormente. Entendemos que a principal virtude do sistema não está na escolha da série como a principal entidade de descrição, e aquiescemos com a proposta realizada por Hurley (1994a), que considera o uso das séries como entidade preferida não é essencial para a aplicação do sistema, assim, o autor justifica sua predileção pelo termo *australian system*, ao invés de *series system*.

Millar (2012) considera que muitos arquivistas se perguntaram: por que mudar? A autora destaca que Meyer Fishbein do Arquivo Nacional americano não via necessidade de se alterar o *status quo*. Na Inglaterra, em 1972, Michael Roper afirmou que a solução radical de Scott não seria efetiva no *Public Records Office*, haja vista que o *archive group*, de Jenkinson, já funcionava bem para as coleções de documentos antigos. Para o francês Michel Duchein o conceito de *record group*, conforme definido pelo Arquivo Nacional americano, era vago, mas o *series system* era errado. Duchein propunha o retorno da noção francesa de *fonds*, que segundo o

autor, funcionava muito bem, mas era mal aplicada. Conquanto a pequena quantidade de debates na literatura arquivística, as propostas de Duchein se sobressaíram. No final da década de 1980, os arquivistas da Europa e da América do Norte decidiram pela adoção do *respect des fonds* como base para a descrição de arquivos. De acordo com Millar (2012, p. 15, tradução nossa), “caso o termo *fonds* fosse adotado ou não, a essência da abordagem era custodial: a descrição se iniciaria em um ponto posterior à seleção dos documentos para a preservação e arranjo permanentes”. À luz da abordagem custodial, normas nacionais e internacionais de descrição foram desenvolvidas na década de 1980, como a RAD e a ISAD (G), ambas utilizando o fundo como o primeiro nível de descrição.

Destacaremos, do mesmo modo, a relevância do *series system* para a teoria arquivística, sobretudo a australiana. Conquanto as ideias de Scott não tenham sido bem aceitas pela comunidade arquivística internacional quando da publicação de seu seminal artigo na *The American Archivist* em 1966, o sistema desenvolvido pelo autor foi de notável significância para o desenvolvimento da teoria arquivística australiana e passou a ser reconhecido no âmbito internacional — mesmo que várias décadas adiante — como de grande importância para a descrição de documentos, para a gestão de documentos digitais e para uma reinterpretação do princípio da proveniência.

Para Cook (1997), a reflexão primordial de Scott foi sobre a constatação de que a tradicional hipótese de relacionamento um-a-um entre os documentos e seu contexto de criação não era mais válida. Ademais, Scott foi responsável por desenvolver um sistema que proporcionava a descrição de múltiplos relacionamentos entre os diversos produtores de documentos e as diversas séries documentais, onde quer que estivessem no *continuum* da gestão de documentos — nos setores de criação, nos arquivos correntes ou em arquivos permanentes. Com base nas proposições de Scott, os arquivistas australianos passaram a desenvolver o *series system*, de modo a adicionar novos relacionamentos. Cook (1997) destaca as contribuições de Scott para a teoria arquivística e o considera o fundador da revolução pós-custodial no pensamento arquivístico.

A contribuição essencial de Scott foi o rompimento (ao invés de uma simples modificação) não apenas com a camisa de força descritiva do *record group* de Schellenberg, mas com toda a mentalidade sobre a “fiscalidade” dos arquivos em que a maior parte do pensamento arquivístico desde o Manual

dos Holandeses esteve implicitamente baseada. Dessa forma, como está finalmente sendo reconhecido, Peter Scott é o fundador da revolução pós-custodial no pensamento arquivístico mundial. Embora ele tenha trabalhado em um mundo de papéis, suas ideias são agora especialmente relevantes para os arquivistas enfrentarem os documentos digitais, onde — assim como no sistema de Scott — a fisicalidade do documento tem uma pequena importância comparada aos contextos multirelacionais de criação e uso contemporâneo. (COOK, 1997, p. 39, tradução nossa).

Apenas após quase quarenta anos, houve sinais de que arquivistas europeus e norte-americanos passariam a reconhecer a natureza fluida dos documentos e dos sistemas de gestão de documentos. Laura Millar (2012) destaca a revisão da norma ISAAR (CPF), publicada em 2004, que passou a incorporar uma discussão do ICA acerca de como relacionar registros de autoridade com os atuais documentos arquivísticos, reconhecendo a validade da proveniência múltipla. No caso do Canadá, tem-se a revisão da norma RAD, que passou a permitir tanto o fundo quanto a série como o mais amplo nível de descrição. Em 2006, no intuito de desenvolver sistemas de descrição arquivística flexíveis, o ICA desenvolveu a norma ISDF, com o objetivo de explicar como e porque os documentos são criados e utilizados e mostrar os relacionamentos com funções, atividades e outros documentos. Ainda que mudanças tenham ocorrido, Millar (2012) entende que o foco dos arquivistas ainda continua sendo os fundos como entidades estáticas. Para a autora, os arquivistas britânicos, americanos e canadenses continuam enfatizando os documentos históricos, que chegam às instituições arquivísticas após o término do ciclo de vida dos documentos. Tal fato, de acordo com a autora, vigoriza o distanciamento entre aqueles que gerenciam documentos correntes daqueles que administram documentos permanentes.

Cunningham (2007) ressalta a inclinação internacional em direção à lógica de utilização de sistemas para o controle intelectual dos documentos baseados em descrições separadas, mas relacionadas, de documentos e do seu contexto de produção. Para o autor, o desenvolvimento da norma ISAAR (CPF), ilustra claramente o redirecionamento do pensamento arquivístico. A primeira edição da norma consistiu em uma tentativa corajosa, porém com falhas, de trazer de volta à discussão proposta por Scott e Maclean décadas antes. Na tentativa de incorporar à descrição arquivística a descrição do contexto de produção dos documentos, o que se viu foi o emprego de mecanismos de bibliográficos tradicionais de controle de autoridade. A publicação da

primeira edição da norma em 1996 pode ser considerada como um marco divisório no desenvolvimento da descrição arquivística internacional, um documento visionário. Entretanto, Cunningham entende que a maior parte dos arquivistas não estava pronta para a utilização do controle de autoridade, tampouco para descrições de contexto separadas. Com o cumprimento da política do ICA de revisar as normas em um período de 5 anos, o *Committee on Descriptive Standards* iniciou em 2001 o exame da norma ISAAR (CPF) e a publicou com uma articulação mais sofisticada, a fim de que se fossem mais facilmente perceptíveis as vantagens da produção de descrições separadas. A norma baseou-se em três componentes: o controle de autoridade, a descrição das entidades produtoras de documentos e o uso de referências cruzadas — relacionamentos — entre descrições separadas de documentos produzidos por várias entidades.

Além da relevância do sistema para a renovação da descrição arquivística, salientamos a pertinência de sua aplicação na gestão de documentos digitais, mesmo que tal fato jamais fosse imaginado por Scott na década de 1960. Reed (2012) considera que o *series system* pode ser utilizado na compreensão da complexidade imposta pela tecnologia. A autora cita a dificuldade em identificar e conceituar a proveniência dos documentos criados por sistemas informacionais complexos e colaborativos compartilhados por múltiplos órgãos. Nesse cenário, o *series system* se apresenta como uma forma eficaz de gerenciar esses relacionamentos, de modo a permitir a descrição da realidade complexa. A noção de proveniência paralela articulada por Chris Hurley, a qual consiste na criação de documentos por múltiplos agentes ao mesmo tempo, também pode ser tratada sob a luz do *series system*.

O foco no conhecimento do contexto de produção dos documentos passou a ser crucial para a completa significação dos documentos. Hurley (1994a) indica que no passado, as mudanças nos sistemas de gestão de documentos e no seu respectivo contexto ocorriam lentamente, de modo a deixar intacta a evidência física no caso de perda ou mutação de um sistema de *recordkeeping* e das associações contextuais dos documentos. Já no caso dos documentos digitais, tem-se a perda da evidência física, que ocorre simultaneamente à criação dos documentos. De acordo com o autor, para que os documentos tenham significado, o conhecimento do *recordkeeping* e do contexto de criação é essencial para permitir a sobrevivência dos documentos, haja

vista a ausência das características físicas que incorporavam e evidenciavam esse conhecimento. O caráter virtual do sistema é destacado por Reed:

Agora localizado em um mundo digital onde muitas de nossas práticas estão lentamente sendo reveladas como consequência da fisicalidade, estamos tendo que reexaminar quais práticas devem ser mantidas e quais devem ser reconceituadas e substituídas em um mundo digital virtual. O *series system* nos fornece modelos para pensar além do físico. O sistema quebrou o nexo de arranjo físico de modo que era, na época, bastante desafiador para muitos implementadores. No entanto, o legado dessa quebra foi a capacitação da habilidade para operar com alguma confiança na evolução do primórdio do mundo digital. (REED, 2012, p. 26, tradução nossa).

Por fim, ressaltaremos a importância do *series system* ou, tomando como base sua acepção mais ampla, *australian system*, para o desenvolvimento do pensamento arquivístico australiano, sobretudo sobre sua influência para a construção do modelo *records continuum*. Reed (2012) notabiliza o papel do sistema ao considerá-lo uma das principais influências ao desenvolvimento da teoria arquivística australiana. A título de exemplo, a autora cita que grande parte da influência exercida pela teórica Sue McKemmish para a literatura arquivística australiana tem base conceitual no *series system*, sobretudo no que corresponde ao projeto de pesquisa *SPiRT Recordkeeping Metadata Research Project* realizado em 1998–1999, que forneceu subsídios teóricos para o desenvolvimento de normas relacionadas à padronização de metadados, tendo em destaque a ISO 23.081 – *Records Management Processes of Metadata*.

O reconhecimento da relevância de Scott para a criação do sistema é unânime. Entretanto, há de se destacar os esforços despendidos pela comunidade arquivística australiana na sua aplicação prática e no seu aperfeiçoamento teórico ao longo dos anos. McKemmish, Reed e Piggott (2005) destacam o papel de Chris Hurley como um importante responsável pela exploração de todo o potencial do *series system*. Os autores destacam seus artigos e sua prática inovadora, que estenderam as bases conceituais e os princípios do sistema aos desafios impostos pela descrição de documentos e contextos, abordando sua complexidade e relacionamentos multidimensionais no mundo virtual no início do século XXI. Para Hurley (2008), o *australian system* não pode ser entendido somente com base nos artigos de Scott, muito menos pela prática descritiva na Austrália. O autor destaca a importância dos arquivistas australianos que estiveram na vanguarda do desenvolvimento de normas

relacionadas a documentos arquivísticos. Tais esforços obtiveram reconhecimento internacional, tendo como principal expoente a *The Australian Records Management Standard* – AS-4390, que foi a base para a *International Records Management Standard* – ISO 15.489. Duranti e Franks (2015) entendem que o entendimento e a implementação do sistema foram dificultados em virtude da ausência de um manual formal ou de uma codificação para o uso geral do sistema. Essa lacuna foi ocupada em 2007, quando o *Australian Society of Archivists Committee on Descriptive Standards* publicou o manual *Describing Archives in Context: A Guide to Australasian Practice*.

Outrossim, Reed (2012) cita o reconhecimento dado pelos teóricos do *records continuum* a Peter Scott e Ian Maclean, que designam o *series system* como uma das bases que fundamentam o modelo. Millar (2012) aponta que o conceito australiano de *continuum* desenvolveu-se assentado na flexibilidade fornecida pela abordagem de Scott. Já Cumming (2010), considera que o *series system* foi o primeiro sistema de descrição pós-custodial e baseado no *continuum*. Hurley destaca:

Além de alguns documentos “antigos” herdados das colônias da pré-Federação, os arquivos tratavam apenas com documentos recentes. Não havia, simplesmente, arquivos no sentido antiquado (um corpo estável, finito, físico de documentos mantidos fora do *continuum*) a serem descritos. O que se desenvolveu foi um sistema que poderia ser aplicado a qualquer documento, independentemente da custódia ou localização, do momento da criação e através do *continuum*, que poderia também refletir tanto o passado quanto as mudanças futuras no *status* (proveniência e controle) e do *recordkeeping system*. (HURLEY, 1994a, tradução nossa).

Duranti e Franks (2015) compreendem que o caráter fundamental do *series system*, o qual foi bastante criticado à época de sua criação, consistia no desejo de se desenvolver um sistema de controle de documentos integrado — em vez de desconectado — ao mundo do *recordkeeping* corrente. As autoras atribuem a Maclean a condição de oponente vitalício a qualquer tendência de desconexão entre *records* e *archives*. Conforme destacado por Cunningham (2010), Scott atribui o grande entusiasmo de Maclean com o sistema não apenas à solução apresentada para os problemas causados pelas mudanças administrativas, mas à visão de controle intelectual dos documentos não limitada ao entendimento custodial tradicional, fato que torna Maclean um precursor da abordagem do *continuum*.

5.4. O modelo *records continuum*

Conforme já abordado, verificamos que a abordagem assente no *continuum* surgiu na década de 1960, por intermédio dos esforços de Maclean, Scott e Penny no âmbito do CAO. Na década de 1990, verificamos o renascimento dessa abordagem, vigorosamente impulsionada, em parte, pelo advento da gestão de documentos digitais. No que se refere à construção do pensamento contemporâneo de *continuum*, julgamos relevante ilustrar a maneira como a teoria arquivística americana, canadense e europeia, sobretudo sobre documentos digitais e novas perspectivas sobre práticas e conceitos arquivísticos, aliou-se às peculiaridades da teoria arquivística australiana. Cumming (2010) notabiliza a relevância do artigo “*Electronic records, paper minds: the revolution in information management and archives in the post-custodial and postmodernist era*” do canadense Terry Cook, publicado no periódico *Archives and Manuscripts* em 1994. Nesse artigo, Cook trata de questões referentes aos possíveis problemas ocasionados pela aplicação de práticas arquivísticas tradicionais no tratamento dos documentos digitais. McKemmish (2001) também destaca a influência exercida por Cook:

Os trabalhos de Cook sobre documentos digitais, pós-custodialismo e avaliação funcional, fundamentados pelas reconceituações canadenses da natureza dos documentos e da proveniência, também forneceram uma pedra de toque para o desenvolvimento do pensamento australiano de *records continuum*, particularmente em relação às abordagens arquivísticas sociais. (MCKEMMISH, 2001, p. 341, tradução nossa).

Cumming (2010) também atribui ao artigo do canadense Jay Atherton, “*From life cycle to continuum: some thoughts on the records management-archives relationship*”, o atributo de responsável pelo que denomina renascimento do *continuum*. De acordo com Atherton (1987, p. 47, tradução nossa), “o impacto do computador no ciclo vital tem sido impressionante, pois com dados digitais os estágios do ciclo vital não podem ser separados. A natureza e a volatilidade dos dados registrados não o permitirão”.

Outro grande impulsionador do renascimento do *continuum* foi o americano David Bearman. Tendo suas pesquisas direcionadas para a gestão de documentos

digitais, Bearman defendia a importância de uma intervenção precoce quanto aos procedimentos de descrição, a fim retratar adequadamente o contexto. Cumming (2010) destaca a relevância da obra *Archival Methods: Arrangement and Description* em 1989, considera Bearman um dos primeiros teóricos americanos a identificar o caráter fundamental das informações sobre a proveniência dos documentos como importantes instrumentos de gestão. Em suma, a ênfase de Bearman estava em reconhecer a descrição como uma função organizacional, em lugar de um simples recurso histórico. Assim, a aplicação de estratégias de descrição ao longo do tempo, do início ao fim, agrega mais significado aos documentos e fortalece seu caráter evidencial. Cunningham (2008) sobreleva como fundamentais para o desenvolvimento do *records continuum* as visitas regulares de Bearman à Austrália durante a década de 1990.

McKemmish (2001), adicionalmente, destaca outros trabalhos que impactaram no desenvolvimento da abordagem do *continuum*. A autora faz referência às pesquisas de Luciana Duranti sobre a teoria arquivística europeia e Diplomática, principalmente por meio das publicações da série de quatro artigos “*Diplomatics: New Uses for Old Science*” no periódico *Archivaria*. Em seguida, a autora cita a importância de Margaret Hedstrom, John McDonald e Hans Hofman em seus trabalhos relacionados à pioneira implementação de políticas e abordagens estratégicas para a gestão de documentos digitais no âmbito do *New York State Archives and Records Administration*, *National Archives of Canada* e *Netherlands National Archives*, respectivamente. Além disso, os já mencionados David Bearman e Margaret Hedstrom ocupam posição de destaque na resignificação de teorias e “reinvenção” das práticas arquivísticas. Por fim, a autora salienta o mérito do desenvolvimento de metodologias relacionadas ao conceito de macroavaliação no âmbito do *National Archives of Canada* e na visão holandesa de avaliação funcional desenvolvida pelo projeto PIVOT²⁷.

A partir dessa nova realidade imposta pelos documentos digitais, constata-se uma maior necessidade de rearticulação da teoria do *continuum*. No decorrer da

²⁷ O projeto PIVOT foi desenvolvido pelo *Nationaal Archief* (NA) — Arquivo Nacional da Holanda — de 1992 a 2001 e teve como resultado a criação da metodologia PIVOT, que consiste no empreendimento do processo de avaliação documental no âmbito das atividades dos órgãos do governo. Para mais informações sobre o projeto, indicamos o sítio do NA. Disponível em: <http://en.nationaalarchief.nl/appraisal-appreciation/opzet-selectielijsten-engelse-dummy/retention-scheduling-using-the>.

década de 1990, verificamos uma série de relevantes publicações de teóricos australianos relacionadas à abordagem baseada no *continuum*, sobretudo quanto ao modelo *records continuum* articulado por Frank Upward, conforme apresentado no Quadro 8.

Quadro 8 – Publicações de teóricos australianos acerca da abordagem baseada no *continuum*

Publicação	Autor	Meio	Ano
<i>Managing the record rather than the relic</i>	Glenda Acland	<i>Archives and Manuscripts</i>	1992
<i>The Australian series system: an exposition</i>	Chris Hurley	<i>The Records Continuum: Ian Maclean and Australian Archives First Fifty Years</i>	1994
<i>Are records ever actual?</i>	Sue McKemmish	<i>The Records Continuum: Ian Maclean and Australian Archives First Fifty Years</i>	1994
<i>Somewhere beyond custody</i>	Frank Upward e Sue McKemmish	<i>Archives and Manuscripts</i>	1994
<i>Electronic records management in transition</i>	Barbara Reed	<i>Archives and Manuscripts</i>	1994
<i>Defining electronic records, documents and data</i>	David Roberts	<i>Archives and Manuscripts</i>	1994
<i>Problems with provenance</i>	Chris Hurley	<i>Archives and Manuscripts</i>	1995
<i>Structuring the records continuum – Part one: post-custodial principles and properties</i>	Frank Upward	<i>Archives and Manuscripts</i>	1996
<i>Structuring the records continuum – Part two: structuration theory and recordkeeping</i>	Frank Upward	<i>Archives and Manuscripts</i>	1997
<i>Yesterday, today and tomorrow: a continuum of responsibility</i>	Sue McKemmish	<i>Preserving Yesterday, Managing Today, Challenging Tomorrow: Proceedings of the RMAA 14th National Convention</i>	1997
<i>The making and keeping of records: (1) What are finding aids for</i>	Chris Hurley	<i>Archives and Manuscripts</i>	1998
<i>Modelling the continuum as paradigm shift in recordkeeping and archiving processes and beyond: a personal reflection</i>	Frank Upward	<i>Records Management Journal</i>	2000
<i>Placing records continuum theory and practice</i>	Sue McKemmish	<i>Archival Science</i>	2001

Fonte: Elaboração própria.

Com o intuito de apresentar e analisar o modelo *records continuum*, avaliamos que a melhor forma de obter êxito nesse desígnio é seguir a lógica utilizada pelo australiano Frank Upward, articulador do modelo, na ocasião da exposição de suas ideias para a comunidade arquivística por meio da publicação da série de artigos “*Structuring the records continuum – Part One: postcustodial principles and properties*” em 1996 e “*Structuring the records continuum – Part 2: structuration theory and recordkeeping*” em 1997, ambos no periódico *Archives and Manuscripts*.

Primeiramente, Upward presumiu pertinente o exame do que considera pós-custodialismo, sobretudo as relações entre custódia e fisicalidade com o que o autor denomina “arquivos virtuais”. O autor se utiliza da abordagem realizada por McKemmish (1994) sobre fisicalidade e custódia de documentos no contexto do advento dos documentos digitais. Para a autora:

A perda da fisicalidade que ocorre quando os documentos são capturados eletronicamente está forçando os arquivistas a reavaliarem entendimentos básicos sobre a natureza dos documentos de atividades sociais e organizacionais, e de suas qualidades como evidência. Mesmo quando são capturados em um meio que pode ser sentido e tocado, os documentos como construções conceituais não coincidem com os documentos como objetos físicos. A ordenação e localização física de tais documentos compreendem uma visão de suas relações contextuais e documentais, mas não apresentam os múltiplos entendimentos do que é uma realidade complexa. O papel custodial tradicional assume outra dimensão quando é aceito que o documento é apenas parcialmente manifesto no que está nas caixas das prateleiras do arquivo. A finalidade dos sistemas de arquivo é garantir que os documentos sejam preservados no contexto de sua criação e uso e que mantenham suas qualidades como evidência, de modo que, quando recuperados para um uso futuro, seu significado e importância possam ser entendidos. (MCKEMMISH, 1994, tradução nossa).

Upward (1996) assinala que uma das principais tendências da perspectiva pós-custodial é que a profissão arquivística não pode mais ser vista como uma simples custodiadora de documentos, caso queira desempenhar um papel apropriado na gestão de documentos digitais. Ao abordar os principais aspectos do pós-custodialismo, o autor analisa as ideias de John François Lyotard²⁸ no que tange ao pós-modernismo, especialmente sobre os significados do prefixo “pós” dentro desse contexto.

²⁸ LYOTARD, J. F. The Post Modern Condition. IN: ALEXANDER, J. C. & SEIDMAN, S. (Ed.). **Culture and Society**: Contemporary Debates. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1995.

Em primeiro lugar, o prefixo “pós” pode significar uma simples sucessão, fato que presume o esquecimento do passado. Essa acepção vai de encontro ao disposto na literatura pós-custodial, posto que os modelos custodiais permanecerão existindo. Em seguida, “pós” pode denotar o colapso na confiança do progresso. Upward cita que essa interpretação, no contexto do *recordkeeping*, demonstra como os documentos digitais podem destruir a confiança depositada nas abordagens custodiais. O autor salienta que mesmo antes do surgimento dos documentos digitais, a teoria australiana já apresentava sinais de direcionamento para a abordagem pós-custodial, haja vista o desenvolvimento do *series system*. Ainda sobre a segunda perspectiva, Upward destaca uma forte característica da sociedade moderna, a complexidade. Essa complexidade, fortemente influenciada pela realidade digital, também acarretou novos questionamentos relacionados à propriedade, posse, guarda e controle dos documentos pelos arquivos, tornando necessária uma nova visão sobre a atribuição de autoridades e responsabilidades. O último entendimento sobre o prefixo “pós” é abordá-lo como uma maneira de pensar. Nesse ponto, o “pensamento pós” torna-se uma corrente que sempre empurra a tendência do conhecimento estabelecido. Isso significa que aqueles que se denominam pós-custodiais estarão sempre “nadando contra a maré” em qualquer sociedade e em qualquer tempo.

Upward (1996) cita o papel dos pós-modernos na desconstrução dos dualismos modernos. Esses dualismos são oriundos do pensamento racional, caracterizado pela divisão de conceitos relacionados. Quanto ao pensamento arquivístico, nota-se que esse é fortemente marcado por dualismos: documentos correntes e históricos, documentos públicos e privados, custódia e não-custódia, etc. Quanto ao último, Upward ratifica seu entendimento sobre o pós-custodialismo, indicando que essa abordagem surgiu do colapso da confiança nos regimes de custódia física. Esse colapso, de acordo com Flynn (2001), justifica-se pelas seguintes razões: o aumento da demanda pelo acesso aos documentos para fins não históricos, sobretudo sob os preceitos de leis de acesso à informação; o abismo existente entre os *records managers* e *archivists*; e o uso de fontes não arquivísticas por historiadores como fator que prejudica o *status* dos arquivos como fontes de pesquisa. Entretanto, as abordagens pós-custodiais não substituirão as custodiais, isto é, não ocorrerá um processo de ruptura. Sobre a referida questão, Upward finaliza:

Em resumo, as abordagens pós-custodiais não precisam significar uma ruptura com o passado, apesar de sua ênfase na guarda física. Abordagens pós-custodiais já tinham surgido no momento do colapso da confiança na capacidade de lidar com regimes lineares de custódia física. Eles envolvem uma nova maneira de pensar sobre arquivos e gestão de documentos e, como tal, fornecem uma nova análise, novas formas para considerarmos diferentes associações de ideias e um paradigma que é sentido intuitivamente [...]. E as abordagens pós-custodiais desenvolvem um trabalho através do entendimento de custódia contínua e sobre as responsabilidades e autoridades envolvidas. Elas se constituem de novas orientações para as questões arquivísticas, diferentes formas de aplicar nossas habilidades e conhecimentos e em novas direções profissionais. Embora tenham surgido antes das considerações sobre a gestão de documentos digitais, isso não precisa resultar em uma divisão da profissão, a não ser que permitamos o desenvolvimento de um novo dualismo. (UPWARD, 1996, tradução nossa).

Ao analisar as relações entre custódia e o processo de armazenamento da memória, Upward (1997) trata da questão da informação como recurso alocativo e autoritário. Como recurso alocativo, a informação registrada consiste no produto material para a ação e fonte para uma ação futura. Já como recurso autoritário, a informação registrada torna-se um meio de constituir a sociedade e as relações governamentais. Para tratar do disposto, o autor se utiliza da noção de cadeia de custódia de Jenkinson comparada à noção de custódia distribuída. Upward (1997) estabelece que em um ambiente digital a distribuição das responsabilidades é mais espacial do que temporal, isso significa:

As mudanças em nossas tecnologias produziram mudanças nos meios de produção de documentos, refletindo ambientes distribuídos. Se estamos para armazenar os documentos como um recurso autoritário, temos que considerar o efeito que isso causa na sua representação, recuperação e disseminação. As melhores práticas para a defesa das qualidades autoritárias dos documentos já não podem mais ser vistas como uma cadeia linear, e o desafio é estabelecer novas formas de responsabilidades legitimadas para o armazenamento de documentos e para a custódia que reconhece as mudanças que ocorreram. (UPWARD, 1997, tradução nossa).

Ao analisar a custódia distribuída como conceito fundamental no âmbito do pós-custodialismo, Hurley (1994) afirma que:

o pós-custodialismo consiste na aplicação, dentro de um domínio, de uma série de regras de *recordkeeping* independentemente do local onde os documentos são mantidos dentro do sistema e independentemente de quem (desde que autorizados) as implementem. Para se ter custódia distribuída dentro de um determinado domínio, você deve primeiro identificar alguma porção do todo (e estabelecer regras especiais aplicadas apenas a essa

porção), então a custódia dessa porção pode ser “distribuída” juntamente com a responsabilidade da aplicação das regras especiais. Custódia distribuída, em outras palavras, só faz sentido sob o ponto de vista da instituição arquivística. (HURLEY, 1994, tradução nossa).

Sobre a “teoria do *continuum*”, Upward (1996) aborda a relevância da Teoria de Estruturação do sociólogo inglês Anthony Giddens e afirma que essa serviu de fundamento para o desenvolvimento do *records continuum*, à medida que fornece uma visão geral que explica a complexidade abordada acima. Com o intuito de descrever a identificação de princípios estruturais em sistemas sociais, a Teoria da Estruturação de Giddens pode ser aplicada ao campo dos arquivos pela análise da forma de como o fazer arquivístico está institucionalizado e pela forma de como a profissão defende sua própria existência. De acordo com Upward (1996), teóricos da área buscaram identificar alguns desses princípios estruturais, como Luciana Duranti, nos casos do *archival bond* e *archival limit*, Sir Hilary Jenkinson, nos casos de *moral defence*, *physical defence* e *chain of custody* e também por Ian Maclean, na reanálise desses conceitos clássicos. Upward (1996) afirma que esses princípios estruturais se tornam flexíveis, no seu modo de expressão e implementação, no âmbito da prática arquivística. Com base no exposto, o autor apresenta um ponto de partida para o que pode constituir os princípios estruturais do *continuum*:

- Um conceito de documentos que é inclusivo quanto aos documentos de valor contínuo, que reforça seu uso para propósitos transacionais, comprobatórios e de memória, e que unifica abordagens para arquivamento/manutenção de documentos, se os documentos são mantidos por uma fração de segundo ou um milênio;
- Um foco nos documentos como entidades lógicas, ao invés de físicas, independentemente se eles estão contidos em papéis ou em formas eletrônicas;
- A institucionalização do papel da profissão de arquivista requer uma ênfase particular sobre a necessidade de integrar o *recordkeeping* aos processos e finalidades sociais e administrativos;
- A Arquivologia é a base para a organização do conhecimento sobre o *recordkeeping*.

Tendo em consideração o caráter espaço-temporal do modelo, Upward (2000) novamente recorre a Giddens²⁹, dessa vez utilizando-se da teoria de distanciamento entre espaço e tempo. O autor se baseou na proposta de quatro camadas interativas de distanciamento de Giddens, a primeira mais próxima de uma ação e a quarta do espaço-tempo. As quatro regiões são:

- Interseções de regiões e uma propagação espacial para longe dos contextos imediatos da interação;
- Rotinização, que fornece uma propagação temporal para longe dos contextos imediatos da interação;
- Distanciamento de tempo-espaço; e
- Formas de totalidade social.

Com o intuito de contextualizar essas ideias sobre distanciamento entre espaço e tempo ao âmbito da Arquivologia, Upward (2000) as relacionam aos processos arquivísticos de criação, captura, organização e pluralização:

- Criar equivale a um momento onde indivíduos estão engajados em exercer atividades como fontes criativas. A informação registrada propaga-se para longe de seu ato originador. A criação é uma dimensão de interseção;
- Capturar equivale a um momento em que as comunicações são trazidas para uma estrutura que permite uma utilização consistente e coerente de informações por grupos de pessoas. Isso envolve a adição de informações sobre as informações registradas e a sua comunicação, metadados, que desencaixam a informação do contexto imediato de sua criação. A captura é uma dimensão de rotinização.
- Organizar equivale à necessidade de empacotar informações através de uma gama de participantes que não compartilham das mesmas

²⁹ GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

estruturas de interação do grupo. Comumente, entendimentos e estruturas navegáveis têm de ser instituídos no âmbito dos sistemas para que a informação possa ser compartilhada em um espaço-tempo diferente. Este é um processo que poderia ser descrito como a organização da memória. É o principal *locus* de distanciamento do espaço-tempo.

- Pluralizar equivale ao processo de transmissão de informação para pontos além de contextos organizacionais em formas de totalidades sociais, ainda mais distantes das organizações, e todas as visões pessoais do indivíduo, dentro do qual os processos de criação e captura tiveram lugar. Esta é uma região nebulosa nos alcances mais amplos do espaço-tempo, envolvendo a memória como é formada através de totalidades sociais. Envolve o uso de informações de maneiras que são menos previsíveis ou controláveis.

Upward (1996) apresenta as propriedades do *records continuum* por meio de um modelo constituído de eixos, coordenadas e dimensões (Figura 11). Os quatro eixos, que sintetizam grandes temas da Arquivologia — identidade, evidência, transação e *recordkeeping* —, apresentam coordenadas que se vinculam por meio de dimensões, representadas no modelo mediante círculos concêntricos. O autor salienta que o modelo é contínuo e se trata de um construto espaço-temporal, e não de um ciclo vida.

Dando início à explanação sobre os elementos do modelo, Upward (1996) analisa os eixos e suas respectivas coordenadas, a saber:

- Eixo *recordkeeping*: esse eixo trata dos meios utilizados para o registro de informações sobre atividades humanas. Suas coordenadas compreendem documento, documento arquivístico, arquivo e arquivos. O documento consiste em uma representação de uma ação. O documento, ainda que não comunicado, ou caso já tenha sido, não apresenta formas para se identificar seu contexto de comunicação, exceto pelo conteúdo, contexto e estrutura do próprio documento. A segunda coordenada equivale ao documento arquivístico, esse já ligado a outros documentos — dotado de organicidade. Upward (1996) afirma

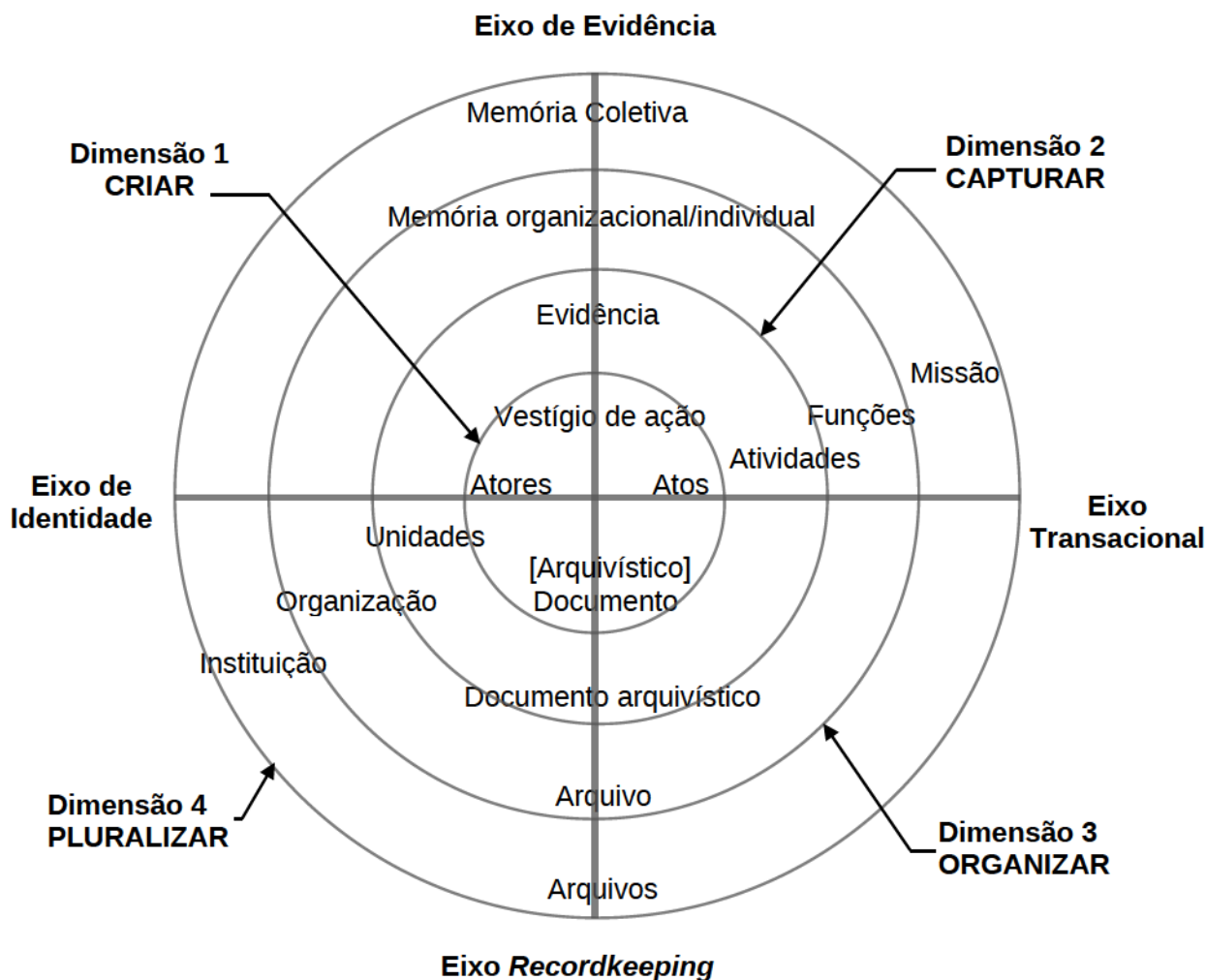
que o documento arquivístico deve possuir camadas adicionais de contexto, a fim de que possa se “desencaixar” da condição de um simples documento, a partir de uma relação mais estreita com seu contexto de criação. O arquivo baseia-se em um conjunto de documentos arquivísticos de uma instituição. Por fim, os arquivos consistem na forma plural de arquivo, constituindo-se de documentos pertencentes a inúmeras instituições, seja pela transferência espacial ou temporal entre instituições.

- Eixo de evidência: esse eixo corresponde aos vestígios das ações, na evidência que os documentos podem fornecer e nas implicações exercidas na memória institucional e coletiva. Upward (1996) faz menção à abordagem australiana de *continuum* desenvolvida na década de 1950, que tinha como um de seus pressupostos a capacidade de um sistema de *recordkeeping* bem construído controlar documentos como vestígios de ações, agregando-lhes evidência e provendo memória às instituições. Ademais, o autor salienta que Peter Scott adicionou o último “tijolo” para a abordagem de *continuum* ao desenvolver o *series system*.
- Eixo Transacional: esse eixo apresenta ato, atividades, funções e missões como coordenadas. Os documentos são registros de atividades desempenhadas, transações³⁰, para a condução de negócios e essas atividades criam relações entre os documentos. As funções de uma instituição podem ser desdobradas em subcategorias — funções, atividades e atos. Já a missão está relacionada às funções de uma instituição a partir de uma perspectiva social mais ampla.
- Eixo de identidade: esse eixo é representado pelos responsáveis pela produção e uso de documentos — atores, unidade organizacional a que o ator está associado, a organização a qual a unidade organizacional está associada e a instituição, que consiste na maneira como as identidades dos demais elementos são institucionalizadas e possuem um amplo reconhecimento social. Upward (1996) assinala que esse é o

³⁰ De acordo com o NAA (2007), transação possui três significados: a menor unidade de uma atividade organizacional; o terceiro nível do *Business Classification Scheme* (BCS); e o processo de uma solicitação que está sendo realizado em um *website*, o serviço que está sendo recebido e/ou o reconhecimento dessa solicitação. No contexto do *records continuum*, a transação possui um significado mais amplo, já que é usado de forma genérica para se referir a atos, funções e atividades.

eixo da proveniência, responsável pelos dois principais temas da Arquivologia, a noção de que os documentos devem estar ligados a um criador e de que os documentos refletem as autoridades e responsabilidades que apoiam um ato.

Figura 11 – Modelo Records Continuum - 1996



Fonte: Adaptado de Upward (1996).

Apresentamos uma síntese de nosso entendimento quanto aos eixos e às coordenadas do modelo *records continuum* por meio do quadro a seguir. Destacamos que Upward (1996) não faz uma análise detalhada quanto à definição de todos os elementos e entidades constantes nos eixos e coordenadas, situações essas em que constarão a designação “não especificado pelo autor” no quadro em questão. No que diz respeito à tarefa de definição dos termos, ou seja, o processo de escolha dos

termos para designar os elementos e entidades, Upward (2000, p. 125, tradução nossa) afirma que “nomear as partes é uma tarefa onerosa na modelagem da complexidade, e defini-las sempre levanta a questão da percepção cultural e profissional”.

Quadro 9 – Síntese do entendimento sobre os eixos e coordenadas do modelo *records continuum*

(continua)

Eixos		Coordenadas	
Entidades	Definição	Elementos	Definição
<i>Recordkeeping</i>	Meios utilizados para o registro de informações sobre atividades humanas.	Documento	Representação de uma ação.
		Documento arquivístico	Documento orgânico que se liga a outros documentos e possui contexto de produção facilmente identificado.
		Arquivo	Conjunto de documentos arquivísticos de uma instituição
		Arquivos	Documentos pertencentes a inúmeras instituições, seja pela transferência espacial ou temporal entre instituições.
Evidência	Vestígios de ações, evidências fornecidas por documentos e implicações exercidas na memória institucional e coletiva.	Vestígio de ação	Os sistemas de <i>recordkeeping</i> controlam documentos como vestígios de uma ação.
		Evidência	Os sistemas de <i>recordkeeping</i> agregam evidência aos documentos.
		Memória institucional/ individual	Os sistemas de <i>recordkeeping</i> fornecem memória às instituições.
		Memória coletiva	Os sistemas de <i>recordkeeping</i> fornecem memória coletiva.
Transação	Registro de atividades desempenhadas para	Ato	Subcategoria de atividade.
		Atividades	Subcategoria de função. Meios para a condução de negócios.

(conclusão)

Eixos		Coordenadas	
Entidades	Definição	Elementos	Definição
	a condução de negócios.		Criam relações entre os documentos.
		Funções	Não especificado pelo autor.
		Missão	Funções de uma instituição a partir de uma perspectiva social mais ampla.
Identidade	Responsáveis pela produção e uso de documentos.	Ator	Não especificado pelo autor.
		Unidade	Unidade organizacional a que o ator está associado. A unidade pode ser o próprio ator.
		Organização	Entidade a que a unidade organizacional está associada. A organização pode consistir em apenas um ator ou em uma unidade organizacional.
		Instituição	Institucionalização da identidade dos demais elementos com amplo reconhecimento social.

Fonte: Elaboração própria.

Posteriormente, Upward (1996) apresenta o que denomina as dimensões do modelo, que correspondem à conexão das coordenadas presentes nos eixos. O autor salienta que “as dimensões não são limites, as coordenadas não estão invariavelmente presentes e as coisas podem acontecer simultaneamente através das dimensões” (UPWARD, 1996, tradução nossa). De acordo com Upward (1997), as dimensões são identificadas como: criação de documentos, captura de documentos, organização da memória pessoal e institucional e pluralização da memória coletiva.

- Primeira dimensão – Criar: sistema de comunicação prévia para a criação de documentos no âmbito de sistemas eletrônicos (criar o vestígio);
- Segunda dimensão – Capturar: sistema de comunicação posterior, por exemplo, uma funcionalidade de registro tradicional que adiciona dados para a vinculação de documentos, os dissemina e os mantém com a inclusão de dados sobre a destinação (capturar vestígio como documento);
- Terceira dimensão – Organizar: sistema que envolve a construção, rememoração e disseminação da memória institucional (organizar o documento-como-memória);
- Quarta dimensão – Pluralizar: sistema de construção, rememoração e disseminação da memória coletiva — social cultural e histórica —, incluindo informação sobre o tipo necessário para um sistema de informação arquivística (Pluralizar a memória).

Upward (1996), com o intuito de fazer uma contextualização, associa os eixos, coordenadas e dimensões do modelo a significativos fatos relativos ao desenvolvimento ocorrido na esfera da Arquivologia australiana nas décadas de 1950 e 1960. Ao final de cada exemplo, o autor apresenta a entidade do modelo a qual o assunto está relacionado.

- Na década de 1950, grandes esforços foram despendidos no estudo de diferentes tipos de ação, na forma como essas eram sequenciadas e como os dossiês poderiam ser construídos para receber documentos de acordo com a ordem dos processos administrativos (eixo transacional);
- Uma grande atenção foi dada à forma como os sistemas de registro deveriam operar. O fato de grande parte dos documentos de um órgão não estarem registrados resultou na utilização de conjuntos documentais, agrupados de acordo com a forma de trabalho e as necessidades das unidades organizacionais (segunda dimensão);
- A memória dos órgãos era controlada por meio de técnicas de pesquisa e destinação que assumiam que poderia haver uma fonte principal de

memória no registro, e que a informação necessária sobre documentos adicionais que estavam em conjuntos documentais separados ao longo do órgão poderia ser consolidada na documentação de pesquisa e destinação (terceira dimensão);

- A utilização do *series system* em documentos que não estavam sob a custódia de um órgão. O sistema também foi utilizado como uma forma de tratar os elementos presentes no eixo vertical do modelo de forma distinta dos elementos presentes no eixo horizontal. Essas duas vertentes distintas eram conectadas por meio de técnicas de referência cruzada (quarta dimensão).

Apesar de apontado como criador do modelo *records continuum*, Upward faz questão de evidenciar em suas publicações o caráter colaborativo empregado na construção e no aperfeiçoamento do modelo. Entendemos, com base nos artigos do autor, que a abordagem baseada no *continuum* não é uma invenção de Upward, mas sim, fruto da evolução teórico e prática da Arquivologia australiana iniciada na década de 1960. O papel de Upward foi o de articular as principais ideias da abordagem australiana em um modelo teórico. Quanto à criação, Upward destaca a colaboração de importantes teóricos não australianos, como Terry Cook, David Bearman e Richard Brown, e principalmente dos membros do RCRG. Sue McKemmish exerceu um papel de destaque na construção do modelo, já Livia Iacovino contribuiu com seu *background* sobre as relações entre o Direito e a Arquivologia. Upward também salienta a importância de Chris Hurley na realização de análises e exposições do modelo em seminários. A Don Schauder, Upward atribui uma importante contribuição no que se refere à teoria da estruturação de Giddens. Glenda Acland também é mencionada pelos subsídios fornecidos. McKemmish (2001) notabiliza que essa comunidade arquivística inspirada na abordagem do *continuum*, a qual emergiu durante a década de 1990, passou boa parte de sua atuação profissional no CAO, durante as décadas de 1970 e 1980. Dessa forma, podemos inferir que o *records continuum* deriva de uma evolução das abordagens desenvolvidas por Maclean, Scott e Penny.

A representação gráfica do modelo também foi objeto de discussão, sobretudo acerca da sua capacidade de exprimir as características fundamentais do modelo. Em

primeiro lugar, considerando os fatos de os eixos e as dimensões serem dependentes entre si e a possibilidade de o documento existir ao mesmo tempo em todas as dimensões, percebemos que essa compreensão se torna dificultada, haja vista o trabalho prático do arquivista que tende a focar em situações específicas. Entretanto, Reed (2005) explica que o *recordkeeping* é complexo e explicações lineares reduzem seu poder de interação. Reed (2005) salienta que a utilização de círculos para a representação gráfica do modelo não se mostrou expressiva para alguns arquivistas. Segundo ela, o problema está na representação por meio da transposição do modelo para um papel essencialmente plano e bidimensional, enquanto a exigência está na representação por meio de um objeto tridimensional posicionado no tempo e no espaço. A autora cita que algumas tentativas de melhor expressar o modelo já foram realizadas, inclusive uma realizada pelo americano Brien Brothman, que consiste em uma representação que se assemelha a uma cadeia de DNA, girando e contínua³¹. Quanto a representação de Upward, Reed (2005), perfilha pela utilização de linhas porosas ou levemente transparentes, a fim de indicar um limite que pode ser transpassado ou não, em diferentes tempos e de diferentes formas.

Para a arquivista inglesa Sarah Flynn (2001), o *layout* circular do modelo *records continuum* — em vez de linear, visto que a linearidade caracteriza a representação diacrônica do ciclo vital dos documentos — demonstra sua natureza sincrônica, posto que os documentos não estão fixados em nenhum estágio, podendo estar simultaneamente em mais de um.

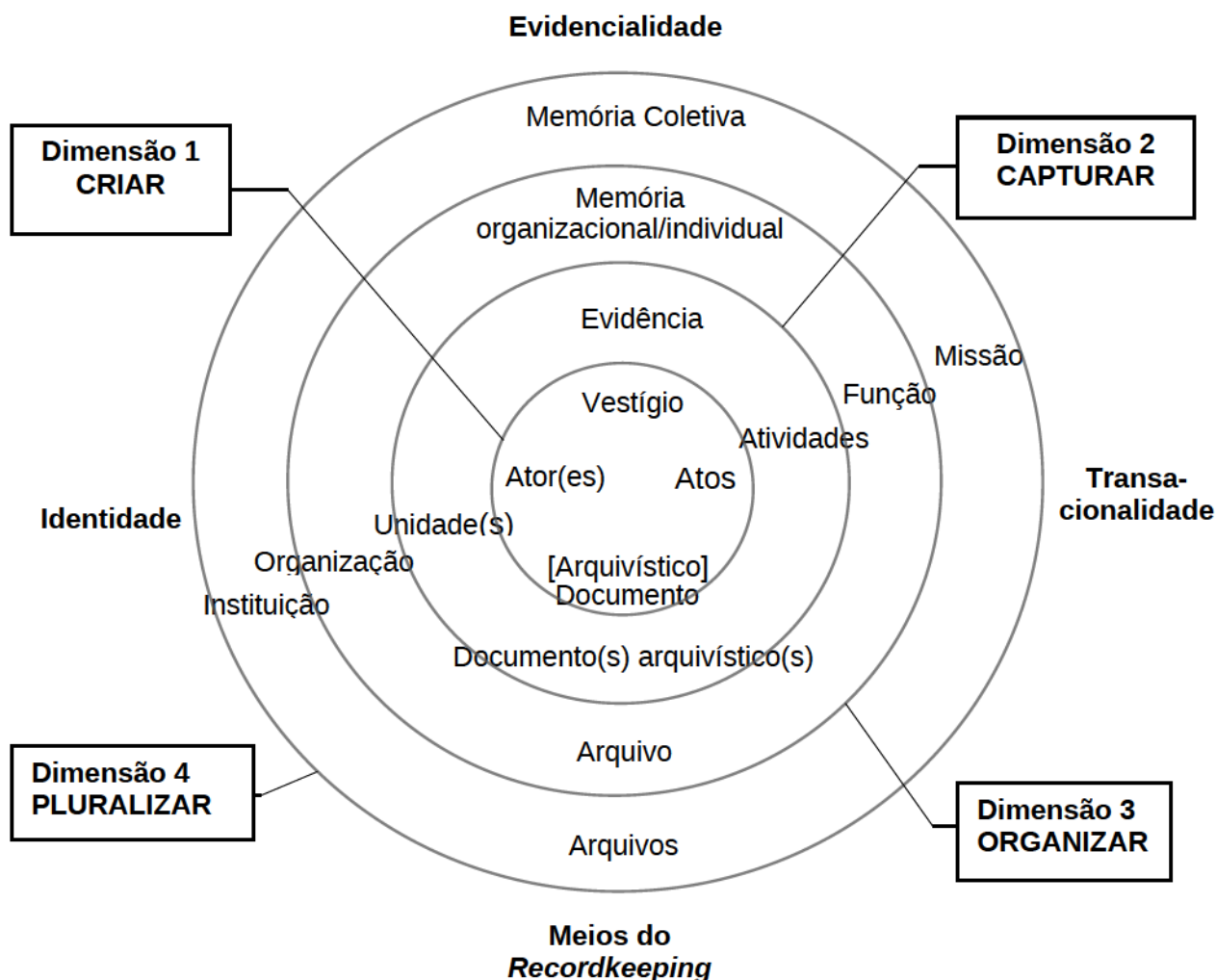
Upward (2000) em abordagem posterior, apresentou algumas modificações para a representação gráfica prenunciadora. Primeiramente, o autor optou por retirar do modelo as linhas sólidas que representavam os eixos, visto que essas poderiam representar limites entre as dimensões. Em seguida, embora não explicado pelo autor, constatamos a alteração da nomenclatura do eixo de *recordkeeping* para meios de *recordkeeping*³² e a substituição da forma em plural dos termos “atos”, “atividades”,

³¹ A referida representação é apresentada em BROTHMAN (2006).

³² Optamos por utilizar o termo “meios de *recordkeeping*” como tradução para o termo “*recordkeeping containers*”. Embora o termo “*container*” não conste na base de dados terminológica *Multilingual Archival Terminology* do ICA, verificamos sua utilização no termo “*medium*”, que corresponde ao termo “suporte”, em português. Salientamos que o termo suporte - material no qual são registradas as informações – é insuficiente para atender a nossa finalidade, haja vista a necessidade de abranger os termos arquivo e arquivos.

“funções” e “missões” para sua forma no singular. Apresentamos a representação gráfica do modelo de acordo com o proposto por Upward (2000).

Figura 12 – Modelo Records Continuum - 2000



Fonte: Adaptado de Upward (2000).

Inicialmente, quando da articulação do modelo *records continuum*, o intuito de Upward era utilizá-lo como uma ferramenta de ensino para comunicar abordagens de gestão documental baseadas na evidência (UPWARD, 2000). Entretanto, em uma análise mais detalhada, o autor sugere que o modelo consiste em um novo paradigma para a Arquivologia. Para o autor, a abordagem tradicional de *continuum*, a qual surgiu na década de 1960, não forneceu os elementos necessários para uma mudança

paradigmática, haja vista a conformidade com ideias desenvolvidas em outros países, comumente relacionadas à busca por uma continuidade/integração entre *records* e *archives*. Segundo o autor, a abordagem tradicional de *continuum* era um “novo movimento” dentro de um “jogo antigo”. Ao conciliar essa abordagem às novas tendências pós-custodiais, o autor afirma que foi necessária a definição de novas regras para um “novo jogo”. Dentro desse contexto, a mudança de visão fornecida pelo *continuum* consiste em uma mudança paradigmática.

Quanto à leitura do modelo, seu caráter espaço-temporal culmina em alguns questionamentos que estão diretamente ligados ao que Upward (2000) denomina “complexidades ocultas”, que podem resultar da leitura escalável do modelo, sem o emprego de determinações precisas de limites. No que se refere a esse aspecto, Upward explica:

Uma organização é, por exemplo, parte da dimensão organizar ou da dimensão pluralizar? Isso é retratado no meu modelo como uma agregação de grupos, mas também é uma forma generalizada de totalidade social. Onde os limites de uma organização começam e terminam? Há sempre potenciais organizações no âmbito das organizações, embora, em alguns casos, a organização possa exatamente coincidir com um grupo de trabalho. Onde você coloca um governo? Coloquei-o na dimensão plural, a menos que eu esteja considerando em relação a algo como um Parlamento quando ele se torna parte da dimensão da organização. E sobre as complexidades em relação à organização e pluralização causadas pela privatização, *extranets*, terceirização e outros múltiplos arranjos organizacionais? Nenhuma abordagem pode resolver essas complexidades, mas o *continuum* fornece as práticas recomendadas na identificação, descrição e análise delas. Ele fornece uma visão diferente do problema dentro do qual o nosso conhecimento detalhado pode ser rearranjado. (UPWARD, 2000, p. 123, tradução nossa).

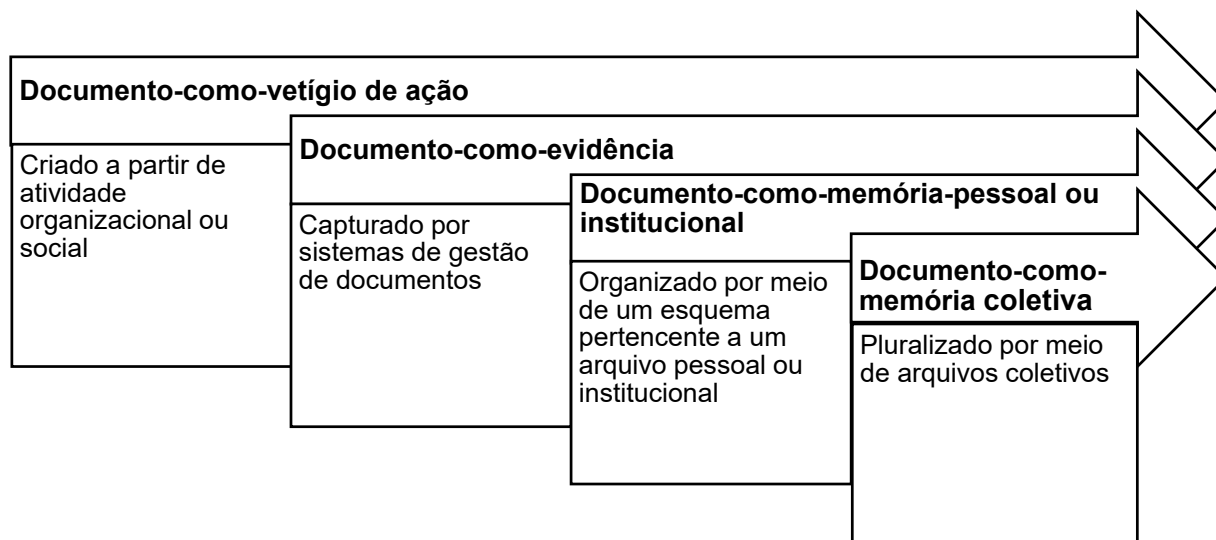
Fator decorrente da leitura do modelo está na sua tentativa de aplicação prática. Upward (2000) cita que esse aspecto consistiu em um dos grandes questionamentos desde a sua articulação. Para o autor, uma visão espaço-temporal traz um certo desconforto para os profissionais. Contudo, na sua compreensão, o modelo traz uma melhor visão da realidade do que uma abordagem que separa espaço e tempo. Para sustentar esse argumento, o autor cita que nos doze anos em que atuou como arquivista no CAO, tudo pôde ser descrito com base em uma abordagem de *continuum*. Ainda sobre a aplicação prática, Upward explica no que de fato consiste o modelo *records continuum*, já que quando na sua apresentação, em 1996, a mudança paradigmática ainda não era vislumbrada como possível.

Eu estou agora totalmente convencido que o *continuum* é uma mudança de paradigma, ao invés de um simples promotor dele. Ele nunca poderá fornecer uma visão completa ou satisfatória de uma prática detalhada, mas não é isso que um ponto de vista faz. Ele fornece uma visão geral para a reorganização de nosso conhecimento detalhado e aplica nossas habilidades em contextos influenciados pela tarefa que temos à frente. O *continuum* fornece uma maneira de explicar realidades complexas em relação ao que antes costumava ser considerado como as dimensões distintas de espaço e tempo. Como um ponto de vista, apresenta uma abordagem multicamadas e multifacetada que pode ser utilizada para reorganizar conhecimento e implantar habilidades. Está em maior sintonia com as comunicações eletrônicas e com a mudança tecnológica do que a visão de ciclo vital. (UPWARD, 2000, p. 128, tradução nossa).

Um dos mais importantes estudos sobre o modelo foi o realizado por Sue McKemmish, tendo seu cerne publicado no artigo *Placing Records Continuum Theory and Practice*, no periódico *Archival Science*, em 2001. Nele, McKemmish trata da evolução teórica e prática do *records continuum* na Austrália, do grande debate internacional quanto às novas interpretações sobre a teoria arquivística tradicional e da “reinvenção” da prática arquivística. Para a autora, o modelo *records continuum* foi construído com bases: em um conceito unificado de *records* e *archives*, que passaram a ser definidos como documentos de valor contínuo; em ideias sobre o caráter “fixo” e “mutável” dos documentos, o qual coincide na noção de o documento sempre estar em um processo de devir (*becoming*); e em articulações sobre o papel da Arquivologia na sociedade em relação à governança, transparência, identidade, memória e prestação de informações.

Para McKemmish (2001), a forma como se originam os documentos, na perspectiva do *continuum*, está estreitamente relacionada à sua natureza evidencial, transacional e contextual, rejeitando, dessa forma, abordagens que tem como foco o conteúdo e o valor informacional. O modelo *records continuum* proporciona uma visão multidimensional da criação dos documentos dentro de um contexto social e organizacional, conforme apresentado na Figura 13. Dentro da perspectiva do *continuum*, os processos de *recordkeeping* fixam os documentos criados dentro de um contexto social e organizacional, os preservam como evidência de uma atividade, a partir de seu desencaixe do contexto imediato de criação, e os fornecem camadas de metadados contextuais.

Figura 13 – Visão multidimensional da criação do documento dentro da perspectiva do *continuum*



Fonte: Elaboração própria.

Para McKemmish (2001), o modelo *records continuum* propicia um arcabouço para a interpretação do pensamento e da prática sobre documentos e arquivos. Como exemplo, os subsídios fornecidos por normas, políticas e diretrizes têm como intuito estabelecer regimes de *recordkeeping* confiáveis na terceira dimensão do modelo *records continuum*. Esses subsídios da terceira dimensão estabelecem sistemas e procedimentos para a criação e captura de documentos na primeira e segunda dimensões que fundamentam a evidência, bem como a capacidade de funcionar como memória individual, corporativa e coletiva. Para a autora, o *series system* proporciona a estrutura necessária para a quarta dimensão, ao garantir a representação dos contextos estruturais, funcionais e documentais de criação, gestão e uso. Ademais, a autora cita a relevância das pesquisas australianas referentes aos regimes de metadados arquivísticos, que proporciona subsídios para a captura de camadas de metadados que cumprem os requisitos associados com a primeira até a quarta dimensões. Ainda, a autora cita que a Diplomática proporciona meios para a criação de documentos como vestígios de ação na primeira dimensão e permite, na quarta dimensão, a interpretação da forma documental dos documentos através do espaço-tempo.

Um dos principais resultados proporcionados pelo desenvolvimento de estudos baseados no arcabouço teórico do *records continuum*, na Austrália, foi o desenvolvimento de um projeto de pesquisa pelo RCRG, intitulado *SPIRT Recordkeeping Metadata Project*, que teve como seu principal produto o *Recordkeeping Metadata Schema* (RKMS). De acordo com McKemmish (2001), esse projeto, também fundamentado no *series system* de Scott, tem como pressuposto o desenvolvimento de documentos vinculados a camadas contextuais de conhecimento, de modo a permitir a permanência dos significados ao longo do tempo. Assumindo o caráter reducionista dos modelos de metadados e descrição, haja vista a dificuldade de se representar a complexidade da realidade, McKemmish (2001) salienta que tais modelos, mesmo com limitações, são importantes para a representação e compreensão do contexto de criação dos documentos, para a construção de estruturas que reconheçam a natureza mutável e contingencial dos documentos e para o reconhecimento da importância dos arquivistas na criação e evolução dos documentos. A partir do referido projeto, tem-se a implementação de normas de metadados pelo *State Records Authority of New South Wales — New South Wales Recordkeeping Metadata Standard* — em 2001 e pelo NAA — *Australian Government Recordkeeping Metadata Standard* — em 2010.

Cumming (2010) enfatiza que nos últimos vinte anos, a teoria do *continuum* foi uma das que mais influenciou e modificou a prática arquivística. Podemos verificar suas perspectivas incorporadas à AS 4390, norma australiana de gestão de documentos de 1996 que foi utilizada como base para o desenvolvimento da ISO 15.489, primeira e segunda partes. Para a autora, alguns aspectos do modelo foram internacionalmente codificados, e têm sido ativamente aplicados em projetos de avaliação e destinação, no desenvolvimento de sistemas, em normas de metadados e em planos de preservação digital. Verificamos que a norma ISO 15.489 não traz na seção “termos e definições” o *records continuum*. Tal termo e respectiva definição foi encontrado apenas na versão australiana da norma.

O *records continuum* compreende toda a extensão da existência de um documento. Refere-se a um regime consistente e coerente de processos de gestão desde o momento da criação dos documentos (e antes da criação, no delineamento de sistemas de *recordkeeping*), por meio da preservação e uso dos documentos como documentos permanentes. (STANDARD AUSTRALIA INTERNATIONAL, 2002, tradução nossa).

Para Cunningham (2008), a norma AS 4390 incorpora elementos conceituais do *records continuum*. Entretanto, apesar da relevância do modelo à época da criação da referida norma, constatou-se que boa parte da equipe do NAA ainda não estava familiarizada com as ideias manifestas no modelo. Em 1998, com o intuito de preencher essa lacuna, o RCRG promoveu uma série de treinamentos para os funcionários do NAA, para que esses obtivessem o conhecimento necessário acerca do *records continuum*. Como resultado, Cunningham (2008) destaca o lançamento do *website e-permanence* pelo NAA, que compilava normas e diretrizes de *recordkeeping*, as bases do DIRKS e a norma de metadados arquivísticos.

Não obstante Cumming (2010) reconheça a presença de perspectivas fornecidas pelo modelo *records continuum* na norma ISO 15.489, Upward (2000) considera que a metodologia DIRKS — utilizada como fundamento da referida norma — é expressa de forma linear, baseada em estágios e em um paradigma antigo de análise de sistemas de informação. Para o autor, a metodologia DIRKS pode conter algumas inconsistências no que tocam ao desenho de um sistema, mas seu conteúdo pode ser bastante útil, quando aliada à visão proposta pelo *continuum*.

A maneira como Reed (2005) interpreta o modelo *records continuum* está ligada à própria representação gráfica do modelo, que corresponde, grosso modo, a uma sobreposição círculos concêntricos. Optando por iniciar sua análise de dentro para fora, ela trata das dimensões do modelo, representadas pelos círculos, e de seus principais aspectos. A primeira dimensão (criar), para a autora, representa o *locus* da ação, ou seja, a área onde as ações acontecem, incluindo as representações das ações em documentos³³. As coisas que estão dentro desta dimensão estão em processo de formação, provavelmente se tratam de versões ou expressões parciais. Dessa forma, os documentos têm potencial para moverem-se além do *locus* criação, mas esse potencial é incipiente, não pela ausência dos elementos de robustez necessários, mas pela falta da explicitação de conexões, fatos que ainda não permitem o documento ser considerado arquivístico. A jornada para o alcance do caráter arquivístico inicia-se na segunda dimensão (capturar), no instante em que o documento é comunicado ou conectado por meio de relacionamentos com outros documentos. Agora, na segunda dimensão, os documentos passam a atestar

³³ Reed (2005) utiliza o termo *document* para se referir aos registros de ações que não possuem caráter arquivístico e *records* para se referir aos documentos arquivísticos.

evidências de ações e podem ser distribuídos, acessados e entendidos pelos envolvidos nas atividades organizacionais. Ademais, são adicionados metadados para tornar possível o conhecimento do contexto dos documentos. Cabe frisar que a transição dentro da segunda dimensão pode ser formal ou informal, pode envolver um ato deliberado de registro em um sistema organizacional, ou uma intenção de representação pela inclusão ou agrupamento.

A terceira dimensão (organizar) representa uma agregação além das instâncias individuais de sequências de ações, a partir do provimento de elementos explícitos necessários à garantia da disponibilidade dos documentos ao longo do tempo, excedendo os limites imediatos dos ambientes de ação. Aqui, os documentos são conciliados a vários outros documentos que derivam de sequências de ações empreendidas para múltiplos propósitos. Essa é a dimensão dos arquivos ou fundos, isto é, todos os documentos acumulados por uma instituição para formar a memória pessoal ou institucional. Essa dimensão, em um nível de execução, é afeta ao estabelecimento de políticas ou regras referentes às dimensões de criação e captura. A quarta dimensão (pluralizar) é o ambiente social mais amplo em que os documentos são operacionalizados — o ambiente legal e regulatório que traduz as exigências sociais, distintas para cada sociedade e período, do *recordkeeping*. Essa dimensão representa a capacidade e o documento existir além dos limites da entidade criadora e proporciona o ambiente necessário para garantir documentos capazes de satisfazer as demandas daqueles que não estão envolvidos nas ações de criação, captura e organização. Por fim, a quarta dimensão envolve a garantia de que os documentos estarão disponíveis para serem revistos, acessados e analisados para fins históricos, de *accountability* externo e para atravessar fins organizacionais, pelo tempo que for necessário.

Quadro 10 – Principais aspectos das dimensões do modelo *records continuum*

(continua)

Dimensão	Principais características
Primeira – Criar	<ul style="list-style-type: none"> • Área onde as ações acontecem; • Versões ou expressões parciais de documentos; • Documentos com potencial arquivístico.
Segunda – Capturar	<ul style="list-style-type: none"> • Documentos atestam evidências de ações;

(conclusão)

Dimensão	Principais características
	<ul style="list-style-type: none"> • Adição de metadados para tornar possível o conhecimento do contexto dos documentos; • Documentos comunicados ou conectados por meio de relacionamentos com outros documentos; • Documentos arquivísticos;
Terceira – Organizar	<ul style="list-style-type: none"> • Provimento de elementos explícitos necessários à garantia da disponibilidade dos documentos ao longo do tempo; • Arquivos ou fundos; • Documentos acumulados por uma instituição para formar a memória pessoal ou institucional; • Estabelecimento de políticas ou regras referentes às dimensões de criação e captura.
Quarta – Pluralizar	<ul style="list-style-type: none"> • Ambiente legal e regulatório que traduz as exigências sociais do <i>recordkeeping</i>; • Capacidade de o documento existir além dos limites da entidade criadora; • Documentos disponíveis para serem revistos, acessados e analisados para fins históricos, de <i>accountability</i> externo e para atravessar fins organizacionais, pelo tempo que for necessário.

Fonte: Elaboração própria.

Em referência aos eixos do modelo, Reed (2005, p. 3) salienta que esses “agem em harmonia e também podem ser vistos como efeitos recíprocos verticais ou horizontais, que se dobram para conhecer uns aos outros”. Isso significa que os eixos de evidência e *recordkeeping* detêm uma estreita relação recíproca. Como arquivistas, estamos particularmente interessados em assegurar que o *recordkeeping* e seus meios encontrem requisitos para fornecer evidência de ações. Similarmente, a forma como o eixo transacional se relaciona com o de identidade representa o modo como as sociedades e as organizações estruturam-se para realizar suas funções.

Tendo em vista a significativa relevância dada ao caráter evidencial dos documentos na esfera do modelo *records continuum*, julgamos importante a análise de Livia Iacovino (2005), que interpreta o modelo conforme as relações entre o ganho

de evidência dos documentos dentro das dimensões do modelo e seu respectivo impacto jurídico. A autora parte do pressuposto básico da evolução do caráter evidencial de registros de transações em meios de *recordkeeping*: a evidência legal como um vestígio de ação (primeira dimensão) ganha um maior peso probatório como parte de um sistema de *recordkeeping* (segunda dimensão) e também garante uma memória institucional e social autêntica (terceira e quarta dimensões). A fim de melhor ilustrar o disposto, apresentamos no quadro a seguir as dimensões jurídicas do modelo *records continuum*.

Quadro 11 – Dimensões jurídicas dos processos de *recordkeeping* sob a perspectiva do modelo *records continuum*

(continua)

1. Criar como um documento	
como <i>vestígio de uma ação</i>	Evidência legal
como <i>produto de uma transação</i>	Procedimentos requeridos pela lei ou implícitos na lei Consequências legais Sanções e penalidades
como <i>produto de um ator</i>	Autoria Responsabilidades legais e profissionais
2. Capturar como um documento arquivístico	
como <i>evidência</i>	Direitos e deveres
como um <i>registro de atividades</i>	Procedimentos exigidos pela lei ou implícitos na lei Consequências legais Sanções e penalidades (retenção de provas)
<i>Nível de documento</i>	Leis evidenciais e cumprimento (reoperação do aspecto de captura dos sistemas de <i>recordkeeping</i>)
<i>Nível de unidade organizacional</i>	Propriedade (intelectual ou real) Competências e permissões legais
3. Organizar como memória	
<i>memória institucional</i>	<i>Accountability</i> legal da organização
como um <i>registro da função</i>	Leis substantivas: universal; leis específicas da indústria; códigos/práticas

como <i>nível do arquivo da organização</i>	Relato de responsabilidade Personalidade legal Legislação específica da entidade Competências legais e morais
4. Pluralizar como memória coletiva	
<i>Memória histórica e social</i> como <i>registro da finalidade</i> como <i>arquivos</i> no <i>nível institucional</i>	Evidência autêntica ao longo do tempo Mandatos/missões legais Responsabilidade com terceiros: legislação arquivística; leis de acesso à informação; leis de acesso/difusão Mandatos/ Poderes legais Permissão da legislação

Fonte: Adaptado de IACOVINO (2005).

Explanando as dimensões jurídicas, Iacovino (2005) afirma que a primeira dimensão identifica os impactos dos requisitos legais sobre os documentos que são criados, quer tenham capacidade para serem usados como evidência — no contexto legal australiano, qualquer vestígio documental de um fato ou evento pode ser admitida como prova legal —, quer a específica documentação de uma transação seja requerida por lei, e quer existam consequências legais ou morais pela não documentação, incluindo sanções ou penalidades. A segunda dimensão está relacionada com a evidência de direitos e deveres. Para tanto, a organização deve demonstrar que os processos e sistemas de *recordkeeping* são operados de forma consistente e confiável como parte normal das funções organizacionais. Na terceira dimensão, a lei está relacionada ao *accountability* da organização, requerendo o exercício da memória institucional de várias formas. Como exemplo, a autora cita leis que obrigam órgãos a manterem documentos por determinados prazos para garantirem a realização de transações. A quarta dimensão compreende o ambiente social e legal do *recordkeeping*. Nesse ponto, a lei está vinculada à manutenção a longo prazo da evidência mesmo com mudanças na organização.

Conforme proposto no objetivo desta pesquisa, iniciaremos uma análise do modelo *records continuum* como instrumento de elucidação às limitações apresentadas pelo ciclo vital dos documentos. McKemmish (2001) estabelece que a teoria australiana baseada no *continuum* passou a rejeitar, conscientemente, a visão

de ciclo vital dos documentos que dominou a Arquivologia norte-americana durante o século XX. A proposição de que se deve evidenciar a gestão do documento e não da “reliquia” de Glenda Acland (1992) dispõe que o ponto central da Arquivologia é a evidência e não a informação. Com isso, os arquivistas não lidam com *bits* de informação flutuando livremente, mas sim com a expressão documental dos documentos. De acordo com Acland (1992, tradução nossa), “uma mudança nessa tradicional mentalidade arquivística resultará na gestão dos documentos e do seu *continuum*, e não de relíquias no estágio final do ciclo vital dos documentos”.

Já Cook (2000), salienta que o modelo *records continuum* consiste no modelo para arquivos mais inclusivo do mundo. Para o autor, o fato de contemplar evidência e memória no mesmo eixo, dois lados inquietos da “moeda arquivística”. Para o autor:

O modelo *continuum* também compreende um movimento ao longo do espaço-tempo, reconhecendo que os documentos arquivísticos e seus metadados estão continuamente se modificando, se transformando e ganhando novos significados, em vez de permanecerem fixos, objetos estáticos e que isso também ocorre na puramente arquivística quarta dimensão. Ele também inclui um *insight* pós-moderno, em que o metadado arquivístico “deve ir além das questões de confiabilidade e autenticidade para considerar relações e contexto, uso e poder”. (COOK, 2000, tradução nossa).

A comparação entre o *records continuum* e o ciclo vital de documentos realizada por McKemmish (1997) sobreleva algumas das principais características do *continuum* e evidencia algumas das limitações do ciclo vital ante à realidade digital:

A perspectiva do *records continuum* pode ser contrastada com a do ciclo vital. O ciclo vital argumenta que nele são claramente definíveis estágios no *recordkeeping*, e cria uma nítida distinção entre a gestão de documentos correntes e permanentes. O *records continuum*, por outro lado, tem fornecido aos arquivistas australianos uma maneira de pensar sobre a integração da gestão de documentos e permanentes. O ciclo vital vê os documentos passando através de estágios, até que eventualmente “morram”, exceto para os “escolhidos” que reencarnam como arquivos permanentes. Uma abordagem baseada no *continuum* sugere a integração de dimensões no espaço-tempo. Os documentos são “fixados” no tempo e no espaço a partir do momento da sua criação, mas os regimes de *recordkeeping* os levam adiante e permitem a sua utilização para propósitos múltiplos, entregando-os às pessoas que vivem em espaços e tempos diferentes. (MCKEMMISH, 1997, tradução nossa).

Nesse aspecto, McKemmish (2001) considera como característica marcante do *records continuum* a sua capacidade de proporcionar uma abordagem unificada para a gestão de *records* e *archives*, visto que a visão de *continuum* vai além dos dualismos próprios do ciclo vital dos documentos. Como exemplo, McKemmish (2001) afirma que o dualismo documento-como-memória *versus* documento-como-evidência desaparece na perspectiva do *continuum*. Segundo a autora:

Em uma visão de *continuum*, a capacidade de os documentos funcionarem como instrumentos de governança e *accountability* formam a memória, moldam a identidade e fornecem valor às fontes de informação, e estão ligadas com suas qualidades de evidência — sua transacionalidade e contextualidade. Nessa visão, os documentos não podem ser categorizados ou como evidência ou como memória. Eles são ambos. É a sua natureza evidencial que os distingue de outras formas de informação registrada e lhes permite exercer seu papel particular na formação da memória e no molde da identidade. (MCKEMMISH, 2001, p. 352, tradução nossa).

O estudo da chinesa Xiaomi An (2003) sobre o modelo *records continuum* está estritamente vinculado à sua comparação com o ciclo vital dos documentos. Esse cotejo, segundo a autora, consiste na melhor forma de compreender os mecanismos práticos do modelo. Para a autora, o *records continuum* difere do ciclo vital nos seguintes aspectos: origens do modelo; elementos de definição dos documentos; principais interesses na gestão de documentos; padrões de movimento dos documentos; perspectivas do *recordkeeping*; processos de *recordkeeping*; critérios para a seleção de *archives*; momento da avaliação; o papel dos gestores de *recordkeeping*; e o empreendimento de atividades de gestão de documentos. Em seguida, a autora apresenta uma comparação entre o modelo *records continuum* e o ciclo vital dos documentos, utilizando-se dos referidos critérios, por meio do seguinte quadro:

Quadro 12 – Comparação entre o modelo *records continuum* e o ciclo vital dos documentos

(continua)

Aspectos do modelo	Ciclo vital dos documentos	<i>Records Continuum</i>
Origens	Desenvolvido a partir da necessidade do controle e gestão efetivos de documentos físicos	Desenvolvido a partir de uma maior exigência de se exercer o controle e gestão de

(continuação)

Aspectos do modelo	Ciclo vital dos documentos	<i>Records Continuum</i>
	após a II Guerra Mundial (meio século atrás)	documentos digitais (atualmente)
Elementos de definição dos documentos	Entidade física	<ul style="list-style-type: none"> • Conteúdo • Contexto • Estrutura
Principais interesses da gestão de documentos	<ul style="list-style-type: none"> • Centrado nos documentos, orientado para o produto • Foco nos documentos como entidades físicas tangíveis e na própria existência física dos documentos • “Mundo de papel” 	<ul style="list-style-type: none"> • Centrado na finalidade, processo orientado para o cliente • Foco na natureza dos documentos, processos de <i>recordkeeping</i>, comportamento e relacionamentos dos documentos em certos ambientes • “Mundo digital”
Padrões de movimento dos documentos	<ul style="list-style-type: none"> • Baseado no tempo: <i>records</i> passam por estágios até que eventualmente morram, exceto para os escolhidos que reencarnarão como <i>archives</i> • Sequência temporal: processos referentes aos documentos ocorrem em uma determinada sequência 	<ul style="list-style-type: none"> • Multidimensional: documentos existem no espaço-tempo, não no espaço e no tempo • Simultaneidade: processos referentes aos documentos
Perspectivas de <i>recordkeeping</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Exclusivo • Propósito único • Memória institucional ou coletiva • Valor corrente ou histórico 	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusivo • Múltiplos propósitos • Pode ser memória institucional e coletiva • Pode ter um valor corrente, regulatório e histórico a partir do momento de criação, simultaneamente, não sequencialmente
Processos de <i>recordkeeping</i>	Existem estágios claramente definidos que criam distinções nítidas entre a gestão de documentos correntes e históricos	Os processos de gestão de documentos e arquivos permanentes devem ser integrados
Critérios para a seleção de <i>archives</i>	Valor corrente ou histórico	Valor contínuo, incluindo valor corrente e histórico
Momento da avaliação	Ao fim dos estágios do ciclo vital	Do início ao fim

(conclusão)

Aspectos do modelo	Ciclo vital dos documentos	<i>Records Continuum</i>
<p>O papel dos gestores de <i>Recordkeeping</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Passivo e reativo • Engessado pelo papel e estratégias de custódia 	<p>Pós-custodiais proativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criadores de políticas arquivísticas • <i>Designers</i> de sistemas de <i>recordkeeping</i> e implementadores de estratégias • Consultores • Educadores/Instrutores • Defensores • Auditores
<p>O empreendimento de atividades de gestão de documentos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ações são realizadas sobre os documentos em estágios fixos, em uma sequência, e por um grupo profissional particular • <i>Records managers</i> e <i>archivists</i> não possuem atuação sobre como os órgãos criam os documentos • Responsabilidades separadas e fragmentadas de produtores, usuários, <i>records managers</i> e <i>archivists</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • Integração dos processos de negócio aos de <i>recordkeeping</i> as atividades podem ocorrer em qualquer sequência por qualquer grupo profissional • Os <i>records managers</i> não são responsáveis apenas pela manutenção, mas também pela criação de evidência sobre as finalidades e funções institucionais • Abordagem integrada de responsabilidades para os participantes e parcerias com outros <i>stakeholders</i>

Fonte: Adaptado de An (2003).

Para a autora, as vantagens do *records continuum* sobre o ciclo vital são ainda mais sobrelevadas no âmbito da gestão de documentos digitais. O fato de o *continuum* integrar a gestão de *records* e *archives* fornece uma abordagem capaz de conectar o passado ao presente e o presente ao futuro. Essa abordagem integrada pode facilitar a proveniência, garantir o *accountability*, constituir memória, construir identidade e fornecer importante fonte de informações valiosas. Quanto às limitações impostas pelo ciclo vital dos documentos, essas podem ser: a divisão artificial das finalidades

da gestão de arquivos administrativos e históricos; o desmantelamento das responsabilidades dos *records managers* e *archivists* com a divisão dos papéis; a limitação das formas de pensar sobre a custódia por meio da seleção de critérios mais estreitos; e a visão dos documentos como objetos físicos tangíveis em um "mundo de papel" e em um ambiente estático. Quanto à aplicação do ciclo vital ao contexto da gestão de documentos digitais, An (2003) assinala que a visão do documento como entidade física, que possui fases distintas de uso, é dificultada em um ambiente onde a natureza e a volatilidade dos documentos negam essa abordagem.

An (2003) conclui sua análise atribuindo ao modelo *records continuum* o atributo de ideal para a gestão integrada de *records* e *archives* porque tem foco: nas similaridades, em vez das diferenças; qualidades e quantidades, em vez de apenas quantidades; meios coesos e positivos de pensamento, em vez de meios passivos e desiguais; na política integrada, em vez de matrizes fragmentadas; no controle integrado da política de implementação, em vez de um controle separado; abordagens integradas para a resolução de problemas, em vez de separadas; e na satisfação das necessidades dos clientes por meio das colaboração, em vez de duplicação ou sobreposição. Segundo a autora, esses argumentos reforçam que o modelo pode ser considerado o melhor modelo para a gestão de documentos digitais.

Quanto aos entendimentos de relevantes teóricos sobre as principais características e possibilidades de aplicação teórico e prática do modelo *records continuum*, iniciaremos nossa exposição com o que a arquivista inglesa Sarah Flynn (2001) compreende como as principais características do modelo:

- Um sistema homogêneo e unificado para a gestão de documentos (inclusive os documentos permanentes) em qualquer formato ao longo de seu tempo de vida, independentemente do quão longo ou curto esse tempo for;
- A existência sincrônica de documentos ou de uma acumulação de documentos em mais de uma "dimensão" de contexto e uso, em vez de um movimento diacrônico do documento ou uma acumulação dos documentos através de um discreto e compartimentalizado estágio do ciclo vital para outro;

- Um compromisso com a concepção e a implementação de sistemas de *recordkeeping*, até mesmo antes do momento de criação dos documentos;
- A cooperação e o compartilhamento da responsabilidade sobre os documentos (inclusive sobre os documentos permanentes) e sobre os sistemas de *recordkeeping*, particularmente entre *records managers* e *archivists*;
- O conceito de serviço para os usuários de arquivos, quer sejam internos ou externos ao âmbito do órgão produtor, ao longo do tempo de vida desses documentos;
- Um sentido para o contexto de proveniência, organização e social em que os documentos são criados e mantidos.

Além das características apresentadas, Flynn (2001) assinala que o modelo é significativo por três importantes razões: primeiramente, ele estende as possibilidades de interpretação dos documentos e dos sistemas de gestão de documentos; em segundo lugar, ele nos lembra o fato de os documentos serem criados e mantidos por seus produtores, como resultado de funções e processos administrativos, em vez de fins em si mesmos; por fim, ele enfatiza a cooperação além das paredes de nossos arquivos.

Cumming (2010) salienta que para o pensamento baseado no *continuum*, a gestão eficaz do documento não pode ser segmentada em ciclos predeterminados que definem previamente ações a serem tomadas em uma fase documental “ativa” ou “inativa”. Em vez disso, o *recordkeeping* é visto como um *continuum* de atividades que, juntas, são desenvolvidas para garantir o significado, o contexto, o acesso e a evidência dos documentos capturados e mantidos ao longo do tempo. Tendo em vista o caráter “ao longo do tempo”, a abordagem assente do *continuum* reconhece que os documentos servem para múltiplos propósitos, ou seja, possuem diferentes significados para diferentes pessoas em diferentes contextos, imediatamente e ao longo do tempo.

Dessa forma, após investigação dos principais aspectos do modelo *records continuum*, constatamos que os subsídios fornecidos pelo modelo estão estreitamente

ligados às características dos documentos digitais. Por ser um modelo espaço-temporal, a gestão dos documentos não se limita a tempos ou espaços determinados e não segue, necessariamente, um processo linear. Desse modo, há a possibilidade de o documento estar simultaneamente em espaços e tempos distintos. O valor contínuo permite aos profissionais a utilização dos documentos de diversas maneiras, a fim de atender múltiplos propósitos: como o atendimento de demandas administrativas de tomadas de decisões, demandas legais de acesso à informação e demandas sociais pela difusão para acesso público — tudo ao mesmo tempo. Assim, fica claro, em nosso entendimento, que a abordagem australiana assente na noção de *continuum* atende às especificidades do novo paradigma, sobretudo quanto as diversas perspectivas propiciadas pelos documentos digitais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decurso de nosso trabalho, com o intuito de cumprir os propósitos desta pesquisa, buscamos compreender de que modo o “novo jogo” tem influenciado alguns princípios e conceitos fundamentais da Arquivologia. Esse hodierno cenário foi configurado, essencialmente, a partir de novas formas de produção e uso de documentos arquivísticos. O surgimento de uma característica peculiar, a volatilidade, culminou na transfiguração do documento como objeto físico para um objeto conceitual, fato que permitiu sua não necessidade de fixação em um espaço ou tempo determinados. O surgimento do documento arquivístico digital estimulou o desenvolvimento de ressignificações de princípios e conceitos fundamentais da Arquivologia. Propusemo-nos, apoiados em tais constatações, a analisar possíveis limitações impostas pelo conceito do ciclo vital dos documentos e pela teoria das três idades ante às novas perspectivas advindas pelos documentos digitais e investigar de que modo o modelo australiano *records continuum* pode contribuir para a elucidação dessas limitações.

Para esse fim, verificamos a relevância do ciclo vital dos documentos para a Arquivologia, notabilizada, sobretudo, pela sua resistência em um duradouro lapso temporal. A partir de seu surgimento na década de 1940, sua utilização para resolver os problemas de ordem prática apresentados pela grande quantidade de documentos produzidos pelas organizações modernas — fato derivado do processo de especialização e maior complexidade das atividades administrativas aliado ao aumento das demandas sociais — estendeu-se vertiginosamente de modo a trazer um padrão regular para o controle sistemático dos documentos da sua criação à eliminação ou guarda definitiva.

À luz dos trabalhos analisados, pudemos constatar que o ciclo vital dos documentos recebeu uma ampla aceitação e forneceu subsídios para uma aplicação prática coerente em um campo heterogêneo, influenciado por tradições sociais, culturais e administrativas distintas — atribuímos a esse fato a justificativa de o ciclo vital perfazer um conceito fundamental para a Arquivologia. Para tanto, investigamos o contexto de surgimento das primeiras ideias referentes ao *records management* no Estados Unidos da América e analisamos as mais notáveis publicações do período,

sobretudo as realizadas por meio do periódico *The American Archivist* — principal meio para a disseminação das ideias dos mais consideráveis atores responsáveis pela articulação e disseminação do ciclo vital dos documentos.

Dentre os mais notáveis fatos ocorridos nos Estados Unidos da América, salientamos os esforços de Emmet J. Leahy, responsável pela difusão de ideias precursoras acerca da importância da implementação de programas de destinação de documentos; a participação ativa de Margaret Norton, sobretudo quanto ao reconhecimento da significância do uso administrativo dos documentos arquivísticos e pela aplicação prática do ciclo vital no estado americano de Illinois; os trabalhos realizados pelo setor privado, aspecto pouco destacado pelos teóricos; a relevância da SAA e do governo norte-americano no que se refere à institucionalização do *records management*; o papel fundamental de Phillip C. Brooks, responsável pela representação da gestão de documentos a partir de uma perspectiva baseada no *life history* dos documentos; a disseminação dos *records centers*, sobretudo a partir das Comissões Hoover; e o uso das categorias de valor de Schellenberg, como elemento crucial na distinção entre *records* e *archives*.

Constatamos que a utilização de uma fase ou estágio para o arquivamento intermediário de documentos arquivísticos em depósitos ordinariamente denominados arquivos intermediários, *archivos intermedios*, *dépôts de préarchivages* ou *records centers* está estreitamente vinculada à configuração do ciclo vital, sobretudo no estabelecimento das três idades documentais. Essa fase intermediária surge como consequência do aumento da produção de documentos e à impossibilidade de que esses possam ser conservados junto de seus órgãos produtores, situação que se tornou bastante comum nas administrações públicas e setores privados de diversos países. Desse modo, independentemente das sistematizações realizadas, a fase intermediária habitualmente está presente e há autores que a consideram crucial para a constituição do ciclo vital.

Após a exposição de como o ciclo vital surgiu e se consolidou, destacamos como ocorreu sua disseminação e conseguinte recepção de acordo com diversas tradições distintas, resultando em interpretações veementemente vinculadas às demandas práticas contingenciais de cada país. Não podemos afirmar, de maneira evidente, que o ciclo vital dos documentos é fruto do *records management* norte-americano. Verificamos em nossa pesquisa que a utilização de estágios ou fases para

operacionalizar e favorecer o entendimento da gestão de documentos arquivísticos já era utilizada em outros países, como por exemplo França e Bélgica. Fica claro, na nossa compreensão, que o conceito do ciclo vital dos documentos emerge de um contexto específico, intimamente conectado com a organização de documentos e com o objetivo de oferecer soluções práticas para os problemas apresentados na época.

Ao investigar as interpretações realizadas sobre o ciclo vital dos documentos, utilizando como parâmetro as análises de importantes teóricos, asseveramos que emergem dois grupos que entendem as fases ou estágios de forma distinta. A primeira corrente deriva da tradição anglo-saxônica, a qual compreende os estágios ou fases de acordo com as procedimentos e operações técnicas do *records management*. É comum, nessa conjuntura, a exclusão dos documentos de caráter permanente, sendo a última fase desse modelo de ciclo vital correspondente à destinação dos documentos. A segunda corrente está ligada à tradição europeia, tendo as etapas do ciclo vital equivalentes às idades — usualmente três. É comum a utilização de critérios relacionados ao local de armazenamento dos documentos e a representatividade temporal das ações que serão executadas durante a gestão.

Buscamos analisar as relações entre o ciclo vital dos documentos e as três idades documentais, comumente tratados como sinônimos. A partir do referencial examinado, concluímos que a teoria das três idades consiste na principal interpretação do ciclo vital, sendo uma sistematização bastante utilizada na Arquivologia para prover soluções a demandas práticas. Nesse ponto, também esclarecemos algumas questões sobre a criação ou enunciação do ciclo vital e da teoria das três idades. Conforme nossa pesquisa, verificamos que a primeira associação da gestão documental à vida de um organismo biológico foi realizada pelo americano Phillip C. Brooks e que a utilização de idades para delimitação desse ciclo foi fruto dos trabalhos do francês Yves Perótin.

Com o intuito de acentuar as principais características do ciclo vital, verificamos a constante utilização de analogias. Acreditamos que esse uso se constituiu de um notável recurso didático, dado que a associação da gestão à vida de um organismo biológico foi facilmente apreendida pelos profissionais da área. As principais metáforas referem-se à referida vida de um organismo biológico — o qual nasce, cresce, decresce e morre — e ao uso de metáforas religiosas, intrinsecamente vinculadas à vida, que são utilizadas para designar períodos de inatividade, como

purgatório, e para se referir a documentos remanescentes de eliminações, como reencarnação.

Depreendemos que as categorias de valor de T. R. Schellenberg — embora não somente — contribuíram para um maior afastamento dos profissionais *records managers* e *archivists* nos Estados Unidos da América. Tal especialização, embora característica dos países de origem anglo-saxônica, reproduziu-se na forma de gestão dos documentos, conseqüentemente impactando os principais atributos do ciclo vital dos documentos. Utilizando o Brasil como exemplo, mesmo que o profissional arquivista seja responsável pelo tratamento dos documentos de valor primário e secundário, a clara delimitação das atividades que serão desenvolvidas em cada estágio do ciclo vital serve como fator de distanciamento entre as atividades e os procedimentos desempenhados nos arquivos correntes, intermediários e permanentes.

No âmbito da teoria de Thomas Kuhn, conforme a sua primeira perspectiva retratada, constatamos que o ciclo vital pode ser considerado um paradigma *lato sensu* para a Arquivologia, posto que subsiste como elemento essencial em um domínio de crenças, valores e técnicas compartilhadas pela comunidade arquivística e que se apresenta como uma solução concreta para o tratamento de documentos arquivísticos. No entanto, verificamos que as Ciências Sociais e Humanas não apresentam uma evolução regular, conforme as Ciências Naturais, foco dos estudos de Kuhn. Para dirimir eventuais disparidades, utilizamo-nos de referencial que analisa o caso específico das Ciências Sociais e Humanas, sobretudo a História. Dessa forma, constatamos que o que existe na Arquivologia é a existência de paradigmas concorrentes, onde não há o predomínio ou hegemonia de uma perspectiva única.

O conceito de matriz disciplinar mostrou-se relevante em substituição à noção de paradigma, tendo em vista a necessidade de contemplação das peculiaridades das Ciências Sociais e Humanas. Nesse aspecto, a partir da matriz disciplinar, a qual se refere a um universo mais amplo de valores que dificilmente seriam colocados em questionamento pela ampla maioria dos praticantes da ciência, podemos presumir a possibilidade de coexistência de um certo número de paradigmas. Tal concepção revela-se aderente à Arquivologia, posto que possui um caráter social e não pode ser restringida a um único paradigma. Nesse âmbito, constatamos que o ciclo vital dos documentos integra a matriz disciplinar da Arquivologia, sendo tratado muitas vezes

como um princípio ou um conceito fundamental por diversos teóricos. Considerando que o ciclo vital integra a matriz disciplinar, primordial se faz destacar a importância de seus exemplares, que consistem em soluções-padrão para problemas de ordem prática e, conforme fundamentados na noção de ciclo vital e das três idades, afeiçoaram a teoria e prática arquivísticas.

Com o advento das tecnologias da informação e comunicação, vimos o direcionamento da Arquivologia para questões referentes às novas formas de produção e uso dos documentos arquivísticos, que impactaram a forma como os princípios e conceitos da área eram considerados. Apresentamos o que os teóricos abordavam como uma mudança paradigmática, inclusive as previsões de como a atuação dos profissionais arquivistas seria modificada frente à necessidade de readequação da prática e ressignificação desses princípios e conceitos fundamentais. Entendemos que o canadense Terry Cook, ao destacar uma série de mudanças emergentes e, também, eventuais ressignificações de conceitos básicos da Arquivologia, sintetiza bem o que vem a ser o novo paradigma da Arquivologia.

No entanto, o despontamento desse novo paradigma, comumente intitulado “pós-custodial”, não pode ser vislumbrado como uma ruptura, conforme compreendido por alguns dos teóricos citados, haja vista a resistência do paradigma anterior até o tempo presente. Muitos teóricos consideram que essa substituição não ocorrerá tão facilmente, já que os fatores por quais emergem muitos dos princípios e conceitos da área, pilares epistemológicos, estão condicionados às demandas práticas da realidade funcional. Tendo em vista que muitas dessas demandas — sobretudo o tratamento definitivo de documentos em suporte papel — ainda possuem expressiva ingerência no momento presente, entendemos que o paradigma denominado custodial permanecerá indefinitivamente. Justifica-se, assim, o fato de a Arquivologia constituir-se essencialmente de paradigmas concorrentes.

Concluída a investigação das características do novo paradigma, passamos à proposta de analisar o ciclo vital dos documentos de acordo com as perspectivas do novo paradigma, sobretudo no seu principal aspecto, a gestão de documentos digitais. Asseveramos que os principais aspectos do ciclo vital diferem das possibilidades proporcionadas pelo documento arquivístico digital, ou seja, o fato de o ciclo vital apregoar a gestão ao longo de estágios ou fases distintas, com procedimentos e atividades específicos para cada fase e a execução desses, geralmente, por

profissionais distintos, limita as vantagens do uso do documento digital. As inúmeras possibilidades proporcionadas pelos documentos digitais, sobretudo pelo seu caráter virtual, passaram a exigir uma gestão integrada, em que o conjunto de ações tomadas sobre os documentos não fossem limitadas a um único espaço ou tempo determinados. Cabe aqui ressaltarmos que debates acerca da defesa de uma integração entre as atividades da gestão de documentos — principalmente no que diz respeito aos documentos de caráter administrativo e histórico — não tiveram como fatores impulsionadores, exclusivamente, o aparecimento dos documentos digitais. Questões advindas pelo distanciamento dos profissionais *records managers* e *archivists*, pelas dificuldades de aplicação estrita do conceito de *record group* e pelo aparecimento de leis de acesso à informação podem ser aludidas como amostras.

Ao tratar das possíveis limitações impostas pelo ciclo vital, verificamos que há uma convergência de posições dos teóricos da área que sinalizam para a necessidade de uma readaptação. Mesmo os teóricos que defendem a aplicabilidade do ciclo vital dos documentos à gestão de documentos digitais, como Luciana Duranti e Heather MacNeil, sugerem uma alteração na quantidade de fases e uma maior integração entre essas. Grande parte dos estudos analisados entendem que o ciclo vital se tornou inadequado para lidar com a realidade digital. As principais limitações estão relacionadas à estrita delimitação dos procedimentos e operações técnicas dentro de cada fase, o que ocasiona, conseqüentemente, em um distanciamento entre os profissionais que atuam nas fases. As possibilidades de os documentos digitais estarem em vários locais e tempos, permite que as fases ocorram simultaneamente, não exigindo um cumprimento sistemático e sucessivo.

Como forma de minimizar tais limitações, recorreremos ao modelo australiano *records continuum*. Ao contrário do que inicialmente pensávamos em momento anterior ao levantamento dos dados da pesquisa — fato justificado pela pouca ou quase nenhuma interlocução com a teoria arquivística australiana — verificamos que as perspectivas propiciadas pelo modelo vão muito além do que um simples contraponto ao ciclo vital, isto é, não se trata apenas de um modelo proposto com o intuito de substituí-lo. Isso significa que o *records continuum* não consiste apenas em um modelo teórico, e muito menos em uma metodologia para a implementação de um programa eficiente de gestão integrada de documentos. Conforme proposto por Frank Upward, o *continuum* consiste em uma *worldview*, utilizando-nos de tradução livre,

podemos compreendê-lo como uma “visão de mundo” ou um ponto de vista mais amplo. Assim, constatamos que dentre as diversas perspectivas proporcionadas pelo modelo, uma delas é a solução para os problemas ocasionados pelas limitações do ciclo vital ante à realidade digital.

Para contextualizar o surgimento do *records continuum*, vimos como de fundamental magnitude a exposição da evolução da Arquivologia australiana. Para tanto, conforme destacado na metodologia desta pesquisa, utilizamo-nos de meios para analisar os fatores mais relevantes para a configuração da teoria arquivística australiana, visando à compreensão de suas peculiaridades. Quanto às particularidades, acreditamos que a noção de *archival terroir* proposta pelo canadense Tom Nesmith explica da melhor forma o porquê de os teóricos australianos terem desenvolvido uma teoria tão inovadora.

Basicamente, até a institucionalização da Arquivologia na Austrália, fato que se iniciou na década de 1950, sua evolução seguia um roteiro previsivelmente tradicional. O período foi bastante marcado pelas tentativas de consecução de autonomia para os arquivos, a fim de que profissionais, instituições e até o método de tratamento de documentos arquivísticos fossem desvinculados do controle das bibliotecas. T. R. Schellenberg tem papel de destaque nesse feito, uma vez que sua visita trouxe ânimo e proveu de orgulho a classe de profissionais arquivistas, razões para o impulso necessário dos trabalhos pela independência.

A situação se modificou na década de 1960, quando Ian Maclean, sob o comando do CAO, passou a buscar soluções para a resolução dos problemas dos arquivos da Austrália. Para esse fim, Maclean viajou por vários países da Europa, a fim de encontrar experiências compatíveis com o caso da Austrália. Por ser uma federação recente e administrativamente instável, a equipe do CAO deparou-se com uma realidade distinta. A grande quantidade de mudanças administrativas, sobretudo a realocação de funções governamentais dentre vários órgãos, revelaram a dificuldade de aplicação estrita do conceito de *record group* e fizeram com que o arquivista Peter J. Scott sugerisse uma nova forma de administrar os arquivos australianos. Surge nesse momento o *series system*, que, grosso modo, significa a dissociação da descrição dos documentos e de seu contexto, a fim de que a proveniência dos documentos não seja estritamente física e possa ser respeitada ainda que intelectualmente.

Tem-se nesse momento o início de uma configuração teórica própria da Austrália, muitas vezes vista como em desconformidade com os princípios e conceitos fundamentais da Arquivologia. Apesar das diversas críticas recebidas quando do momento de seu aparecimento, o *series system* mostrou sua relevância décadas mais tarde, tendo suas perspectivas integradas às normas internacionais de descrição de documentos. Scott, conforme atribuição do canadense Terry Cook, pode ser considerado o primeiro pós-custodial da Arquivologia.

Julgamos de grande relevância dedicarmos uma considerável parte de nosso trabalho à compreensão do *series system* ou, em sua acepção mais ampla, *australian system*. Parece-nos claro que o conceito foi fundamental para o desenvolvimento do pensamento arquivístico australiano, moldando-o de forma peculiar a partir de uma noção de proveniência menos atrelada a ordenação física e mais intelectual. Tal virtualidade proporcionou os *insights* necessários à percepção de documentos desafixados de espaços e tempos determinados. Sobre as críticas recebidas por Scott, concordamos que a visão elementar de proveniência, firmada na simples relação um a um entre produtor e os documentos constitui-se em um desrespeito ao princípio da proveniência, sendo fundamental para a sua plena obediência a incorporação de elementos referentes aos contextos de produção e uso.

A compreensão da noção australiana de *recordkeeping* similarmente se mostrou substancial para a contextualização do *records continuum*. De acordo com as acepções apresentadas sobre o *recordkeeping system*, constatamos que a terceira, a qual o trata como uma entidade contextual para o entendimento e interpretação de documentos, constitui-se de fator crucial para o progresso do pensamento arquivístico australiano. Com base nessa percepção, tem-se como finalidade precípua garantir que os documentos arquivísticos sejam preservados no contexto de sua criação e uso e que mantenham, sobremodo, suas qualidades evidenciais, de modo que, quando recuperados para um uso futuro, seu significado e importância possam ser compreendidos. Assim sendo, a documentação das maneiras como tais sistemas funcionam, isto é, o entendimento de como os documentos são criados, utilizados e mantidos, é primordial para a permanência do genuíno significado dos documentos.

Ao analisar o modelo *records continuum*, verificamos que esse se baseia na abordagem de *continuum* que se iniciou com a formulação do *series system* na década

de 1960 e desenvolveu-se ao longo do tempo pelas mãos dos arquivistas australianos, a partir de aplicações práticas e aperfeiçoamentos teóricos. Portanto, constatamos que a década de 1990 não ambientou o surgimento do *records continuum* como um fenômeno extraordinário, tal qual pode ser pensado a partir de uma análise superficial, mas sim foi marcada pelo ressurgimento dos debates acerca dessa abordagem, que culminaram no seu renascimento, muito pelo ímpeto dos documentos digitais.

Upward apresenta como fundamentos do modelo abordagens ditas pós-modernas e as teorias da estruturação e de distanciamento entre espaço e tempo de Anthony Giddens. A partir disso, tem-se o que pode se constituir o cerne do *records continuum*, que, no nosso entendimento, consiste: na designação de um conceito inclusivo de documento arquivístico, o qual não se restringe à obtenção de valor de modo ordenado e consecutivo, mas em um valor contínuo; no foco no documento como entidade lógica, em vez de física, e conseqüente valorização do seu contexto de produção e uso; e na concomitância de perspectivas evidenciais e de memória, visando ao atendimento de premissas de *accountability* e de memória coletiva, simultaneamente.

O modelo teórico proposto por Frank Upward busca sintetizar essas perspectivas e representá-las graficamente por meio de um diagrama de círculos concêntricos interceptados por eixos. Por se tratar de um modelo espaço-temporal — diferente de um modelo linear e por seguinte diacrônico, como o ciclo vital dos documentos — os documentos estão em um constante processo de devir, isto é, podem atender a diferentes propósitos ao mesmo tempo. Acreditamos que essa característica seja a que mais distingue o *records continuum* dos outros modelos que propõem a integração das fases do ciclo vital, como a abordagem canadense conhecida como Arquivística Integrada. Interpretar o *records continuum* de acordo com o que estamos condicionados, uma leitura linear, impossibilita o entendimento dessas múltiplas finalidades. A partir da leitura linear, subentendemos que os documentos percorrem pelas dimensões gradualmente: associação com outros documentos, ganho crescente de evidência, participação no cumprimento da missão institucional e posicionamento cada vez mais amplo na estrutura organizacional.

Isso, de fato, pode ocorrer. No entanto, o que distingue o *records continuum* são as possibilidades propiciadas para que essa evolução ocorra, ou não. A abordagem assente do *continuum* reconhece que os documentos servem para

múltiplos propósitos, ou seja, possuem diferentes significados para diferentes pessoas em diferentes contextos, imediatamente e ao longo do tempo. Dessa forma, um documento criado e incorporado a um sistema gestão de documentos, pode, sincronicamente, integrar a terceira dimensão, visando ao atendimento de demandas legais de acesso à informação, e a quarta dimensão, que é a dimensão responsável pela pluralização de documentos buscando atingir fins sociais. Destacamos que as possibilidades são inúmeras e a coexistência em mais de uma dimensão, ou em todas ao mesmo tempo, pode ou não ocorrer.

Constatamos, do mesmo modo, que o modelo não tem o intuito de apresentar soluções para problemas específicos de ordem prática, já que, conforme disposto, se trata de um ponto de vista. Sua finalidade é fornecer uma visão geral que viabilize a reorganização do conhecimento arquivístico, de forma a explicar realidades complexas que, no “antigo jogo”, eram singularizadas pela distinção entre as dimensões de espaço e tempo. Portanto, o *records continuum* consiste em uma visão em que os documentos podem possuir múltiplas finalidades em espaços distintos, para pessoas distintas, ao mesmo tempo e ao longo do tempo. Para tal fim, fundamental se faz o uso do valor contínuo, que não impõe ao documento o valor primário ou secundário de cada vez, nem o considera como evidência ou como memória. Nesse caso, o documento pode ter os valores primário e secundário e figurar como evidência e memória no mesmo espaço e ao mesmo tempo.

A aplicação prática das perspectivas fornecidas pelo modelo *records continuum* depende diretamente do entendimento do caráter espaço-temporal, que Upward entende como um fator que traz desconforto para os profissionais. Consideramos que podem surgir questionamentos, mesmo após a exposição realizada neste trabalho, quanto às similaridades do *records continuum* e do ciclo vital dos documentos e, até mesmo, sugestões de que ambos sejam idênticos. Tal fato pode ocorrer quando a análise se restringe à verificação dos procedimentos e operações técnicas da gestão documental e às principais funções arquivísticas — classificação, avaliação e descrição —, que permanecem as mesmas. Salientamos, novamente, que o *records continuum* não propõe uma metodologia de gestão distinta, mas um ponto de vista peculiar, em que a simultaneidade das funções pode ocorrer.

Compreendemos a visão fornecida pelo *records continuum* como fundamental para a elucidação das limitações impostas pelo ciclo vital dos documentos. As

possibilidades fornecidas pelos documentos arquivísticos digitais são incomensuráveis e quaisquer fatores restritivos, no nosso entendimento, não permitirão que seu usufruto seja integral. O caráter espaço-temporal do *continuum* rompe com a linearidade e o engessamento impostos pelas fases do ciclo vital. No Brasil, embora reconheçamos que a atuação do profissional arquivista se dá sobre todo o ciclo vital dos documentos, ao contrário do que ocorria ou ocorre em outros países, parece-nos que tal fato não garante uma gestão integrada, posto que o distanciamento entre espaços e tempos avigorado pela separação em estágios subsiste.

Por fim, acreditamos que o presente trabalho se mostra relevante por sua tentativa de apresentar uma temática recente, e até quase inexistente, na pesquisa arquivística brasileira. Julgamos que uma maior interlocução com a teoria arquivística australiana mostra-se imprescindível, posto que os avanços ocorridos nesse país estão no cerne das mais importantes discussões pela comunidade arquivística em âmbito internacional. Embora constatada essa lacuna, não tivemos o intuito supri-la integralmente, uma vez que cremos na grande necessidade de que novas pesquisas sejam realizadas. O desenvolvimento de estratégias que incorporem as ideias propostas pelo *records continuum*, a fim de que sua aplicação prática seja factível e usual, são resultados que almejamos dessas pesquisas. Consideramos que os subsídios teóricos fornecidos pelo presente trabalho podem ser cruciais para estimular uma maior discussão dos principais aspectos da teoria arquivística australiana e, indiretamente, no desenvolvimento de soluções que envolvam a utilização de sistemas de gestão de documentos digitais, sobretudo pela abordagem de perspectivas administrativas e sociais independentemente de espaços ou tempos delimitados.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, P. Kuhn e a noção de “exemplar”. **Principia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 61–102, 1998.

ACLAND, G. Managing the record rather than the relic. **Archives and Manuscripts**, v. 20, n. 1, p. 57–63, 1992.

An, X. An integrated approach to records management. **Information Management Journal**, v. 37, p. 24–30, jul./aug. 2003.

ANGEL, H. Archival Janus: the records center. **The American Archivist**, v. 31, n. 1, p. 5–12, 1968.

ARAÚJO, C. A. Á. Epistemologia da Arquivologia: fundamentos e tendências contemporâneas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 42, n. 1, p. 50–63, 2013.

ARQUIVO NACIONAL. (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

ATHERTON, J. From life cycle to continuum: some thoughts on the records management–archives relationship. **Archivaria**, Ottawa, n. 18, p. 43–51, 1985.

AUSTRALIAN LAW REFORM COMMISSION. **Australia’s federal record: A Review of Archives Act 1983**. Canberra: ALRC, 1998, n.p. Report n. 85. Disponível em: <<http://www.alrc.gov.au/report-85>>. Acesso em 7 dez. 2014.

BAHMER, R. The National Archives after 20 Years. **The American Archivist**, v. 18, n. 3, p. 195–205, 1955.

BANTIN, P. C. Strategies for managing electronic records: a new archival paradigm? An affirmation of our archival traditions? **Archival issues**, v.23, n. 1, p. 17–34, 1998.

BARROS, J. D. A. Escola Histórica, Paradigma, Matriz Disciplinar – Três conceitos para a Teoria da História. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 1–18, 2011.

BARROSO, J. et al. The challenges of searching for and retrieving qualitative studies. **Western Journal of Nursing Research**, v. 25, n. 2, p. 153–178, 2003.

BEARMAN, D. Managing the record continuum. **Archives and Museum Informatics**, v. 10, n. 2, p. 133–136, 1996.

BELLOTTO, H. L. A especificidade da informação arquivística. **Revista Contracampo**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 21–29, 1998.

_____. H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 318 p.

BHATTACHERJEE, A. **Social Science Research**: principles, methods, and practices. 2 nd ed. Tampa: USF Tampa Bay Open Access Textbooks Collection, 2012. 149 p.

BINKLEY, R. Strategic objectives in archival policy. **The American Archivist**, v. 2, n. 3, p. 162–168, 1939.

BOADLE, D. Reinventing the archive in a virtual environment: Australians and the non-custodial management of electronic records. **Australian Academic & Research Libraries**, v. 35, n. 3, p. 242–252, 2004.

BRASIL. Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 09 jan. 1991.

BROOKS, P. C. The selection of records for preservation. **The American Archivist**, v. 3, n. 4, p. 221–234, 1940.

BROTHMAN, B. Archives, life cycles, and death wishes: a helical model of record formation. **Archivaria**, Ottawa, n. 61, p. 235–269, 2006.

BUCK, S. Let's Look at the Record. **The American Archivist**, v. 8, n. 2, p. 109–114, 1945.

CARDIN, M. Part Two – Records creation and maintenance: Domain 1 Task Force Report. In: DURANTI, L.; PRESTON, R. (Ed.). **International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems (InterPARES) 2**: Experiential, Interactive and Dynamic Records. Padova: Associazione Nazionale Archivistica Italiana, 2008. p. 58–118.

CAYA, M. **La théorie des trois âges en archivistique**. En avons-nous toujours besoin? In: ELEC, Conférence de l'École des chartes, 2004. Disponível em: <<http://elec.enc.sorbonne.fr/document72.html>>. Acesso em: 24 dez. 2015.

CHELL, R. W.; YUSOF, Z. M. The records life cycle: an inadequate concept for technology-generated records. **Information Development**, v. 16, n. 3, sep. 2000.

COOK, T. Electronic records, paper minds: the revolution in information management and archives in the post-custodial and post-modernist era. **Archives and Manuscripts**, v. 22, n. 2, p. 300–328, 1994.

_____. Archives in the post-custodial world: interaction of archival theory and practice since the publication of the Dutch manual in 1898. **Archivum**, München: Saur, v.43, p. 191–214, 1997.

_____. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, n. 43, p. 17–63, 1997.

_____. Beyond the screen: the records continuum and archival cultural heritage. In: AUSTRALIAN SOCIETY OF ARCHIVISTS CONFERENCE: BEYOND THE SCREEN: CAPTURING CORPORATE AND SOCIAL MEMORY, 2000, Melbourne. **Papers...** Melbourne: Australian Society of Archivists, 2000, p. 8–21.

_____. Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação Arquivologia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123–148, 2012.

COUTURE, C.; DUCHARME, D. **Research in Archival Science: A Status Report.** **Archivaria**, n. 59, p. 41–67, 2005.

_____. Arquivologia, os arquivistas e os arquivos no Canadá. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 147–163, nov. 2015.

CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative and mixed methods approaches.** 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994. 228 p.

CRUZ MUNDET, J. R. **Archivística: gestión de documentos y administración de archivos.** Madrid: Alianza Editorial, 2012. 359 p.

_____. Principios, términos y conceptos fundamentales. In:_____. (Org.). **Administración de documentos y archivos: Textos fundamentales.** Madrid: Coordinadora de Asociaciones de Archiveros, 2011. 488 p.

CUMMING, K. Ways of seeing: contextualising the continuum. **Records Management Journal**, v. 20, n. 1, p. 41–52, 2010.

CUNNINGHAM, A. Archival Institutions. In: MCKEMMISH, S. et al. (Ed.). **Archives: recordkeeping in society.** Wagga Wagga: Centre for Information Studies, Charles Sturt University, 2005. p. 21–50. (Topics in Australasian Library and Information Studies, 24)

_____. O Poder da Proveniência na Descrição Arquivologia: Uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR (CPF). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 77–92, 2007.

_____. Peter J. Scott and the Australian series system: main features and historical context. In: INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES CONGRESS, 2012, Brisbane. **Peter J. Scott and the Australian series system: it's origins, features, rationale, impact and continuing relevance.** Disponível em:

<<http://www.ica2012.com/files/data/Full%20papers%20upload/ica12Final00414.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. Digital curation/digital archiving: A view from the National Archives of Australia. **The American Archivist**, v. 71, n. 2, p. 530–543, 2008.

_____. **The arrangement and description of archives amid administrative and technological change**: essays and reflections by and about Peter J. Scott. Brisbane: Australian Society of Archivists, 2010, 392 p.

DELMAS, B. **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010, 196 p.

DINGWALL, G. Life cycle and continuum: a view of recordkeeping models from the postwar era. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (Ed.). **Currents of Archival Thinking**. Santa Barbara: Libraries Unlimited, ABC–Clio, 2010. p. 139–161.

DOLLAR, C. M. Archivists and records managers in the information age. **Archivaria**, n. 36, p. 37–52, 1993.

_____. O impacto das tecnologias de informação sobre princípios e práticas de arquivos: algumas considerações. **Revista Acervo**, v. 7, n. 1–2, p. 3–38, 1994.

DURANTI, L.; FRANKS, P. C. (Ed.). **Encyclopedia of Archival Science**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2015, 454 p.

_____. The Odyssey Of Records Managers. **Records Management Quarterly**, v. 23, n. 3–11, 1989.

EAMER-GOULT, J. C. **Conceiving the records continuum in Canada and the United States**. 1995. 120 f. Thesis (Master of Archival Studies) – School of Library, Archival and Information Studies, University of British Columbia, Vancouver, 1995.

EUGÊNIO, M.; FRANÇA, R. O.; PEREZ, R. C. Ciência da informação sob a ótica paradigmática de Thomas Kuhn: elementos de reflexão. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 27–39, 1996.

EVANS, D.; PEARSON, A. Systematic reviews: gatekeepers of nursing knowledge. **Journal of Clinical Nursing**, v. 10, n. 5, p. 593–599, 2001.

EVANS, F. Archivists and records managers: variations on a theme. **The American Archivist**, v. 30, n. 1, p. 45–58, 1967.

FLYNN, S. J. A. The records continuum model in context and its implications for archival practice. **Journal of the Society of Archivists**, v. 22, n. 1, p. 79–93, abr. 2001.

FENYO, M. The record group concept: a critique. **The American Archivist**, v. 29, n. 2, p. 229–239, 1966.

FONSECA, M. O. K. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 124 p.

GILLILAND-SWETLAND, L. J. The provenance of a profession: the permanence of the public archives and historical manuscripts traditions in American archival history. **The American Archivist**, v. 54, n.2, p. 160–175, 1991.

HAM, F. Archival strategies for the post-custodial era. **The American Archivist**, v. 44, n. 3, p. 207–216, 1981.

HEDSTROM, M. Understanding electronic incunabula: a framework for research on electronic records. **The American Archivist**, v. 54, n. 3, p. 334–354, 1991.

HEREDIA HERRERA, A. **Archivística general: teoría y práctica**. 5. ed. Sevilla: Diputación provincial, 1991. 512 p.

_____. **Manual de archivística básica: gestión y sistemas**. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2013. 287 p.

HIGGINS, J. P. T. et al. (Ed.). **Cochrane handbook for systematic reviews of interventions**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2008.

HOLMES, O. W. The National Archives at a turn in the road. **The American Archivist**, v. 12, n. 4, p. 339–354, 1949.

HURLEY, C. From dustbins to disk-drives: a survey of archives legislation in Australia. In: MCKEMMISH, S.; PIGGOT M. (Ed.). **The Records Continuum: Ian Maclean and Australian Archives First Fifty Years**. Melbourne: Ancora Press in association with Australian Archives, 1994. p. 210–211.

_____. The Australian ("Series") System: an exposition. In: MCKEMMISH, S.; PIGGOT M. (Ed.). **The Records Continuum: Ian Maclean and Australian Archives First Fifty Years**. Melbourne: Ancora Press in association with Australian Archives, 1994a. p. 150–172.

_____. **What, If Anything, Is the Australian Series System?** 2008. Disponível em: <<http://www.infotech.monash.edu.au/research/groups/rcrg/publications/ch-australian-system.doc>>. Acesso em: 6 mar. 2015.

IACOVINO, L. Recordkeeping and juridical governance. In: MCKEMMISH, S. et al (Ed.). **Archives: recordkeeping in society**. Wagga Wagga: Centre for Information Studies, Charles Sturt University, 2005. p. 255–276. (Topics in Australasian Library and Information Studies, 24)

JARDIM, J. M. A pesquisa em Arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (Org.). **Estudos avançados em arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 135–154.

JOHNSON, M. Archives Administration in Australia. **The American Archivist**, v. 28, n. 2, p. 231–238, 1965.

KAUARK, F. S.; MANHÃES, F. C.; SOUZA, C. H. M. **Metodologia da Pesquisa**: um guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010. 88 p.

KETELAAR, E. Archivistics research saving the profession. **The American Archivist**, v. 63, n. 2, p. 322–340, 2000.

KITCHENHAM, B. et al. Systematic literature reviews in software engineering—a systematic literature review. **Information and software technology**, v. 51, n. 1, p. 7–15, 2009.

KLUMPENHOUWER, R. **Concepts of value in the archival appraisal literature**: an historical and critical analysis. 1988. 161 f. Thesis (Master of Archival Studies) – School of Library, Archival and Information Studies, University of British Columbia, Vancouver, 1988.

KOTHARI, C. **Research methodology**: methods and techniques. 2nd. ed. New Delhi: New age. 2004. 401 p.

KRAUSKOPF, R. W. The Hoover Commissions and Federal Recordkeeping. **The American Archivist**, v. 21, n. 4, p. 371–399, 1958.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LEAHY, E. Reduction of Public Records. **The American Archivist**, v. 3, n. 1, p. 13–38, 1940.

LLANSÓ SANJUAN, J. **Gestión de documentos**: definición y análisis de modelos. Bergara: Departamento de Cultura del Gobierno Vasco, 1993, 250 p. (Colección Ikerlanak, 7)

_____. Sistemas archivísticos y modelos de gestión de documentos en el ámbito internacional (Parte II). **Revista Códice**, v. 2, n. 2, p. 39–70, 2006.

LODOLINI, E. **Archivística**: principios y problemas. Madrid: ANABAD, 1993. 358 p.

LOPES, L. C. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 2. ed. Brasília: Projeto Editorial, 2009. 416 p.

MACLEAN, I. Australian experience in record and archives management. **The American Archivist**, v. 22, n. 4, p. 387–418, 1959.

MACNEIL, H. Archival theory and practice: between two paradigms. **Archivaria**, n. 37, p. 6–20, 1994.

MARQUES, A. A. da C. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

_____.; RODRIGUES, G. M. A construção do “campo científico” da arquivística no Brasil: debates iniciais e marcos temporais. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 101–117, 2008.

MCKEMMISH, S. Are records ever actual? In: _____.; PIGGOT M. (Ed.). **The Records Continuum: Ian Maclean and Australian Archives First Fifty Years**. Melbourne: Ancora Press in association with Australian Archives, 1994. p. 187–203.

_____. Yesterday, today and tomorrow: a continuum of responsibility. In: PRESERVING YESTERDAY, MANAGING TODAY AND CHALLENGING TOMORROW: PROCEEDINGS 14TH NATIONAL CONVENTION RMAA, 1997, Perth. **Papers...** Perth: Records Management Association of Australia, 1997. Disponível em: <<http://www.ica2012.com/files/data/Full%20papers%20upload/ica12Final00414.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

_____. Placing Records Continuum Theory and Practice. **Archives & Museum Informatics**, v. 1, n. 4, p. 333–359, 2001.

_____.; REED, B.; PIGGOT, M. The Archives. In: _____. et al (Ed.). **Archives: recordkeeping in society**. Wagga Wagga: Centre for Information Studies, Charles Sturt University, 2005. p. 159–196. (Topics in Australasian Library and Information Studies, 24)

MENDO CARMONA, C. El largo camino de la Archivística: de práctica a ciencia. **Signo: revista de historia de la cultura escrita**, n. 2, p. 113–132, 1995.

MILLAR, L. An unnecessary complication: international perspectives on Peter Scott's series system. In: INTERNATIONAL CONGRESS ON ARCHIVES, 2012, Brisbane. **Peter J. Scott and the Australian series system: it's origins, features, rationale, impact and continuing relevance**. Disponível em: <<http://www.ica2012.com/files/data/Full%20papers%20upload/ica12Final00414.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2014.

NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA. **Glossary of records management terms**. Canberra, 2007. Disponível em: <<http://www.naa.gov.au/records-management/publications/glossary.aspx>>. Acesso em 28 ago. 2015.

_____. **Your story, our history: the brief history of the National Archives of Australia.** Canberra, 2012. Disponível em: <<http://www.naa.gov.au/about-us/organisation/history/index.aspx>>. Acesso em 3 ago. 2015.

NEW SOUTH WALES. **Glossary of recordkeeping terms.** Disponível em: <<http://www.records.nsw.gov.au/recordkeeping/government-recordkeeping-manual/introduction/glossary-of-recordkeeping-terms>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

PARKINSON, J. **Accountability in archival science.** 1993. 143 f. Thesis (Master of Archival Studies) – School of Library, Archival and Information Studies, University of British Columbia, Vancouver, 1993.

PEARCE-MOSES, R. **A glossary of archival and records terminology.** Chicago: The Society of American Archivists, 2005.

PENN, I. A. et al. **Records management handbook.** Hampshire: Gower Publishing Group, 1989. 249 p.

PÉROTIN, Y. Administration and the “three ages” of archives. **The American Archivist**, v. 29, n. 3, p. 363–369, 1966.

PIGGOTT, M. The history of Australian record-keeping: a framework for research. **The Australian Library Journal**, v. 47, n. 4, p. 343–354, 1998.

_____. **Archives and societal provenance: Australian essays.** Oxford: Chandos Publishing, 2012. 334 p.

PINHO, J. A. G. de; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1343–1368, 2009.

PINKETT, H. American archival theory: the state of the art. **The American Archivist**, v. 44, n. 3, p. 217–222, 1981.

QUINN, P. Australian Society of Archivists. **Archivaria**, v. 1, n. 2, p. 69–70 1976.

RADOFF, M. What should bind us together. **The American Archivist**, v. 19, n. 1, p. 3–9, 1956

REED, B. Electronic records management in Australia. **Records Management Journal**, v. 7, n. 3, p. 191–204, 1997.

_____. Reading the records continuum: interpretations and explorations. **Archives and Manuscripts**, v. 33, n. 1, p. 18–43, 2005.

_____. Standing on the shoulders of giants: the legacy of Peter Scott’s archival thinking. In: INTERNATIONAL CONGRESS ON ARCHIVES, 2012, Brisbane. **Peter J.**

Scott and the Australian series system: it's origins, features, rationale, impact and continuing. Disponível em: <<http://www.ica2012.com/files/data/Full%20papers%20upload/ica12Final00414.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2014.

RHOADS, J. B. **The role of archives and records management in national information systems:** A RAMP Study. Paris: Unesco, 1983.

RIBEIRO, F. Da Arquivologia técnica a Arquivologia científica: a mudança de paradigma. **Revista da Faculdade de Letras – Ciência e Técnicas do Patrimônio**, Porto, v. 1, I série, p. 97–110, 2002.

_____. A Arquivologia como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 1, n. 1, p. 59–73, 2011.

ROCHA, C. L. Os desafios para desenvolver um glossário comum para diferentes países e línguas no âmbito do Projeto InterPARES 3: Alguns exemplos da experiência do TEAM Brasil. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 5–20, jan./jun. 2009.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998, 356 p. (Nova Enciclopédia, 56).

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1987.

SANTOS, V. B. dos. **A teoria arquivística a partir de 1898:** em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos. 2011. 254 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

_____. **A Arquivologia como disciplina científica:** princípios, objetivos e objetos. Salvador: 9Bravos, 2015. 216 p.

SHELLENBERG, T. R. **Modern archives:** Principles and techniques. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

_____. **Arquivos modernos:** princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 388 p.

SCHMIDT, C. M. dos S. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico:** concepções, trajetórias, contextualizações. 2012. 320 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCOTT, P. J. The record group concept: a case for abandonment. **The American Archivist**, v. 29, n. 4, p. 493–504, 1966.

SEKARAN, U.; BOUGIE, R. **Research Methods for Business: A Skill Building Approach**. New York: John Wiley & Sons, 2010. 450 p.

SHARMAN, R. C. Australian Archives in Lamb's Clothing. **Archivaria**, n. 2, p. 20–32, 1976.

SILVA, A. M. da et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Afrontamento, 1999. 254 p.

SILVA, L. E. F da. **Ciência como técnica ou técnica como ciência: nas trilhas da Arquivologia e seu status de cientificidade**. 2013. 130 f. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SMITH, C. The Australian series system. **Archivaria**, n. 40, p. 86–93, 1995.

STANDARD AUSTRALIA INTERNATIONAL. **AS ISO 15489.1: Records management: part 1: general**. Australia, 2002.

STAPLETON, R. S. **The ideas of T. R. Schellenberg on the appraisal, arrangement, and description of archives**. 1985. 104 f. Thesis (Master of Archival Studies) – School of Library, Archival and Information Studies, University of British Columbia, Vancouver, 1985.

STEPHENS, D. O.; ROBERTS, D. From Australia: The world's first national standard for records management. **ARMA Records Management Quarterly**, v. 30, n. 4, p. 3–7, out. 1996.

STUCKEY, S. Keepers of the Fame? The custodial role of Australian Archives – Its history and its future. In: MCKEMMISH, S.; PIGGOT M. (Ed.). **The Records Continuum: Ian Maclean and Australian Archives First Fifty Years**. Melbourne: Ancora Press in association with Australian Archives, 1994. p. 36–37.

TANODI, A. **Manual de Archivología Hispanoamericana: teorías y principios**. Córdoba: Universidad Nacional, 1961.

TAYLOR, H. A. Transformation in the archives: technological adjustment or paradigm shift? **Archivaria**, n. 25, p. 12–28, 1987.

THOMASSEN, T. et al. The development of Archival Science and its European dimension. **Archol: Archivistika On Line**, Stockholm, 1999. Disponível em: <<http://www.daz.hr/arhol/thomassen.htm>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

UPWARD, F. In search of the continuum: Ian Maclean's "australian experience" essays on recordkeeping. In: MCKEMMISH, S.; PIGGOT M. (Ed.). **The Records Continuum: Ian Maclean and Australian Archives First Fifty Years**. Melbourne: Ancora Press in association with Australian Archives, 1994. p. 110–130.

_____. Structuring the Records Continuum – Part One: Postcustodial principles and properties. **Archives and Manuscripts**, v. 24, n. 2, pt. 1, p. 268–285, 1996.

_____. Structuring the Records Continuum – Part Two: Structuration theory and recordkeeping. **Archives and Manuscripts**, v. 25, n. 1, pt. 2, p. 10–35, 1997.

_____. Modelling the continuum as paradigm shift in recordkeeping and archiving processes, and beyond – a personal reflection. **Records Management Journal**, v. 10, n. 3, p. 115–139, 2000.

_____.; MCKEMMISH, S. Teaching recordkeeping and archiving continuum style. **Archival Science**, v. 6, n. 2, p. 219–230, 2006.

_____.; MCKEMMISH, S.; REED, B. Archivists and changing social and information spaces: a continuum approach to recordkeeping and archiving in online cultures. **Archivaria**, n. 72, p. 197–237, 2011.

WILSTED, T. Kiwis, kangaroos and bald eagles: archival development in three countries. **The Midwestern Archivist**, v. 4, n. 1, p. 34–51, 1979.

ZIMMER, L. Qualitative meta-synthesis: a question of dialoguing with texts. **Journal of advanced nursing**, v. 53, n. 3, p. 311–318, 2006.